



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA
Mestrado Acadêmico

Vilsélia de Souza Pires

O SUSTENTO QUE VEM DAS ÁGUAS: dinâmica socioambiental da pesca
artesanal na APA/NHAMUNDÁ em Parintins-AM.

Manaus-AM

2015

Vilsélia de Souza Pires

O SUSTENTO QUE VEM DAS ÁGUAS: dinâmica socioambiental da pesca artesanal na APA/NHAMUNDÁ em Parintins-AM.

Orientadora: Profa. Dra. Elenise Faria Scherer. PhD.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia- PPG/CASA, da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do Título de Mestre em Ciências do Ambiente.

Manaus-AM

2015

Vilsélia de Souza Pires

O SUSTENTO QUE VEM DAS ÁGUAS: dinâmica socioambiental da pesca artesanal na APA/NHAMUNDÁ em Parintins-AM.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia- PPG/CASA da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do Título de Mestre em Ciências do Ambiente.

Aprovada em 06 de maio de 2015.

Banca examinadora:

Profa. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe. Dra.
Universidade Federal do Amazonas – PPGCASA-CCA/UFAM

Prof. Manoel de Jesus Masulo da Cruz. Dr.
Universidade Federal do Amazonas – PPGGEO-ICHL/UFAM

Profa. Maria Inês Gasparetto Higuchi. Dra.
Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA

Manaus-AM

2015

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Pires, Vilsélia de Souza
P867s O sustento que vem das águas: : dinâmica da pesca artesanal na
Apa/Nhamundá em Parintins-Am / Vilsélia de Souza Pires. 2015
146 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Elenise Faria Scherer
Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Pesca Artesanal. 2. Unidade de Conservação. 3. Política
Seguro Desemprego. 4. Território. 5. Territorialidades. I. Scherer,
Elenise Faria II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

DEDICO à minha mãe, que muito cedo aprendeu a conviver com as adversidades, batalhando primeiro para criar os irmãos, após a morte de sua mãe, e depois para criar seus filhos, na sua condição de mulher negra e filha de pescador. Este pescador, meu avô, lhe repassou todo o saber da pesca, pescando nos lagos do Paraná do Limão: do tecimento da tarrafa, da evisceração do peixe, do reconhecimento dos ambientes mais piscosos, das plantas que alimentam os peixes e do imaginário/mitos próprias à lida do pescador amazônico: as luas que “arribam” os peixes, o encantamento da mãe d’água e o perigo da cobra grande, oculta nos aningais.

Meu reconhecimento a essa mulher guerreira, meu exemplo de vida, inspiradora desta pesquisa e porto seguro no decorrer da caminhada!

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela saúde e proteção que me permitiram avançar em mais esta etapa da vida;

À minha família, meus pais Wilson dos Santos Pires e Maria Josélia de Souza Pires, meus filhos Dayanne, Oswaldo Neto (Diego) e David, por todo amor materializado na forma de apoio nos momentos de angústia e incertezas e na compreensão pela minha ausência nos encontros familiares.

A meus irmãos e irmãs, sobrinhos e sobrinhas, em especial à irmã e professora Raimunda Elaine de Souza Pires, que mesmo em meio às atribuições de mãe trabalhadora, encontrou um tempo para me auxiliar na revisão ortográfica deste trabalho.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas que, por sua dedicação e competência, fazem do PPGCASA um dos mais bem conceituados programas de qualificação docente.

Aos servidores administrativos da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, pela atenção, orientação e apoio em todos os momentos necessários no decorrer do curso: à secretária Fernanda (incansável no cumprimento de sua função), os estagiários e aos queridos “Tijolo” e “Dora”, que marcaram nossa permanência no CCA.

À minha orientadora Profa. Dra. Elenise Faria Scherer, que abraçou minha orientação em meio à trajetória, acreditando no meu potencial em concretizar este trabalho. A ela, meu profundo agradecimento, admiração e respeito.

Aos pescadores e as pescadoras artesanais das comunidades do Paraná do Espírito Santo de Cima e São Sebastião do Bôto de Parintins-AM, pela acolhida e disponibilidade em colaborar com este trabalho, reservando um tempo para me atender, mesmo durante a atividade pesqueira.

Aos colegas de mestrado e doutorado, pela troca de conhecimentos nos momentos de dificuldade, regados a muito companheirismo e amizade em nossos encontros.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela bolsa concedida, imprescindível durante toda a execução e finalização da pesquisa.

Aos amigos conquistados durante minha trajetória na Universidade do Estado do Amazonas, que sempre me incentivaram e apoiaram a alçar voos mais altos.

Enfim, a todos que de alguma forma estiveram comigo, contribuindo com minha formação.

Ribeirinho do Macuricanã

*Oh, ribeirinho, vamos todos preservar
Os lagos Macuricanã é um ouro a cuidar
Pare um pouco pra pensar no futuro a brilhar
As novas gerações culturas vão pescar.*

*O Macuricanã é um lago com muitos peixes pra pescar
Tem a sardinha, aracú e até o curimatá
Tem também um pacú gostoso com um bom mapará*

*O boto grande misterioso, a iara a encantar
Encantou o ribeirinho deixando seus filhos a chorar
O Macuricanã é tão grande, começa no Mabari, vai até o Araçá
O pescador com sua canoa tem muito a remar
Mas ele não se importa, pois sua sina é pescar.*

Toada de autoria de Maria de Nazaré Ribeiro e Francisco Amoêdo, moradores do São José do Paraná do Espírito Santo de Cima. Intérprete: Enéas Dias.

RESUMO

O presente trabalho se propôs a conhecer a dinâmica da pesca artesanal e a relação dos pescadores com o ambiente, analisando todos os aspectos que permeiam as práticas pesqueiras em uma Unidade de Conservação, a partir de três enfoques: as práticas pesqueiras em UCs, verificando como ocorre a atividade da pesca em ambientes de uso sustentável, ao tempo que se propôs em analisar a gestão das Unidades de Conservação no Estado do Amazonas e sua atuação dentro da APA/Nhamundá. Verificou as formas de conservação e iniciativas de manejo participativo dos recursos ictiofaunísticos no interior do complexo de lagos Macuricanã, principal atributo biótico da APA; bem como a inserção da política pública Seguro Defeso e a sua importância na vida do pescador artesanal. Por fim, buscou compreender as formas de uso coletivo dos espaços de pesca do território APA/Nhamundá e as territorialidades contidas no ambiente pesqueiro, buscando evidenciar o significado atribuído pelos pescadores aos lagos Macuricanã, ressaltado no etnoconhecimento empregado na atividade pesqueira. Como procedimentos metodológicos utilizou-se da abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas semiestruturadas, apoiadas em formulários previamente elaborados, observação direta, registro fotográfico e fonográfico, marcação de pontos em Sistema de Posicionamento Global - GPS e elaboração de mapa mental. A partir da realização da pesquisa observou-se que a pesca artesanal na APA/Nhamundá é dinamizada sob diferentes aspectos: sociais, econômicos, culturais e políticos, estes últimos evidenciados nos conflitos em escalas interestaduais, intermunicipais e intercomunidades, os quais demandam gerência e vontade política. Quanto a política pública de seguridade do pescador artesanal, embora tenha havido avanços com a sua reformulação, como a inserção da mulher no trabalho da pesca, há muito a ser feito para a melhoria da atividade pesqueira, pois o pescador artesanal, em pleno século XXI, ainda é estigmatizado socialmente como indivíduo em situação de pobreza ou extrema pobreza, ao ser inserido em mais um programa de transferência de renda da política social brasileira. No entanto, apesar das condições de desigualdade em apetrechos de pesca com relação aos pescadores citadinos, que redobra o tempo e o esforço de pesca, o pescador artesanal considera o ambiente lacustre Macuricanã o seu lugar, mantendo estreita relação com o ambiente, demonstrada pelo conhecimento tradicional empregado na prática pesqueira.

Palavras-chave: Pesca Artesanal, Unidade de Conservação, Política Pública Seguro Defeso, Território, Territorialidades.

ABSTRACT

This study aimed to know the dynamics of small-scale fishing and the relationship of fishermen with the environment, analyzing all the aspects involved in the fishing practices in a conservation area, from three perspectives: fishing practices in protected areas, checking how is the fishing activity in sustainable development environments, at the same time it proposed to analyze the protected areas management in the State of Amazonas and its performance within the APA / Nhamundá. It verified the conservation forms and the participative management initiatives of ichthyofauna resources within the Macuricanã complex lakes, the main biotic attribute of the APA; and the inclusion of public policy Seguro Defeso and its importance in the life of artisanal fisherman. Finally, sought to understand the forms of collective use of the fishing areas of the territory APA / Nhamundá and territoriality contained in the fishing environment in order to enhance the meaning assigned by fishermen to Macuricanã lakes, emphasized in the ethnic knowledge employed in fishing. As instruments we used the qualitative approach, bibliographical and documentary research, semi-structured interviews, supported by previously produced forms, direct observation, photographic records and phonoaudiographic, marking points on GSP and development of mental map. From the accomplishment of the research showed that small-scale fishing in the APA / Nhamundá is streamlined under different aspects: social, economic, cultural and political, the latter evident in the interstate, municipal and community conflicts, which require management and will policy. The public policy of security of the artisanal fisherman, although there have been advances with its reformulation, as the women entering the work of fishing, there is much to be done to improve the fishing activity, for the artisanal fisherman in century XXI, is still socially stigmatized as lower social class individual to be inserted into another social program of the federal government transfer income. However, despite the technological conditions of inequality with respect to the townspeople fishermen, which doubles the time and the fishing effort, the artisanal fisherman considers the lacustrine environment Macuricanã your "place", maintaining close relationship with the environment, demonstrated by knowledge traditional employee in the fishing practice.

Keywords: Artisanal Fisheries, Conservation Unit, Public Policy Safe closed season, Territory, Territorialities.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Unidades de Conservação área urbana de Parintins.....	29
Tabela 02 - Unidades de Conservação área rural de Parintins.....	29
Tabela 03 - Comunidades APA/Nhamundá agrupadas por setores.....	32
Tabela 04 - Lagos Macuricanã de acordo com a Instrução Normativa /IBAMA.....	90
Tabela 05 - Espécie vegetal fonte de alimento do peixe.....	118

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - APA/Nhamundá em destaque Comunidades do estudo.....	31
Figura 02 – Pescador fazendo reparos na malhadeira.....	37
Figura 03 - Pescador empunhando arco e flecha.....	37
Figura 04 - Área territorial APA/Nhamundá.....	41
Figura 05 - Comunidade de São José do Paraná do Espírito Santo de Cima.....	49
Figura 06 - Estrutura do Ensino Tecnológico no São José.....	51
Figura 07 - Antena parabólica p/ captação de sinal via satélite.....	51
Figura 08 - Balcões Projeto “Canteiro Sustentável”	52
Figura 09 - Campo de futebol na comunidade de São José.....	52
Figura 10 - Concurso maior melancia “Festa da Melancia” de São Sebastião do Bôto..	55
Figura 11 – Comunidade de São Sebastião do Bôto.....	56
Figura 12 - Estrutura do Ensino Tecnológico no São Sebastião.....	57
Figura 13 - Campo de Futebol de São Sebastião do Bôto.....	58
Figura 14 - Transporte escolar por meio fluvial e terrestre (a pé)	59
Figura 15 - Acordo de Pesca do Complexo Macuricanã.....	65
Figura 16 - Base de Monitoramento nos Lagos Macuricanã (Parintins e Nhamundá)....	67
Figura 17 - Base de Monitoramento do Bom Sucesso (sem uso).....	68
Figura 18 - Feira de Pirarucú manejado	69
Figura 19 - Cursos para pescadores oferecidos pelo SINPESCA.....	77
Figura 20 - Mulheres “pescadeiras” de São Sebastião do Bôto.....	81
Figura 21 - Espécies vegetais Castanheira e Embaubeira no Macuricanã.....	86
Figura 22 - Pescador “arriando” rede no lago.....	88
Figura 23 - Gráfico dos melhores pontos de pesca para pescadores do Bôto.....	91
Figura 24 – Mapa mental dos pontos de pesca para pescadores do Bôto.....	94

Figura 25 - Gráfico de melhores pontos de pesca para pescadores de São José.....	95
Figura 26 - Mapa mental dos pontos de pesca para pescadores de São José.....	96
Figura 27 - Pescador do Bôto fazendo a verificação da rede no rio Amazonas.....	97
Figura 28 - Capim perimembeca na margem do lago.....	98
Figura 29 – Demonstrativo da perda do capim perimembeca.....	99
Figura 30 - Pescadores nos dois ambientes de pesca (lago e rio Amazonas).....	104
Figura 31 - Flutuante “Chico Bode”.....	105
Figura 32 - Gráfico das espécies mais apreciadas.....	106
Figura 33 - Gráfico das espécies mais pescadas na vazante.....	107
Figura 34 – Gráfico das espécies mais pescadas na cheia/vazante.....	107
Figura 35 - Pescador acompanhado do filho menor.....	110
Figura 36 - Gráfico dos melhores meses do ano para a pesca.....	111
Figura 37 - Canal Ressaca na vazante e na enchente.....	112
Figura 38 - Lanço rede em área de igapó.....	113
Figura 39 - Utilização do capim perimembeca na pesca diuturna.....	115
Figura 40 - Pescador utilizando a camaroeira.....	116
Figura 41 – Espécie vegetal Embaúba.....	119
Figura 42 - Esquema representativo da dinâmica socioambiental da pesca artesanal.	126

LISTA DE SIGLAS

ACS - Agente Comunitário de Saúde

ADAP - Agencia de Defesa Agropecuária

ADS – Agencia de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

ALEAM – Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

ANP – Articulação Nacional das Pescadoras

APA- Área de Proteção Ambiental Nhamundá

CEMAAM - Conselho Estadual de Meio Ambiente

CDRU – Concessão de Direito Real de Uso

CECLIMA – Convenção de Clima

CEUC- Centro Estadual de Unidades de Conservação

CIGÁS - Companhia de Gás do Amazonas

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONAPE – Conselho Nacional da Pesca

CPP - Comissão Pastoral da Pesca

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DPMA – Departamento de Pesquisa e Monitoramento Ambiental

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FEPI - Fundação Estadual dos Povos Indígenas

GPS- Sistema de Posicionamento Global

GRANAV - Grupo Ambiental Natureza Viva

GRUPACOM - Grupo de Proteção Ambiental do Complexo Macuricanã

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

IN- Instrução Normativa

IPAAM- Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas

ITEAM – Instituto de Terras do Amazonas

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura

MPL – Movimento Preservação dos Lagos

MPPA – Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAREST – Parque Estadual

PARNA – Parque Nacional

PDRT - Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial

PIME - Pontifício Instituto das Missões

PLpT – Programa Luz para Todos

PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PROFORMAR – Programa de Formação de Professores

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRÓVÁRZEA - Projeto do Manejo dos Recursos Naturais da Várzea

PSDPA - Política de Seguro Desemprego do Pescador Artesanal

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RESEX – Reserva Extrativista

RGP - Registro Geral da Pesca

SEAP – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

SECTI - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

SDS- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SEDUC - Secretaria de Estado de Educação

SEMED- Secretaria Municipal de Educação

SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SEMPAD - Secretaria Municipal de Produção, Abastecimento e Desenvolvimento Sustentável de Parintins

SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

SEUC - Sistema Estadual de Unidades de Conservação

SINDPESCA - Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Parintins

SINTRAFFIN - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parintins

SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia

SNUC - Sistema Nacional Unidades de Conservação

SPU - Superintendência do Patrimônio da União

UCs – Unidades de Conservação

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – PESCA ARTESANAL EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	24
1.1 Unidade de Conservação no Amazonas: (re)conhecendo a APA/Nhamundá-Parintins.....	24
1.1.1 Práticas pesqueiras em Unidade de Conservação.....	34
1.1.2 Gestão Institucional da APA/Nhamundá e o desafio dos conflitos socioambientais.....	38
1.2 Comunidades no contexto socioambiental.....	42
1.2.1 Comunidades da várzea de Parintins.....	44
1.2.2 São José do Paraná do Espírito Santo de Cima.....	47
1.2.3 São Sebastião do Bôto.....	53
CAPÍTULO 2 – GESTÃO PARTICIPATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA PESCA ARTESANAL	62
2.1 Manejo dos recursos pesqueiros: o Acordo de Pesca do Complexo de Lagos Macuricanã.....	62
2.2 Seguro Defeso: o PSDPA na vida dos pescadores artesanais.....	72
CAPÍTULO 3 – TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES DA PESCA	84
3.1 Apropriação dos lagos e rios.....	90
3.2 Relações e conflitos territoriais.....	99
3.3 Práticas pesqueiras e conhecimento tradicional nos lagos Macuricanã.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	127
APÊNDICES	137
ANEXOS	143

INTRODUÇÃO

*“O pescador ribeirinho nas margens do rio-mar
Enfrenta a correnteza, enfrenta o desafio
De conviver com a cheia e a vazante do rio..
No final do dia ele chega e traz em sua canoa
Tambaqui, pacú e jaraqui
Peixes que o rio lhe deu para o sustento de seu lar”*

(Trecho de um poema escrito por Luiz Felipe Souza,
aluno do 6º ano CETI-Parintins, 2014)

A Amazônia múltipla e complexa e, ao mesmo tempo manifesta em similitudes e simplicidades, é, em verdade, um espaço social imensamente diferenciado. Marilene Correa, em sua obra “País do Amazonas” distingue a existência de três amazônias: a Amazônia lusitana/portuguesa, a Amazônia/indígena e a Amazônia brasileira (Silva, M., 2004). Dentro do recorte brasileiro notabiliza-se cada uma dessas amazônias e a um olhar mais próximo, o (re)conhecimento de uma outra Amazônia: a Amazônia cabocla, retratada ao longo do grande rio nas palafitas que formam as comunidades, no pescador e/ou pescadora que, cotidianamente buscam o alimento no “lanço”¹ da rede e no plantio da roça. Para a comunidade acadêmica, a aproximação com a Amazônia cabocla-ribeirinha tem se constituído um dos principais desafios aos pesquisadores que se dedicam ao estudo das relações sociais no uso do território, especialmente no enfoque às práticas pesqueiras, estruturadas simbólica e materialmente, onde os pescadores, com base no seu etnoconhecimento buscam formas de resguardar seu modo de vida e de reprodução social.

A percepção² que os pescadores possuem dos seus territórios foi estudada em (02) duas comunidades na área rural do município de Parintins: São José do Paraná do Espírito Santo de Cima e São Sebastião do Bôto, localizadas à margem esquerda do rio Amazonas, em frente à sede do Município de Parintins-AM. Primeiramente, é importante situar a área de estudo, sua dimensão espacial e a forma como se optou em chamá-las no decorrer do trabalho.

¹ Denominação do pescador ao ato de dispor a malhadeira no rio e/ou lago e verificar ao longo do dia.

² Modo como as pessoas experienciam os aspectos ambientais presentes no seu entorno (KUHEN; HIGUCHI, 2011)

A pesquisa teve como *locus* duas comunidades inseridas dentro do setor 1, borda sul da APA/Nhamundá-Parintins, sendo as comunidades de São José do Paraná do Espírito Santo de Cima e São Sebastião do Bôto. A primeira comunidade, São José, faz parte de três localidades (São José, Divino e São Francisco) de um paraná que adentra o rio Amazonas em direção ao interior da APA, denominado Paraná do Espírito Santo. A segunda comunidade de estudo, São Sebasto, está inserida na região do Bôto, que engloba duas comunidades: Santa Rita e São Sebasto, sendo que a comunidade de São Sebasto fica na margem do rio Amazonas e a comunidade de Santa Rita em um igarapé que, assim como a primeira, adentra o rio Amazonas igualmente para o interior da APA. Os moradores do Bôto identificam sua localizao espacial a partir do rio Amazonas: os que moram na margem do rio Amazonas pertencem  comunidade de São Sebasto da Costa³ do Bôto e os que moram mais adentro no igarapé, como sendo da comunidade de Santa Rita.

O estudo foi direcionado aos pescadores artesanais das duas comunidades, uma do Paraná do Espírito Santo: comunidade de São José, e outra da região do Bôto: comunidade de São Sebasto, ambas localizadas na margem esquerda do rio Amazonas, setor 1, borda sul do território da APA/Nhamundá-Parintins. Para simplificar, convencionamos chamá-las no decorrer do trabalho, de comunidades⁴, uma vez que  essa a denominao dada pelos moradores e poderes públicos de Parintins a esses lugares.

O município de Parintins, localizado no extremo leste do Estado do Amazonas, a 369 km de Manaus, margem direita do rio Amazonas, pertence a 9 sub-região do baixo Amazonas e tem limites territoriais com os municípios de Nhamundá (ao norte), Barreirinha (ao sul), Urucurituba (a oeste) e Terra Santa e Juruti-PA (a leste). Sua localizao geográfica, aliada  existência de rios, paranás, igarapés e lagos, favorece a biodiversidade ictiofaunística. Essa importante característica fez com que se constituísse desde a década de 1980 um primordial entreposto de pescado, tornando-se importante evidenciar por meio de estudos científicos, a dinâmica socioambiental dos ambientes pesqueiros do Município de Parintins, demonstrando neste recorte, todos os aspectos que permeiam a pesca artesanal na Amazônia.

São José do Paraná do Espírito Santo de Cima e São Sebasto do Bôto são comunidades próximas tanto da sede do Município quanto da entrada principal para o Complexo de Lagos

³ Costa ou Boca  a forma como os moradores chamam a região do Bôto, da margem do rio Amazonas.

⁴ Termo utilizado para denominar os povoados rurais no Amazonas desde a atuao da Comunidade Eclesial de Base – Cebbs, por agentes de pastoral da igreja católica nas décadas de 1970 e 1980.

Macuricanã, atributo cênico e biótico da APA/Nhamundá-Parintins. Trata-se de um território pesqueiro bastante visado por pescadores artesanais, comerciais e cidadãos; uma pesquisa voltada para os(as) pescadores(as) artesanais poderá mostrar aspectos importantes para a análise da relação homem e ambiente e toda dinâmica que envolve a atividade pesqueira. Dentre os pesquisadores deste tema, selecionou-se os que já empreenderam pesquisas sobre a pesca na Amazônia, como Ruffino (2005), Scherer (2004, 2005, 2013), Fraxe (2000, 2009, 2011), Pereira (2001; 2007), Begossi (1993; 1995; 2004), Diegues (1993; 2001), entre outros citados neste trabalho.

A pesquisa buscou resposta a uma questão central: qual a dinâmica socioambiental da pesca artesanal na Área de Proteção Ambiental APA/Nhamundá-Parintins? Assim, o objetivo principal consistiu conhecer a dinâmica socioambiental das duas comunidades, com base na compreensão de como ocorre a pesca artesanal em uma Unidade de Conservação; a situação atual e as tendências do Acordo de Pesca, bem como a efetividade das políticas públicas na vida do pescador artesanal, particularmente a Política do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal (PSDPA). Também procurou verificar como ocorrem as territorialidades nos lagos Macuricanã, com ênfase nos saberes tradicionais empregados nas práticas pesqueiras.

Sob essa perspectiva, o presente trabalho está assim estruturado: Capítulo 1, **Pesca artesanal em Unidade de Conservação** procura situar a pesquisa no contexto das políticas ambientais do Estado do Amazonas, partindo de um breve retrospecto da criação e implementação das Unidades de Conservação estaduais, particularmente das UCs de uso sustentável onde se insere a categoria APA, situando a partir daí o desenvolvimento das políticas ambientais municipais de Parintins e a contrapartida do Município com relação à APA/Nhamundá. Dentro desse contexto, faz uma abordagem sobre as práticas pesqueiras em Unidades de Conservação, passando pela gestão institucional de UCs e da APA/Nhamundá. No fechamento do capítulo procura situar as comunidades no contexto socioambiental a partir de um reconstruto do surgimento das comunidades socialmente organizadas da várzea amazônica, focalizando e caracterizando ao final, as comunidades de estudo. Para apoiar a abordagem foram utilizadas publicações da SDS/AM (2007-2013), Diegues (1993), Guerra (2009), Pinto & Pereira (2001), Bauman (2003), Florestan Fernandes (1973), Leff (2006), entre outras.

O Capítulo 2, **Gestão Participativa e Políticas Públicas da Pesca Artesanal**, discorreu sobre a iniciativa de manejo participativo dentro do território, materializado em um

Acordo de Pesca pensado desde 2003 e normatizado em 2007, fazendo uma abordagem sobre os caminhos e descaminhos da experiência de gestão participativa, bem como a situação atual e as perspectivas dos moradores com relação ao manejo dos recursos ictiofaunísticos no Complexo de lagos Macuricanã. A segunda parte do capítulo traz uma discussão sobre políticas públicas da pesca artesanal, com ênfase na Política de Seguro Desemprego do Pescador Artesanal – PSDPA, popularmente conhecida como Seguro-Defeso, sobre a função das instituições representativas frente aos interesses dos pescadores, pela realidade da pesca durante o período do Defeso e a efetiva representação dessa política na vida do pescador artesanal. O aporte teórico deste capítulo tem como fundamentos principais: publicações do Pró-Várzea/IBAMA, Mcgrath et.al (1993), Pereira & Pinto (2007) e Scherer (2013).

Por fim, o Capítulo 3, **Território e territorialidades da pesca**, apresenta os aspectos socioambientais de uso dos territórios de pesca, evidenciando as territorialidades estruturadas nos ambientes aquáticos a partir da concepção de Saquet (2011), que as classifica sob forma de apropriação, relações e conflitualidades, intencionalidades com base no significado do território na vida dos pescadores e a práxis sobre o território revelada nas práticas pesqueiras com ênfase no conhecimento tradicional empregado na pesca artesanal. Para apoiar esta abordagem foram utilizados além de Saquet (2011), autores como Raffestin (1993), Sack (1986), Simmel (1983), Tuan (1980), Begossi (1993), Arruda e Diegues (2001). Vale ressaltar que, nos três capítulos foram consultadas teses, dissertações e periódicos atinentes à temática proposta.

Para iniciar a pesquisa, foi feita a apresentação dos objetivos, em reunião previamente agendada e realizada na igreja das comunidades, após a celebração religiosa, por dois domingos consecutivos. Para a coleta de dados, aplicou-se entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas e fechadas, referentes aos aspectos socioambientais da atividade da pesca onde “as questões seguem certa ordem ou referencial [...] e são formuladas a partir de observações ou entrevistas informais, exploratórias” (Gunther, I., 2008, 61). No decorrer da aplicação das entrevistas foram ouvidos dois agentes ambientais moradores na comunidade de São José, além dos moradores mais antigos de cada comunidade, em busca do resgate histórico desses lugares.

Cada comunidade tem em média 60 famílias, sendo extraída a amostra de 10 pescadores por comunidade, correspondendo ao total de 20 pescadores. A escolha dos pescadores foi de amostra aleatória simples, sendo adotado como critério de inclusão, aqueles maiores de 18 anos e com mais de 20 anos de atividade pesqueira.

A pesquisa é de abordagem qualitativa, que implica em uma “relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito,[...] um vínculo indissociável entre o mundo do objetivo e a subjetividade do sujeito” (Chizzotti, 1991; 79), apoiada na pesquisa de campo, com observação direta, na qual pode-se conhecer melhor o cotidiano dos moradores das comunidades varzeiras, especialmente no que tange ao acompanhamento da “lida” dos pescadores, percebendo os principais sentimentos e anseios que movem a vida destas pessoas. O caráter observacional da pesquisa permite uma aproximação maior com as experiências diárias dos pesquisados, podendo tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações (LUDKE, 1986).

A pesquisa de campo ocorreu no período de setembro de 2014 a janeiro de 2015, visando observar o ambiente de pesca nos dois períodos do ciclo hidrológico amazônico: vazante/seca, enchente/cheia. Em cada comunidade foi reservado o período de permanência de 15 dias seguidos, intercalados pelo período de 15 dias de uma comunidade para a outra, para a aplicação dos formulários, das entrevistas, dos registros fotográficos e anotações no diário de campo. Alguns obstáculos de ordem natural atrasaram o início do campo, pois a pretensão era iniciá-lo no mês de julho de 2014, porém, a enchente levou a maioria dos moradores a migrarem temporariamente para a cidade ou terrenos em terra firme. Como não foi possível localizar esses moradores, pois seu retorno ocorreu apenas no final de agosto, o campo foi adiado para o mês de setembro.

As coletas iniciaram no mês de setembro de 2014, se estendendo até o mês de fevereiro de 2015. Na comunidade de São José do Paraná do Espírito Santo de Cima, a pesquisa se realizou nas semanas de 08 a 13/09/2014 e 06 a 11/10 (período da vazante/seca) e nas semanas de 01 a 06/12; 15 a 20/12/2014 (período da enchente/cheia). Nesta localidade foi disponibilizado alojamento na residência de uma professora, próximo à sede da comunidade, e para a organização dos dados coletados, uma das salas da escola, no turno da tarde. A proximidade das casas com a escola, no período da vazante/seca possibilitou percorrer a pé o caminho para as casas dos(as) pescadores(as) que, durante a reunião do dia 24/08/2014, haviam se prontificado em colaborar com a pesquisa. Já no período da enchente/cheia, o percurso foi feito via fluvial com o apoio do barco escolar da comunidade.

Na comunidade de São Sebastião do Bôto, as coletas também foram feitas de modo a contemplar os períodos do ciclo hidrológico amazônico. No período de vazante/seca, o campo foi realizado nas semanas de 15 a 20/09; 13 a 19/10/2014 e no período da enchente/cheia, as

semanas 08 a 13/12/2014 e 05 a 10/01/2015. Tal como ocorreu na comunidade anterior, foi disponibilizado alojamento na casa da coordenadora da comunidade e uma sala na escola no turno da tarde para a organização do trabalho realizado com os pescadores durante a manhã. Porém, o percurso nessa comunidade foi feito exclusivamente por via fluvial, devido o trecho entre uma casa e outra não oferecer condições devido à densa vegetação ou ser intercalado por currais de gado bovino. Na primeira semana um morador (não participante desta pesquisa) fez o percurso em sua canoa (bajara), levando a pesquisadora na casa dos(as) pescadores(as) colaboradores da pesquisa, selecionados na reunião do dia 17/08/2014. Nas demais idas à comunidade, o percurso foi feito com apoio do barco da escola.

A ida às duas comunidades (travessia no rio Amazonas, da sede do município de Parintins às comunidades) foram feitas por meio de barcos de recreio que transitavam na frente das comunidades, fazendo linha da sede do município até a comunidade do Caburi/Parintins e até a comunidade do Aduacá, no município de Nhamundá. Visando a complementação de dados coletados, foram necessárias algumas idas mais rápidas às referidas comunidades, sem pernoite, as quais aconteceram no mês de fevereiro/2015, em voadeiras alocadas no município de Parintins.

Vale mencionar que durante a coleta do mês de setembro, um pescador do São José do Paraná do Espírito Santo de Cima se disponibilizou em colaborar com a pesquisa, propiciando o acompanhamento de um dia de pesca em dois lagos do Macuricanã, o Baixa Grande e o Mabari, favorecendo um enriquecimento nas informações colhidas anteriormente nas entrevistas com os pescadores. Com o intuito de possibilitar à pesquisa o conhecimento dos locais de acesso aos lagos no período da enchente/cheia (mês de outubro), um pescador do São Sebastião do Bôto se prontificou em percorrer com sua canoa/rabeta o igarapé de Santa Rita, localizado ao lado da sede da comunidade e do igarapé denominado por eles como Canal Ressaca.

Concernente à apresentação dos resultados, a pesquisa se constitui essencialmente qualitativa. Porém, em alguns dados específicos foram necessários tratamentos estatísticos na elaboração de gráficos representativos. Porquanto, o cerne deste estudo não buscou mensurar fatos, mas apreender o significado dos acontecimentos presentes nas práticas cotidianas da pesca artesanal.

Para o tratamento dos resultados foi utilizada a análise de conteúdo, um procedimento sistemático que visa apreender, através da análise das comunicações dos interlocutores, os objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (Bardin, 2009). Ou seja, o conteúdo implícito nas falas dos pescadores, obtido por meio das conversas informais e das entrevistas, foi sistematizado, organizado em categorias e, assim, possibilitou uma compreensão clarificada sobre as relações sociais, o significado dos lagos e da pesca e todos os aspectos socioambientais que compõem a atividade pesqueira no Complexo Lacustre Macuricanã –APA/Nhamundá.

Esse estudo enseja contribuir para o (re)conhecimento dos pescadores(as) artesanais, a partir da sua vida cotidiana, das tentativas de manejo comunitário, das formas de salvaguardar os territórios de pesca evidenciadas nas territorialidades aquáticas e com isso, dar “voz” aos principais atores sociais no tocante à sua inserção nas políticas públicas estaduais, não apenas as relacionadas à pesca, mas à construção da cidadania, que perpassa pela educação do cidadão para o efetivo exercício dos seus direitos e deveres civis, políticos e sociais.

CAPÍTULO 1

PESCA ARTESANAL EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

1.1 Unidades de Conservação no Amazonas: (re)conhecendo a APA Nhamundá-Parintins

Nas últimas décadas, o Estado do Amazonas tem avançado nas políticas ambientais, visando assegurar a conservação dos seus ecossistemas. No primeiro mandato de Eduardo Braga, o governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, criada em 2003, e suas instituições vinculadas, promoveu a expansão de Áreas Protegidas em mais de 18 milhões de hectares como Unidades de Conservação de uso sustentável e de proteção integral. (SDS, 2011). Nesse período, houve uma mudança na dinâmica das políticas ambientais na Amazônia brasileira, voltadas para a gestão territorial e combate ao desmatamento. Os governos estaduais responderam por 60% da criação de áreas protegidas no país, onde o Pará e o Amazonas foram responsáveis por 90% do total (TONI, 2011 apud VILARROEL, 2012).

A expansão territorial de áreas protegidas no Amazonas, incrementada entre os anos de 2003 a 2009, foi fruto de desdobramentos políticos dos órgãos públicos estaduais e parte da estratégia do governo que visava em primeira instância, fortalecer a política ambiental do Estado. Esses desdobramentos acabaram por incidir diretamente nas populações tradicionais desses territórios. Nessa perspectiva, o território ultrapassa a dimensão de poder e controle sobre determinado espaço, escrito em Raffestin (1993), em Andrade (1984) e perpassa pelas dimensões de espaço vivido como fruto das relações sociais, políticas, culturais e históricas, onde o resultado dessas produções espaciais se materializam em territorialidades, concebidas em Sack (1986), Saquet (2011), para citar alguns.

No que tange à política de gestão ambiental no estado do Amazonas, Villaroel (2012) em seu trabalho “Evolução Política da criação de Unidades de Conservação no Estado do Amazonas no período de 2002 a 2010”, registra a vinculação direta da atuação dos governos estaduais do Amazonas no avanço das políticas ambientais nesse período. No final da década de 1980, sobretudo no ano de 1990, acontece o primeiro esforço para a criação de UCs, na

gestão de Amazonino Mendes. Em 1989 foi criado o PAREST Nhamundá⁵, primeira UC do Norte do país. No ano seguinte, em 1990 seriam criadas as seis primeiras UCs do Estado, destacando-se a RSD Mamirauá, o Parque Estadual Serra do Araçá, APA Caverna Maroaga e a APA Nhamundá. No ano de 1996, o governo criou o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM (Lei Estadual nº 2.367/1996), com a finalidade de executar a política fundiária. Assim, o IPAAM passou a tratar exclusivamente da política ambiental do Estado, expedindo no mesmo ano, 250 licenças ambientais (SDS, 2013; 37).

A questão fundiária é um dos temas mais frágeis em termos de legalidade na Amazônia (Fernandes et.al.; Higuchi et.al 2003; 21), uma vez que, na interpretação do governo brasileiro, as terras de várzea (componente maior nos territórios das UCs) são de propriedade da União e, portanto, não pode haver propriedade privada (Gama; McGrath, 2007; 35). Com base nessa assertiva a SDS/CEUC entrou em parceria com o Instituto de Terras do Amazonas - ITEAM, visando a regularização coletiva e entrega de Concessão de Direito Real de Uso – CDRU⁶ em 15 UCs, ou seja, pela CDRU os moradores podem usufruir da terra, mas a propriedade desta é de domínio da União. Assim, esse modelo resolve a questão de licenciamento de projetos, mas não dá conta dos conflitos e de áreas sobrepostas em UCs. (SANTOS, F., 2013; 114)

No ano de 2002, o governador Carlos Eduardo de Souza Braga propunha como bandeira do seu governo, a revitalização da Zona Franca, por meio de uma nova agenda socioambiental para o Estado, o programa Zona Franca Verde. Para a implementação de tal projeto, foi criada a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS pela Lei nº 2.783, de 31 de janeiro de 2003, a qual decretava que o órgão teria como finalidade atuar na formulação, coordenação e implementação da política estadual de meio ambiente, dos recursos hídricos, fauna e flora, além da gestão de floresta, ordenamento pesqueiro para valorização econômica e fortalecimento das cadeias produtivas (SDS, 2013). No mesmo ano, o IPAAM foi vinculado à SDS para tratar do licenciamento, fiscalização e monitoramento ambiental no Estado.

⁵ Parque Estadual Nhamundá foi recategorizado em maio de 2011, Lei Estadual nº 3.602/2011 (Diário Oficial do Amazonas), e passou a se chamar APA Guajuma, categoria uso sustentável. A mudança de categoria foi motivada primeiramente pelo fato de existir inúmeras famílias residindo dentro do Parque, aliado à construção do aeroporto da cidade de Nhamundá. Mas o fator decisivo foi para permitir a transmissão do linhão de energia Tucuruí, uma vez que passando pela área do parque, hoje APA, facilitaria o custo do projeto (Gestor da APA, março de 2015).

⁶ Art. 23, Lei nº 9985/2000, SNUC.

Em 2007, o Governo Federal cria a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT (Decreto 6.040), com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável⁷ dos povos e comunidades tradicionais, propondo o reconhecimento e a garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, por meio do respeito e valorização da identidade e formas de organização⁸.

O Ministério do Meio Ambiente caracteriza as populações tradicionais⁹ como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (MMA, 2010)

A aproximação dos órgãos institucionais com as populações tradicionais existentes em áreas protegidas foi impulsionada principalmente pela questão da permanência ou não dessas populações em áreas de proteção integral, cuja categoria não permite presença humana em seu território. Desde a criação dos primeiros PARNAs Jaú e Anavilhanas, criados nos anos de 1980 e 1981, respectivamente, a utilização dos recursos naturais pelas populações do entorno já se apresentava como um “problema” a ser solucionado. A retirada das populações dessas áreas tem se constituído em um desafio para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO. Para citar, somente no PARNA Jaú cerca de 100 pessoas têm moradia no interior do Parque e a estimativa é que cerca de 800 pessoas residiam no território. Essas comunidades tradicionais vivem da pesca, do extrativismo e da agricultura de subsistência há mais de 30 anos, desde a criação do Parque¹⁰.

Para a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, o componente motivador viria das demandas sociais, principalmente nos estados do Amazonas e do Acre, oriundas em 1980 a partir das reivindicações de seringueiros que mantinham seu modo de vida apoiado no extrativismo. O principal motivo da luta era “o uso legal dos recursos naturais, a melhoria da qualidade de vida, tendo como base principal a geração de renda as populações

⁷ “desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Relatório Brundtland (documento “Nosso Futuro Comum”, publicado em 1987). Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=9166&n_link=revista_artigos_leitura

⁸ <http://www.mma.gov.br/developmento-rural/terras-ind%C3%ADgenas,-povos-e-comunidades-tradicionais>

⁹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

¹⁰ Informação da analista ambiental Leslie Tavares, disponível em: <http://www.portalamazonia.com.br/editoria/meio-ambiente/parque-do-jau-comunidades-ribeirinhas-resistem-em-deixar-area-no-amazonas/> Acesso em: fevereiro de 2015.

tradicionais” (Santos, F., 2013; 107). Vale dizer que os movimentos de natureza ambientalista normalmente são gerados no cerne das lutas sociais, e “caracterizam-se por sua composição pluralista e heterogeneidade de seus atores que vão conformando alianças em torno de objetivos comuns” (LEFF, 2001; 113).

Também em 2005, a lei nº 2.985 instituiu o Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEMAAM, com a finalidade de propor diretrizes para o desenvolvimento de planos, projetos e atividades voltadas para a área ambiental, visando a conservação e proteção dos ecossistemas do Amazonas. A referida lei promoveu a reestruturação da SDS em 2003, gerando a articulação entre os órgãos estaduais de meio ambiente e desenvolvimento econômico e social (VILARROEL, 2012; 107).

No âmbito institucional, a gestão de áreas protegidas consiste em estabelecer políticas e programas de gestão das Unidades de Conservação, cujo o objetivo primordial seria a conservação da biodiversidade e a melhoria da qualidade de vida das populações locais. Para cumprir tal propósito, foi instituído pela SDS, o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC, (Lei Delegada nº 66, de 9 de maio de 2007), formado por quatro instituições vinculadas: Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM); Fundação Estadual dos Povos Indígenas (FEPI); Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS) e a Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁs (SANTOS, F., 2013; 111).

Dentro da estrutura organizacional do Sistema foi criada também a Unidade Gestora do Centro Estadual de Mudanças Climáticas (CECLIMA), o Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC (Lei Complementar nº 53, de 5 de junho), bem como a regulamentação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC (SDS, 2013), que instituiu critérios técnicos e normas específicas para a criação, implementação e gestão das UCs Estaduais, Municipais e Particulares.

Com o fortalecimento das políticas ambientais na Amazônia, o Amazonas é possuidor do maior sistema estadual de Unidades de Conservação do país e do maior nível de conservação da biodiversidade, sendo um dos estados brasileiros que mais criou UCs nos últimos anos (SDS, 2011). O Estado possui 23,6 milhões de hectares de UC federal, 18,8 milhões de hectares de UC estadual e 1,8 milhão de hectares de UC municipal, além de 42 milhões de hectares de terras indígenas, totalizando 84,6 milhões de hectares de áreas protegidas (SDS, 2013; 25).

Vale destacar que, das 41 UCs criadas no Amazonas, 18.808.342,60ha, ou seja, 81,41% pertencem à categoria de uso sustentável: APA, RDS, Floresta e Resex, onde as RDS correspondem a 53,60% desse total. (SDS, 2013; 42). A categoria Uso Sustentável prevê o manejo do ambiente de forma a garantir a perenidade dos recursos naturais, dos processos e demais atributos ecológicos, de modo socialmente justo e economicamente viável. (SEUC, 2007). Entretanto, observa-se uma dessemelhança entre a realidade socioeconômica das populações tradicionais e as perspectivas constantes nos programas e projetos institucionais.

Das 41 UCs estaduais, 29 possuem gestores lotados nas sedes dos municípios, onde geograficamente a logística seja mais apropriada para a execução de suas ações. Entre as atribuições dos gestores das UCs, destaca-se a articulação e a interação entre os diferentes atores sociais (poder público, instituições de ensino e pesquisa, lideranças e associações comunitárias e demais entidades organizadas da sociedade civil) (SDS, 2013; 74). A iniciativa preencheu uma lacuna das políticas de gestão ambiental, abrindo espaço para o desenvolvimento de um trabalho mais eficaz junto às populações existentes em UCs, cabendo aos gestores locais promover essa articulação política entre os diferentes setores da sociedade civil.

No âmbito das Unidades de Conservação, na categoria Uso Sustentável, por sua característica, é imperativo que haja articulação entre os diversos setores da sociedade civil e institucional, isto porque nas unidades dessa categoria cabem múltiplas atividades econômicas e sociais e a sua criação visa ordenar ações não sustentáveis, sobretudo as que têm impacto sobre o meio ambiente (GUERRA, 2009; 55).

Por sua vez, as Unidades de Conservação da categoria Área de Proteção Ambiental – APA, referem-se, geralmente, a extensas áreas com certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos bióticos e abióticos, estéticos ou culturais, importantes à conservação da biodiversidade e qualidade de vida das populações humanas, objetivando prioritariamente disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (SEUC, 2007)

Nesse contexto, constata-se que as políticas governamentais na área ambiental do município de Parintins no baixo Amazonas, têm se mostrado incipientes, no que se refere à criação ou implementação de Unidades de Conservação, pois, apesar de definir em seu Plano Diretor, elaborado desde o ano de 2007, a criação de 25 áreas de interesse público para preservação e/ou conservação, apenas uma na área rural (Comunidades Aninga, Macurany e

Parananema) está pré-definida na categoria APA. Vale dizer que, até o presente, não há registros sobre a implementação de UCs nos planos ambientais do município.

O Plano Diretor do Município de Parintins prevê a criação de 07 Unidades de Conservação na área urbana de Parintins.

Tabela 01: Unidades de Conservação, área urbana. Adaptado do Plano Diretor ParintinsAM.

Denominação	Descrição
Castanhal	Proteção de espécies florestais nativas. Área verde para lazer e educação ambiental
Campo Grande	Conservação dos recursos hídricos, fauna e espécies florestais nativas.
Orla fluvial do rio Amazonas	Conservação dos recursos hídricos para assegurar a qualidade da água
Rede hidrográfica e reservas subterrâneas de água	“
Orla lacustrina do Macurany e da Francesa	“
Lago da Francesa e entorno	Conservação dos recursos hídricos, proteção dos investimentos (evitando e controlando a erosão do solo e o assoreamento), par assegurar a qualidade do ar e da água.
Enseada do Garantido - Manancial do Itaguatinga	

Na área rural estão previstas 18 Unidades de Conservação, entre elas o Complexo Lacustre Macuricanã:

Tabela 02: Unidades de Conservação área rural. Adaptado do Plano Diretor ParintinsAM.

Denominação	Descrição
Corredeira e Lago do Murituba	Atividades de Turismo e recreação
Lago Caburi	Conservação dos recursos hídricos e das belezas cênicas
Região do Macuricanã, na área pertencente ao Município (Complexo Lacustre Macuricanã)	Conservação dos recursos hídricos, as belezas cênicas, para assegurar a procriação de espécies da fauna e flora, conservação dos fragmentos das florestas de igapós e desenvolvimento de Turismo e Pesca Esportiva
Lago do Zé Açú	Conservação dos recursos hídricos
Fragmentos Florestais existentes no Projeto de Assentamento da Vila Amazônia	Manutenção e produção da fauna silvestre e propiciamento do manejo dos recursos florestais
Serra de Parintins	Conservação das belezas cênicas, proteção dos investimentos para evitar e controlar a erosão do solo e o assoreamento dos rios,

Tabela 02: Unidades de Conservação área rural (continuação)

		mesmos, proteção dos sítios históricos e/ou culturais, proporcionando oportunidades de recreação em contato com a natureza e atividades de educação ambiental
Comunidades Macurany	Aninga-Parananema	Conservação dos recursos hídricos, das belezas cênicas dos ecossistemas de várzea e terra-firme, oportunizando atividades de recreação em contato com a natureza, de Educação Ambiental para assegurar a qualidade do ar e da água.
Região da Valéria		Turismo, conservação dos artefatos históricos e arqueológicos, as belezas cênicas e os recursos hídricos.
Ilha de Várzea do Paraná de Parintins		
Lago do Máximo		Pesca e amostra representativa do ecossistema de Igapó e espécies nativas
Praia de Itaracuera e ilhas do entorno		Conservação das belezas cênicas, proteção dos sítios históricos e/ou culturais, proporcionando oportunidades de recreação em contato com a natureza
Igarapés ou furos: do Caburi, do Mocambo, do Boto, do Buiçu, do Buiçuzinho, do Zé Açú e do Zé Miri		
Ilha Vila Nova		Conservação de tabuleiro de quelônios
Rio Uaicurapá		Turismo e Pesca Esportiva
Rio Mamurú		Turismo e Pesca
Parintinzinho, na parte pertencente ao município de Parintins		Preservação dos recursos hídricos e pesca
Igarapé da Cristina		
Paraná do Limão		

Importante registrar que o Complexo fluviolacustre Macuricanã, constante no território da APA/Nhamundá, criada em 1990, é contemplado no Plano Diretor do município de Parintins, sob a perspectiva de resguardar as espécies de flora e fauna, além de promover o desenvolvimento da atividade turística e de pesca esportiva. Mas, apesar do território lacustre estar em sua quase totalidade (70%) em Parintins, não existem ações significativas por parte desse município voltadas para a APA.

A APA/Nhamundá-Parintins é a única Unidade de Conservação regulamentada no Município de Parintins, sendo regida por lei estadual. Foi criada em 09 de março de 1990, pelo Decreto nº 12.836, (SDS, 2013) e possui uma área de 195.900 hectares composta por uma extensa região, com aproximadamente 92 lagos (SEUC, 2007). Vale destacar que o território

da APA/Nhamundá-Parintins engloba dois Municípios do baixo Amazonas: Nhamundá e Parintins, sendo 30% do território do Município de Nhamundá e 70% do território do Município de Parintins.

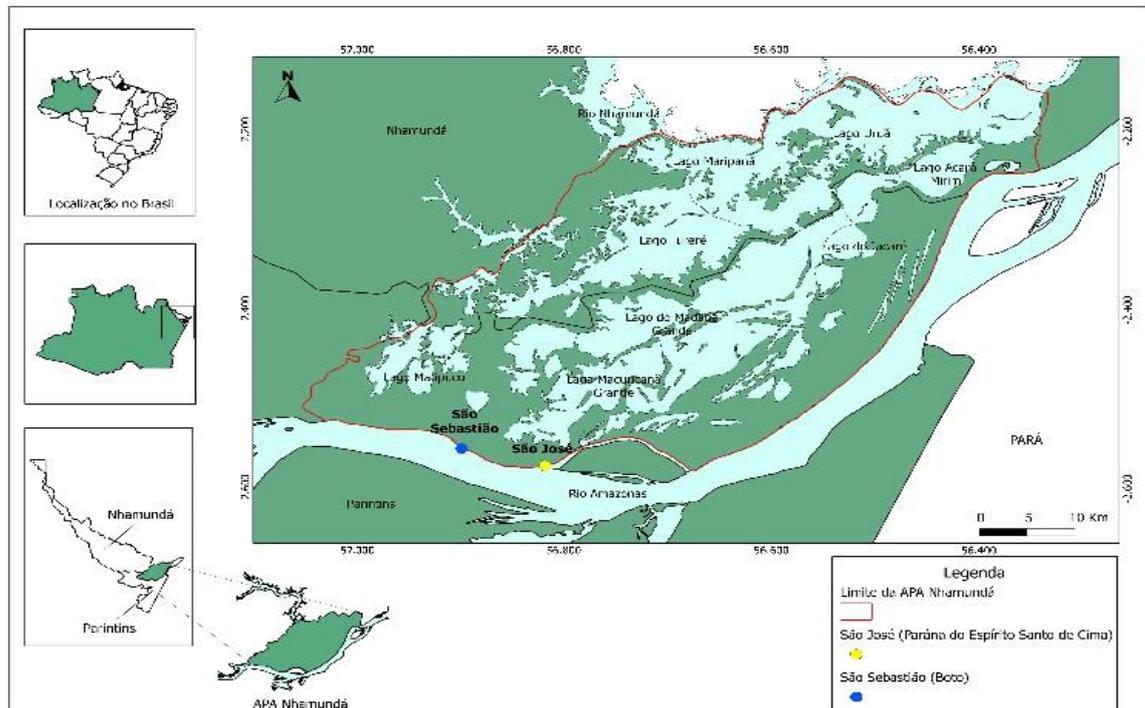


Figura 01: APA/Nhamundá, em destaque as comunidades área de estudo
 FONTE: Bases cartográficas ditais, IBAMA, 2010. Elaborado por MARQUES, R., jan/2015.

A demarcação do território da APA abarcou todo o complexo lacustre Macuricã, localizado na margem esquerda do rio Amazonas, em frente à sede do município de Parintins. Compondo a maioria do território da APA/Nhamundá, o ambiente lacustre se constitui como o principal atributo da APA, pela diversidade de lagos, furos, igarapés, restingas e paranás, que contribuem para a biodiversidade faunística, florística e ictiofaunística (VALENTE; AZEVEDO FILHO, 2011).

No interior da APA residem aproximadamente 1.305 famílias (SDS, 2013), distribuídas nas 33 comunidades, classificadas em 6 setores (tabela 03).

Tabela 03: Comunidades agrupadas por setores

1	Vila Bentes	4	Castanhal
	Santa Rita Igarapé do Bôto		Boa Vista / Fazenda Grande
	São Sebastião do Bôto		Bom Fim
	São José do Paraná do Espírito Santo de Cima		Arnacarú
	Paraná do Espírito Santo do Meio		São Pedro
	Paraná do Espírito Santo de Baixo		Sapucaia Conceição
2	Imaculada Conceição do Itaboraí de Cima	5	Laguinho
	Menino Deus do Itaboraí do Meio		Cutipanã
	São Vicente do Itaboraí		Merajuba
	Boa Vista do Itaboraí		Ararauá
3	São José do Itaboraí de Baixo	6	Urucuri
	Saúde da Boca do Jacaré		Aminarú
	Santa Ana do Igarapé do Jacaré		Aminaruçú
	São Raimundo do Araçá		Carana
	N.Sra. Aparecida do Anabú		Cúria
	N. Sra de Nazaré Caldeirão		
	Cristo Rei do Caldeirão		
Capitão			

FONTE: VALENTE, AZEVEDO FILHO (2011); SDS (2008).

As comunidades de várzea Macuricanã mantêm seu modo de vida apoiados na agricultura de pequeno porte, criação de pequenos animais e nas atividades extrativistas (caça e pesca), onde a pesca desponta como principal meio de sustento. Assim sendo, as comunidades existentes na APA/Nhamundá têm como base de sustento, *a priori*, o uso dos recursos naturais da várzea lacustre, devendo estas serem consideradas como parte integrante do ambiente.

Registra-se que até a década de 1980, as populações tradicionais das áreas protegidas não eram valorizadas como parte integrante do meio, sendo esse reconhecimento colocado em pauta somente a partir do “Nosso Futuro Comum”, documento oficial da Organização das Nações Unidas - ONU sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente (1986) no capítulo 6 (pág. 26), o qual enfatizou a importância das populações tradicionais em Unidade de Conservação. O documento recomenda que se dê o valor adequado aos direitos e à experiência dos povos tradicionais, se divulguem trabalhos de manejo dos recursos naturais e projetos de conservação cujo benefício venha diretamente do conhecimento acumulado pelas populações tradicionais (DIEGUES, 1993; 20).

Para Diegues (1993) as populações tradicionais são um tipo de organização social e econômica com pouca ou nenhuma acumulação de capital, envolvidos em atividades

econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato, baseada no uso dos recursos naturais. Esta população tem seu direito firmado na Lei Federal nº 9.985, do Sistema Nacional Unidades de Conservação - SNUC que assegura “a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação” (Art. 5º. Inciso III), devendo ainda ser obrigatoriamente acompanhada de estudos técnicos e consulta pública, com fornecimento de informações acessíveis à população local e demais interessados da sociedade civil e esferas governamentais.

Não há como negar que as populações tradicionais detêm o conhecimento substancial dos recursos naturais e, por isso têm reivindicado com vigor a autogestão de suas reservas. Leff (2006; 488) destaca que as comunidades estão ressignificando o discurso da democracia e da sustentabilidade, desencadeando novos movimentos pela reapropriação e autogestão produtiva da biodiversidade.

As políticas ambientais no Estado do Amazonas, até o ano de 2004, como visto anteriormente, eram planejadas e implementadas distantes das populações residentes em Unidades de Conservação, não havendo, portanto, uma aproximação com as populações tradicionais. Para Guerra (2009), historicamente esses setores não têm voz nos processos de demarcação e gestão das Unidades de Conservação.

Referente à criação da APA/Nhamundá, os pescadores artesanais, mesmo os moradores mais antigos das comunidades, afirmam desconhecer o momento em que o território passou a ser uma Unidade de Conservação, e tampouco acompanharam o processo de criação da APA no ano de 1990. O significado dos termos Unidade de Conservação e Área de Proteção Ambiental é desconhecido pela maioria, sendo relacionado com frequência ao Acordo de Pesca, que se tornou a experiência mais marcante na vida dos pescadores, moradores das comunidades do Macuricanã, especialmente as localizadas no setor 1. O Acordo foi instituído no ano de 2007 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, então órgão gestor das Unidades de Conservação no país, através do Projeto do Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – PRÓVÁRZEA, idealizado e gestado dentro da sua estrutura institucional, como veremos no Capítulo 2.

A questão principal quando se trata da gestão em Unidades de Conservação está na forma como as populações tomam parte no processo de criação. É indiscutível a importância da criação das UCs como forma de proteção à biodiversidade e territórios, especialmente

quando se trata da Amazônia, que, apesar das ocorrências de desmatamento, tem preservada a maior parte da sua biota. No entanto, em áreas protegidas são visíveis as situações de conflitos de variadas naturezas, pois essa terra, agora sob proteção legal, é morada de populações tradicionais muito antes da criação das Unidades que, dependendo da categoria, são as primeiras e principais afetadas nas restrições do uso dos recursos naturais. Na APA/Nhamundá os conflitos socioambientais acontecem há décadas sem que sejam tomadas medidas compatíveis de ordenamento, monitoramento, articulação política com órgãos públicos ambientais e sociedade civil, se constituindo em um desafio constante para os gestores da UC.

1.1.1 As práticas pesqueiras em Unidades de Conservação

O desafio contemporâneo com vistas a um desenvolvimento sustentável, implica na necessidade de formação de capacidades orientadas para as bases ecológicas, de equidade social e diversidade cultural. Isto possibilita que cada pessoa, cada sociedade, se aproprie dos saberes, técnicas e conhecimentos para gestão dos seus processos de produção e decisões sobre sua qualidade de vida. A partir desse processo, os povos e as comunidades podem intervir, com base em seus saberes e capacidades próprias, nos processos de decisão e gestão do desenvolvimento sustentável (LEFF, 2001; 246).

Para Leff (2001; 307) a transição para o desenvolvimento sustentável implica em mudanças importantes na dinâmica das populações e conduzem ao estudo das relações entre a cultura, a tecnologia e o manejo dos recursos, incorporando os valores, percepções e avaliações das populações sobre seus recursos ambientais, estando em primeiro plano a qualidade de vida dessas populações. Mas, para que essa perspectiva vire realidade nas UCs, urge a necessidade de formar as capacidades dos moradores das comunidades para que possam, através de seus saberes, desenvolver-se cultural, econômica e socialmente sustentável.

Na várzea amazônica a pesca possui uma dinâmica permeada por situações complexas e conflituosas em torno do uso coletivo dos espaços aquáticos, entre os diversos atores sociais: os pescadores artesanais, os pescadores comerciais citadinos, os pescadores comerciais locais (Jacaúna; Fraxe et.al., 2009), relacionados principalmente ao acesso dos recursos ictiofaunísticos, realidade presente no cotidiano das práticas pesqueiras artesanais dentro de uma Unidade de Conservação.

Guerra (2009; 28) argumenta que, em UCs de uso sustentável, tem sido destacado o papel determinante dos conflitos dos diferentes atores sociais na definição dos processos políticos de gestão ambiental, sendo necessária a intervenção do Estado, do esforço coletivo das comunidades e órgãos ambientais para a administração do uso e exploração sustentável dos recursos ambientais.

Contudo, Pereira; Pinto (2001) alertam para problemas que dificultam a gestão bem sucedida dos recursos ambientais, destacando a regulamentação da exploração do estoque do recurso pesqueiro que pode gerar conflitos por parte dos atores sociais (pescadores artesanais, pescadores comerciais, pescadores citadinos), pois, os esquemas de manejo, ao serem planejados, implicam no estabelecimento de um limite na quantidade individual ou coletiva a ser extraída por vez e isso pode levar os pescadores a adotarem um comportamento não-cooperativo, principalmente se este limite estiver abaixo de suas expectativas de ganho econômico.

Embora em condições desiguais com relação à pesca comercial, a pesca artesanal ainda é a atividade mais exercida pelos pescadores polivalentes, moradores da várzea amazônica, aos que Furtado (1993) caracteriza como aqueles que lavram a terra, criam, caçam, coletam sementes, extraem plantas medicinais, torram farinha de mandioca, preparam a farinha de peixe (piracuí) e pescam.

A pesca artesanal, por sua vez, caracteriza-se como uma “atividade onde o objetivo centra-se primeiramente em suprir o alimento familiar, baseada em simplicidade, na qual os próprios trabalhadores desenvolvem suas artes e instrumentos de pescas, auxiliados por pequenas embarcações e atuam na proximidade dos lagos e rios” (MPA, 2014).

No contexto socioeconômico das comunidades da várzea, especialmente as que vivem em áreas de UC, a pesca tem importância fundamental para o sustento dos pescadores, por se tratar de uma atividade extrativista, pois o produto, o pescado, já está pronto para comercialização quando é extraído da água, (Abreu, 2011) tornando-se a fonte de rendimento mais imediata para os pescadores artesanais, uma vez que as demais atividades de subsistência exigem um tempo maior. Já a agricultura tem produtividade lenta, depende da sazonalidade das águas e é praticada no período da vazante/seca, entre os meses de agosto a dezembro e a criação de pequenos animais (galinhas, patos) demanda espera do ciclo, que compreende a criação, a produção de ovos, a reprodução para fins de alimentação ou comercialização.

Entretanto, apesar de priorizar a pesca, o morador da várzea amazônica se utiliza dos três ambientes (terra, floresta e água) para realizar suas atividades polivalentes de sustento, de onde busca extrair os recursos naturais necessários à sua reprodução social material e/ou simbólica “o trabalho comparece como um ato de mediação entre os homens e a natureza e o resultado do trabalho é a transformação da natureza e a transformação do próprio homem” (Witkoski, 2007; 131). Cabe lembrar que as múltiplas atividades de subsistência são realizadas por todos os membros da família, estando incluídos no processo de trabalho, inclusive mulheres e crianças (SCHERER et al, 2003).

A atividade pesqueira em UC, mais que em outras localidades, é permeada de questões conflituosas em torno do recurso pesqueiro; os pescadores artesanais dependem dos ambientes de pesca desses territórios, entendido como seus, mas continuamente se veem dividindo esses espaços com pescadores comerciais e citadinos. Os pescadores, tanto artesanais, como comerciais e citadinos sabem que a pesca nessas áreas deve ser feita de maneira ordenada e, ao mesmo tempo, percebem que a pesca intensiva tem reduzido significativamente os estoques pesqueiros nesses ambientes.

Diante da contradição de interesses e necessidades, os pescadores artesanais locais se empenham em ações reguladoras da pesca predatória com iniciativas de manejo participativo do recurso pesqueiro, entretanto, quando estas iniciativas não são compreendidas nem abraçadas por todos os interessados geralmente decaem. Faz-se mister sublinhar também, que pouquíssimas unidades de uso sustentável possuem Plano de Manejo, o que dificulta mais ainda ações eficazes de ordenamento pesqueiro. Ademais, as dificuldades para a implantação dos Planos de Manejo vão desde à escassez de recursos financeiros dos órgãos gestores ao envolvimento efetivo de todos os setores interessados.

Dentro da APA/Nhamundá-Parintins, a atividade pesqueira tem como meio de transporte mais utilizado a canoa motorizada rabeta. A inserção do motor de popa na canoa, antes movida prioritariamente por tração manual, possibilitou ao pescador percorrer trechos mais distantes em menor tempo. Todavia, o remo ainda é elemento indispensável dentro da canoa, pois, ao chegar ao local de pesca, o motor é desligado e o percurso adentro dos igapós e em meio ao capim, é feito manualmente.

O pescador artesanal tem uma lida difícil, marcada pela constante adaptação à dinâmica das águas: durante o período de enchente/cheia, os diversos cursos d'água (lagos,

igapós) se juntam e os lagos ficam mais extensos. O percurso até o local de pesca se torna mais rápido; entretanto, com a subida das águas, os peixes se dispersam demandando um esforço e um tempo maior para a atividade. Já no período vazante/seca, o esforço maior é para chegar, porque nesse período os peixes se encontram em ambientes mais restritos, reduzindo o tempo de pesca.

Quanto aos apetrechos, o pescador dispõe de todos possíveis (caniços com anzóis de variados tamanhos, arco, arpão, haste, flecha, zagaia, espinhel, malhadeira e redes). Porém, com o avanço da pesca comercial e a competitividade pelo pescado, alguns apetrechos são utilizados com menos frequência. É o caso dos caniços, da zagaia, do arco e da flecha (fig. 2), do arpão e da haste, chamada pelos pescadores de “astia”, arreo utilizado para arpoar o pirarucu (*Arapaima gigas*).



Figura 02: Pescador verificando malhadeira
Foto: PIRES, 2014



Figura 03: Pescador segurando o arco e a flecha
Foto: PIRES, 2014

Antes estes arreios eram usados para a captura de peixes “grandes” como o tambaqui (*Colossoma Macropomum*), tucunaré e pirarucu (*Arapaima gigas*), sendo preteridos atualmente pelas malhadeiras (fig. 02) e tarrafas em função da redução dos tamanhos das espécies. Para o acondicionamento do pescado é usado o gelo, comprado na cidade ou em pequenas embarcações que percorrem os rios da Amazônia, realizando comércio de gelo e gasolina aos pescadores.

A redução no tamanho das espécies é algo preocupante e vem ocorrendo gradativamente desde a década de 1990, acentuando-se após o ano de 2009 com a paralisação das atividades de manejo na APA. Chamou a atenção durante esta pesquisa alguns aspectos, dentre os quais evidenciamos dois: o primeiro relacionado ao remo que, em tempos pretéritos era item fundamental para chegar aos pontos de pesca; sem o remo na canoa, o pescador nem saía para o lago. Atualmente grande parte dos pescadores possui a canoa motorizada denominada rabeta e, apesar de ser fundamental levar o remo, este passou a ser item secundário, sendo usado apenas para a movimentação da canoa dentro do igapó ou em locais sabidos como refúgio dos peixes. Outro aspecto refere-se à denominação “arreios”, que os pescadores vêm utilizando para os apetrechos de pesca, e vem sendo usada pelos pescadores locais, por influência de pescadores do estado do Pará.

Pretere Júnior et.al registraram em (2007; 13) que os pescadores se deslocavam “em canoas a remo, levando seus apetrechos de pesca chamados no Amazonas de ‘utensílios de pesca’ e no Pará de ‘arreios de pesca’”. Observa-se que em menos de 10 anos houve mudanças significativas na pesca dos rios e lagos do Amazonas e isso se refletiu no modo de vida dos moradores da várzea, particularmente dos pescadores artesanais que, acostumados a adaptar-se à dinâmica constante imposta pelas águas, se vêem continuamente em processo de adaptação como forma de reproduzir seu modo de vida social, econômico e cultural.

1.1.2 Gestão Institucional da APA Nhamundá e o desafio dos conflitos socioambientais

A APA/Nhamundá-Parintins, desde sua criação em março de 1990, não dispunha de gestores locais, estava sujeita às disposições dos órgãos institucionais (IBAMA, SDS, IPAAM). Somente a partir de 2008 começou a contar com a atuação de gestores locais, e no período de seis anos, a APA contou com a atuação desses profissionais, na árdua tarefa de gerir ações dentro de uma região permeada de situações conflituosas em torno dos recursos ambientais.

Para Simmel (1983) o conflito é uma forma de sociação entre as partes, destinado a resolver dualismos divergentes de modo a conseguir a unidade. Os conflitos no Macuricanã ocorrem geralmente em torno do uso dos lagos, entre pescadores artesanais locais, pescadores de outras comunidades e pescadores paraenses. Tratam-se de conflitos socioambientais que, pelas diferentes formas de uso comunal dos recursos, põem em pauta os bens subtraídos pelas

populações tradicionais, onde tende a prevalecer o uso dos atores sociais mais fortes (ACSERALD, 2010).

Ressalte-se que os gestores instituídos pelo CEUC para a APA-Nhamundá não têm durabilidade no cargo, por se tratar de designações de regime temporário; conseqüentemente, as ações desenvolvidas para a área não têm continuidade. Ademais, até o presente, a Unidade de Conservação não possui ainda um Plano de Gestão que assegure o manejo regulamentado dos recursos ambientais. “Este plano encontra-se em fase de elaboração, na dependência de recursos oriundos de compensação ambiental”¹¹ para sua efetivação¹². O processo de elaboração do Plano tem previsão para iniciar em 2015. “Os custos para a implementação são altos e as APAS não dispõem de incentivos ou apoios de instituições governamentais ou Organizações não Governamentais – Ongs”¹³.

No quadro demonstrativo relacionando às UCs com Plano de Gestão, um dado chama a atenção: das 41 UCs estaduais, 22 possuem o Plano publicado em portarias e 19 estão com o plano em fase de elaboração. Nas UCs que já têm o plano de Gestão, apenas uma UC na categoria APA possui o plano regulamentado: a APA Caverna Maroaga, dos Municípios Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva. Face o exposto, é perceptível a condição de segundo plano que as APAS ocupam no âmbito das ferramentas e estratégias para implementação das UCs no Estado. Ousamos dizer que as APAS são consideradas o “patinho feio” das Unidades de Conservação, pois quando existem recursos, estes são direcionados às outras categorias. De acordo com o gestor atual da APA/Nhamundá, o que falta nas UCs é organização para captação de recursos, sejam eles do Estado ou de instituições.

Com todos estes entraves, o atual do governo do Estado propôs uma mudança na reforma administrativa que tinha como principal alteração a aglutinação de pastas com praticamente as mesmas demandas. Na nova estruturação, a SECT e os demais órgãos ambientais passarão a ser integrados à SEPLAN. A medida objetiva enxugar a máquina do governo e foi aprovada na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - ALEAM no início de março de 2015¹⁴. “Com a nova reestruturação o Centro Estadual de Unidade de Conservação

¹¹ Instrumento de política pública que, intervindo junto aos agentes econômicos, proporciona a incorporação dos custos sociais e ambientais da degradação gerada por determinados empreendimentos, em seus custos globais. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/compensacao-ambiental.html>

¹² Informação cedida por (SILVA, V., DPMA/CEUC).

¹³ Informação cedida por (CRUZ, E., DPMA/CEUC, 2014)

¹⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/03/ale-aprova-reforma-administrativa-do-am-e-texto-segue-para-sancao-de-melo.html>

- CEUC deixa de existir, deixando suas ações para serem absorvidas pelo Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de UC”¹⁵. Concretizada esta reforma, inevitavelmente repercutirá nas demandas específicas de cada Secretaria, principalmente nos projetos e ações em andamento.

Por essa razão os gestores das APAS se desdobram para desempenhar sua função, trabalhando em forma de parcerias junto aos Municípios de abrangência. As parcerias são alternativas encontradas, visando estabelecer a participação efetiva dos poderes municipais nos conselhos gestores das Unidades de Conservação, propiciando maior diálogo entre os poderes, sobretudo nas unidades de desenvolvimento sustentável onde cabem múltiplas atividades econômicas e sociais, como forma de ordenar ações de caráter não sustentável (GUERRA, 2009; 55)

Visando a implementação do Plano do Manejo, de acordo com o CEUC/SDS pretende-se criar um Conselho Gestor local, com a participação de todos os órgãos institucionais e comunidades envolvidas. O referido projeto também se encontra em fase de elaboração. A formação de conselhos gestores em Unidades de Conservação faz parte das diretrizes do SNUC que prevê uma articulação com membros de diferentes esferas governamentais, além de representantes da sociedade civil (GUERRA, 2009; 53).

Recentemente o CEUC nomeou novo gestor para a APA/Nhamundá e direcionou um escritório local para o município de Nhamundá. O novo gestor, empossado no dia 01/07/2014¹⁶, iniciou sua trajetória no complexo lacustre Macuricanã como Agente Ambiental, na época em que o IBAMA era o gestor das Unidades de Conservação no país. Atua na gestão de duas APAS: a APA Nhamundá e APA Guajuma. A primeira, com território abrangendo os municípios de Parintins e Nhamundá e a segunda totalmente no município de Nhamundá.

¹⁵ Informação cedida por (CRUZ, E., DPMA/CEUC, março 2015).

¹⁶ Natural de Terra Santa, tem formação acadêmica em Gestão Ambiental, cursos de aperfeiçoamento e experiência na área. Também é fiscal concursado de meio ambiente do Município de Nhamundá e agente ambiental credenciado pelo IBAMA e pela SDS.

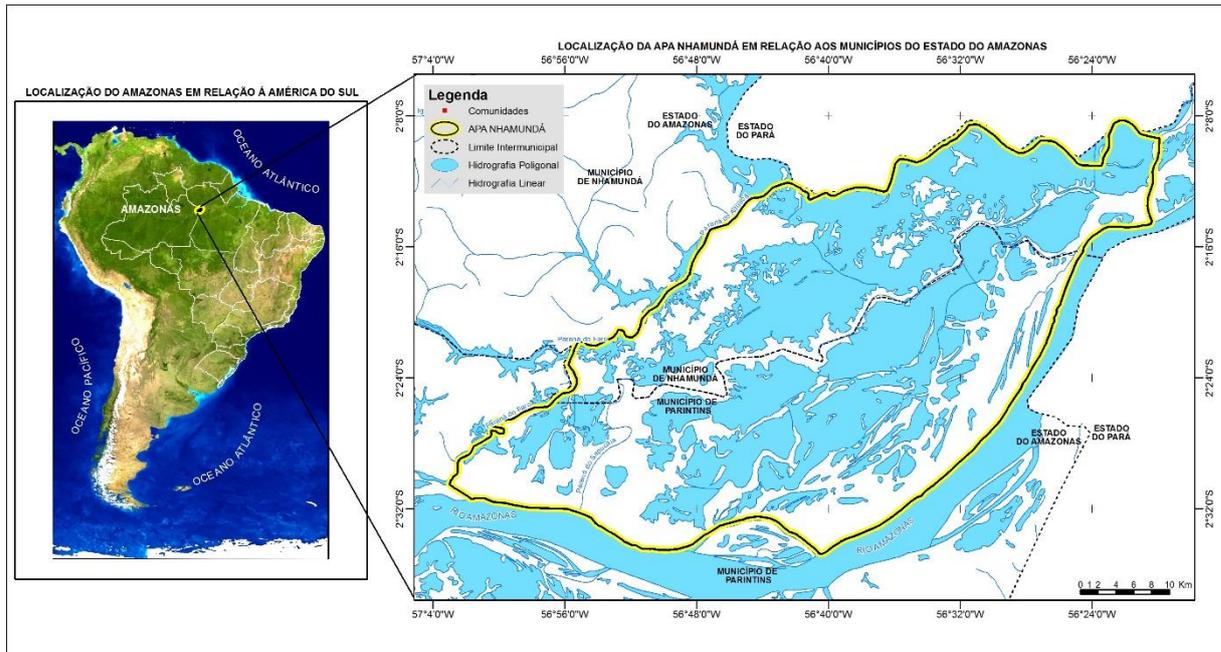


Figura 04: Área territorial da APA
 FONTE: SDS/Labgeo/CEUC, janeiro 2015

Visando apoio de estrutura logística para melhor atuar na extensa área, a nova gestão estabeleceu parcerias com os dois municípios do baixo Amazonas que têm domínio da APA. No Município de Nhamundá, buscou apoio com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Polícia Militar, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Colônia de Pescadores Z 48, Agência de Defesa Agropecuária – ADAP e IDAM. De acordo com o gestor da APA, tem tentado sem sucesso, manter contato com a Secretaria do Meio Ambiente do município de Parintins e, por estar recente no cargo, ainda não manteve contato com o SINDPESCA ou com a Colônia Z-17 de Parintins. “A gestão local conta com apoio de seis Agentes Ambientais, credenciados pelo SDS e do Projeto Pé-de-Pincha (manejo de quelônios) da Universidade Federal do Amazonas – UFAM”¹⁷

Quanto aos agentes ambientais SDS, tratam-se de moradores das próprias comunidades da APA, estando assim localizados: comunidades Caldeirão e Capitão (setor 3, lado Nhamundá), comunidades São José e Divino do Paraná do Espírito Santo (setor 1, lado Parintins). A localização dos agentes é estratégica, de modo a possibilitar o fluxo de informações entre os dois Municípios e certa abrangência no território da APA. A função dos Agentes Ambientais “é atuar como agente multiplicador na conscientização da população usuária, comunicando aos órgãos fiscalizadores a ocorrência de infrações na UC e zona de

¹⁷ Informação cedida por (SOUZA, O., novembro 2014)

amortecimento”¹⁸. Pela distribuição espacial dos AA percebe-se a insuficiência de recursos humanos para monitorar a área territorial da APA, pois, dos seis setores que compreendem as 33 comunidades, apenas os setores 1 e 3 dispõem de AA, os demais ficam descobertos.

A parceria da gestão da APA com a SEMMA de Nhamundá já beneficiou uma viagem de monitoramento dos lagos, que culminou em uma reunião na comunidade de São José do Paraná do Espírito Santo de Cima, no mês de outubro/2014, com a presença de líderes das comunidades adjacentes como o São Sebastião do Bôto, Divino Espírito Santo, Brasília e Catespera, além do secretário municipal de Meio Ambiente de Nhamundá e agentes ambientais. Na oportunidade, o gestor da APA informou que realizou a apreensão de redes de arrastão no interior dos lagos praticada por pescadores, dos quais o gestor optou por não expor os nomes, nem origem. Também ouviu as principais reivindicações dos moradores, entre as quais sobressaíram-se os conflitos em torno da pesca motivados pelas constantes pescas predatórias e discussões sobre a necessidade de reativação do Acordo de Pesca. Relatou ainda aos comunitários os encaminhamentos relativos a implantação do Plano de Manejo da APA e a formação do Conselho Gestor que deve se efetivar até o ano de 2015¹⁹.

Com base no relato dos pescadores, moradores das comunidades existentes na APA, o gestor local tem planejado como primeiras ações da sua gestão, apoiar institucionalmente a reativação do Acordo de pesca das comunidades do setor 1, propor o manejo da espécie mapará para toda a região do Macuricanã e verificar formas amigáveis de intermediar ou ao menos amenizar os conflitos recorrentes entre pescadores artesanais locais e pescadores de “fora”.

1.2 Comunidades no contexto socioambiental

A palavra comunidade é originada do termo latim *communitas*, que significa comum, relativo a todos (Machado, 1967). Ou seja, onde quer que membros de qualquer grupo, pequeno ou grande, vivam juntos e partilhem interesses e condições básicas de vida em comum, usa-se a denominação de comunidade (Fernandes, 1973; 122). Historicamente, o termo se relaciona aos primeiros grupos de pessoas que tinham vivência comum: as comunidades primitivas.

¹⁸ Informação cedida por (SOUZA, O., fevereiro 2015)

¹⁹ Ata de Reunião realizada no dia 10/2014, na comunidade de São José do Paraná do Espírito Santo de Cima

A comunidade primitiva foi a primeira forma de organização social, onde as relações eram baseadas na propriedade coletiva dos meios de produção. Não havia hierarquia de classes e os bens eram de uso comum. Viviam em pequenos grupos e sobreviviam da caça e coleta de espécies vegetais comestíveis. Quando deixaram de ser nômades, além da caça, praticavam a pesca e o cultivo de pequenas hortas. Ao tempo que permaneciam juntos, asseguravam sua manutenção e protegiam-se contra outras tribos.

Em uma perspectiva histórica sequencial, pode-se dizer que a relação homem e natureza é o fio condutor para o estabelecimento das comunidades atuais. Para citar, nos primeiros momentos a Geografia trabalhava mais com o conceito de comunidade do que sociedade, na busca pelo entendimento da complexa relação entre a comunidade (grupos particularizados) e o meio (natureza) ao longo do tempo (SUERTEGARAY, 2001).

De maneira consensual, comunidade se apresenta sob características específicas: uma base territorial, distribuição espacial de homens, instituições e atividades; uma vida em conjunto fundada em parentesco e interdependência econômica e uma vida econômica baseada na correspondência de interesses comuns (Wirth, 1956). Ou seja, onde quer que existam membros de qualquer grupo, partilhando o mesmo modo de vida, pode-se chamar de *comunidade*.

Apesar da inserção do sistema capitalista após a Revolução Industrial no século XVIII que dura até hoje, a comunidade não perdeu o aspecto da organização funcional e das relações sociais definidas pelos interesses em comum. De outro lado, o sistema capitalista contemporâneo centra-se na concentração de renda nas mãos da minoria, obtida pelo trabalho da maioria sob a forma de expropriação e exploração nos meios de produção. O desenvolvimento econômico próprio do capitalismo ocasionou o uso intensivo dos recursos naturais, levando à escassez relativa dos recursos, irrompendo uma crise ambiental, negada pelo sistema econômico e defendida por ambientalistas e sociedade civil (LEFF, 2006; 172).

Em meio à crise ambientalista, agregada à criação e expansão de áreas protegidas, nascem as relações de união e cooperação, que se fortalecem na busca de objetivos e interesses comuns, como acontece no interior do Amazonas. As noções de sustentabilidade sobressaem-se nas comunidades existentes em UCs, uma vez que a relação das comunidades e seu ambiente se caracteriza pelo fato de que tanto sua sobrevivência quanto a satisfação de suas necessidades básicas dependem da consonância entre suas práticas produtivas, das condições ecológicas e de seus valores culturais (LEFF, 2006).

Para este autor, o despertar social sobre as questões ambientais foi impulsionado principalmente pelo movimento ambientalista frente à degradação ecológica e a marginalização social, geradas pela racionalização econômica e as ineficazes políticas assistencialistas do Estado. No meio rural, o despertar socioambiental surge como forma de reapropriação e autogestão dos bens naturais e produtivos e visam *à priori* a manutenção dos meios produtivos através do uso dos recursos, o direito ao território e maior participação nas decisões que implicam diretamente no seu modo de vida, (idem; 453) especialmente os moradores da várzea amazônica que continuamente se adaptam à dinâmica das águas.

Desta forma, as demandas por equidade, justiça ambiental e democracia estão levando a sociedade civil em busca de novos objetivos direcionados à sustentabilidade, onde as demandas ambientais propugnam pela participação democrática da sociedade na gestão de seus recursos reais e potenciais, assim como no processo de tomada de decisões para a escolha de novos estilos de vida e pela construção de futuros possíveis sob os princípios de pluralidade política, equidade social, diversidade étnica, sustentabilidade ecológica, equilíbrio regional e autonomia cultural (LEFF, 2006).

1.2.1 Comunidades da várzea de Parintins

A várzea amazônica é oriunda da deposição de sedimentos dos rios de água branca que na verdade, têm coloração amarelada e turva. Sioli (1985) assinala que esses rios correspondem aos grandes rios com amplo volume e capacidade de transporte, sendo alguns meandrosos e outros mais retilíneos. Possuem grande capacidade de desbarrancamento (terras caídas) e deposição (pontas de praia e restingas). Os rios de água branca ou barrenta são muito instáveis, estão continuamente remodelando seus leitos, sobretudo pela deposição de sedimentos, influenciando fortemente na vida das populações que habitam as margens da várzea (Carvalho 2006; 34). Entretanto, são próximos a esses rios que há mais densidade populacional, pois a contínua dinâmica fluvial favorece a renovação dos solos, que contribui para a variedade de espécies e formação de exuberante paisagem ao longo dos rios.

Caracteriza-se como um ambiente complexo e heterogêneo devido à deposição irregular dos sedimentos, formando a várzea alta, baixa e do estuário (Moran, 1990). Os sedimentos maiores localizam-se próximo às margens dos rios, formando a várzea alta. Essa

proximidade faz com que o solo seja mais drenado, pois seu tempo de inundação é menor que as terras interiores (várzea baixa), favorecendo a agricultura. Entretanto, a parte alta da várzea é também instável, tornando a fertilidade do solo muito variável, porque o aterramento é afetado pela velocidade do rio, derrubando as terras das margens, fenômeno conhecido pela população como “terras caídas”, alterando continuamente a paisagem e, conseqüentemente a vida dos moradores da várzea, pois são nesses locais que eles constroem suas casas e formam a sede das comunidades rurais (FRAXE, 2000).

O município de Parintins apresenta em seu interior áreas de várzea, terra firme e igapó. Para os moradores do complexo lacustre Macuricanã, a várzea possui um significado histórico/cultural por lhes proporcionar, através de seus rios, lagos, igarapés e matas, o sustento na agricultura, na criação de animais ou em atividades extrativistas (pesca e caça).

No contexto amazônico, a história da maior parte das comunidades tem sua origem a partir de iniciativa da igreja católica, e sua expansão está relacionada à chegada dos padres do Pontifício Instituto das Missões - PIME na região amazônica. Com a chegada dos padres italianos em Parintins na década de 1930, os vilarejos existentes ao longo das áreas de várzea e terra firme passaram por um processo de organização, pautados na evangelização cristã, caracterizando-se como comunidades.

O termo comunidade empregado no decorrer deste trabalho justifica-se por sua ampla utilização na região amazônica, para se referir às organizações dos povos da área rural, tanto os das regiões de várzea quanto os da região de terra firme. As comunidades possuem um coordenador, denominado anteriormente por presidente, que representa os interesses da comunidade junto à igreja católica e demais setores do município.

Silva, C. (2009; 32) justifica a utilização do termo comunidade na Amazônia a partir de três características comuns nesses agrupamentos: a) poucos moradores, geralmente são aparentados; b) relativo isolamento entre as comunidades (muitas vezes dentro da mesma localidade existe uma longa distância entre os domicílios); e c) a presença da Igreja Católica na fundação e na organização dessas comunidades. Para Bauman (2003) a palavra comunidade sugere sensações boas, evoca tudo aquilo que se precisa para viver nos dias de hoje, seguros e confiantes, todavia, para alcançar essa segurança requer sacrifício à liberdade e isto “torna a vida em comum um conflito sem fim”. Deste modo, a comunidade é também espaço de conflitos e interesses divergentes. Em termos mais gerais, as várias formas de organização da

vida social que envolve graus mais profundos de identificação e comunhão da existência em sociedade (Fernandes, 1973; 53), podem ser entendidas como comunidade.

Na várzea amazônica, a apropriação dos recursos existentes nesses territórios e o direito à sua exploração são garantidos pela ocupação histórica de um território correspondente à comunidade, construído pelas gerações passadas que deram origem ao grupo social (Alencar, 2004). Com o intuito de entender o modo de vida nos povoados amazônicos, o antropólogo Charles Wagley, década de 1948, juntamente com sua equipe empenharam estudos em uma comunidade da região do Pará, buscando detalhar os aspectos sociais, culturais, econômicos da referida comunidade. Mais tarde, em 1988, Wagley, preocupado com os problemas socioambientais, especialmente relacionados à saúde e melhoria da qualidade de vida, ressaltava que os projetos políticos governamentais deveriam considerar as vicissitudes das populações do meio rural.

Na década de 1960, o marco da economia girava em torno do plantio da juta. Em toda a margem do Paraná era cultivada a fibra que era comercializada na Companhia Têxtil Fabril Juta e Caçapava. Com o fechamento da Fabril Juta, no ano 1984, o comércio da fibra entrou em declínio e os moradores das regiões de várzea contavam apenas com a comercialização em pequena escala de produtos agrícolas. Em busca de melhoria de renda, os pais de família começaram a agregar valor econômico a atividade da pesca (RIBEIRO; AMOÊDO, 2007 em elaboração).

A partir da década de 1970, a inserção da pesca industrial acompanhada da tecnologia, apresentou aos pescadores comerciais da região novos apetrechos, com maior poder de captura, entre eles a conhecida rede de arrastão, que passou a ser utilizada em rios e lagos da região. Os pescadores artesanais, vendo-se em desvantagem com relação aos novos apetrechos, passaram a adquirir motor de popa, adaptado à canoa, denominado “rabeta”; as malhadeiras com linhas de tamanhos variados e, assim, a partir da década de 80 houve uma intensificação da pesca na região do Macuricanã.

Na década de 1992/93, Witkoski realizou importante estudo na várzea Solimões/Amazonas, mais especificamente às microrregiões do Médio Solimões (Município de Coari), Baixo Solimões (Município de Manaquiri e Iranduba), Alto Amazonas (Município do Careiro da Várzea) e Médio Amazonas (Município de Parintins), onde procurou mostrar com base nas singularidades socioeconômicas dos camponeses como estes vivem e se adaptam ao ecossistema de várzea. Neste trabalho Witkoski ressaltou a utilização dos três ambientes na

várzea pelas populações rurais, práticas constantes até o presente no cotidiano varzeiro amazônico (FERREIRA, 2008; 176).

1.2.2 Comunidade de São José do Paraná do Espírito Santo de Cima

A obra “Clarões de Fé no Médio Amazonas” (1980), de autoria de dom Arcângelo Cerqua, primeiro bispo da igreja católica de Parintins, é uma obra da literatura parintinense onde pode se encontrar os dados primevos da história dos Municípios do Baixo Amazonas e uma abordagem inicial sobre a origem das comunidades rurais. Isto porque grande número dessas comunidades surgiu como Congregações Marianas que se reuniam em capelas improvisadas na casa de algum morador. Porém, ao redor dessas capelas, não demoravam a aparecer escola, campo de futebol, sede social, etc. Posteriormente, os terrenos foram doados ou vendidos a Prelazia (hoje Diocese) e foram se organizando outros movimentos de cunho religioso; várias atividades realizadas por pessoas formadas em cursos preparatórios, disponibilizados pela própria igreja católica em um Centro de Treinamento (Olaria) em Parintins (CERQUA, 1980).

Os dados relativos às comunidades são encontrados de maneira esparsa entre uma obra e outra, e, nas instituições municipais, ou não se encontram esses dados ou estes são insignificantes, podendo se afirmar que não existem registros oficiais das comunidades do interior de Parintins. O recorte histórico existente é oriundo, na maior parte, da memória dos moradores mais antigos. Na comunidade de São José a formação da comunidade, vem das lembranças e história de vida da senhora F. R. S. (78 anos), neta da fundadora da comunidade. Conta ela, a partir da narrativa de sua mãe Ana Pereira de Souza.

Minha avó Massa era uma escrava que tinha um ferro na coxa que se engravidou muito cedo de um índio chamado Raimundo. O casal fugiu para dentro, né, nessas terras que não tinham moradia. Meus avós tinham uma casa grande de telha onde eles comercializavam cacau, entregando nas ‘chatinhas’, como eles chamavam os navios que passavam lá. E eles foram trabalhando muito, tendo os filhos e se formando a comunidade. Então, a comunidade começou a se formar na década de trinta nesse terreno que chamaram de Terra Santa que hoje tem o nome de Paranazinho. A Terra Santa fica por trás de onde hoje é a comunidade; era uma várzea alta que quase não ia no fundo. Com o tempo essa parte lá secou e não dava mais pra passar os navios, foi então que minha avó se mudou para as terras da frente e deu para os filhos né, que casaram e vieram morar nessa parte, onde hoje tá a sede da comunidade com escola, igreja, e os descendentes dessa família, minhas tias vieram pra cá criar gado e pescar. Minha avó tinha duas irmãs que também vieram morar pra perto da próspera irmã, depois ela teve quatro filhos com meu avô: Ana, Maria do Carmo, Maria da Graça e Venuca e até hoje ainda temos descendentes aqui no Paraná (Pesquisa de Campo, setembro de 2014).

A história de um lugar, especialmente das terras de várzea, é marcada pela mobilidade constante de casas, pelo fenômeno das “terras caídas”, que além de alterar a paisagem, também destrói referências materiais importantes, necessárias para construir as molduras da memória social (Alencar, 2007; 96). A constante dinâmica a que está exposta a várzea dificulta, muitas vezes, a localização de eventos do passado, residindo nas narrativas dos mais velhos “as principais fontes de informações para se conhecer o modo como as pessoas percebem e se situam no ambiente, e as estratégias utilizadas para lidar com as contínuas transformações da paisagem e situar o ouvinte numa paisagem que não mais existe, sendo agora uma paisagem da memória” (IDEM, p. 97).

A primeira capela da comunidade de São José foi construída em madeira e tem sua data de fundação em 20/08/1968. A organização comunitária, comandada pela igreja católica, instituiu uma diretoria composta de presidente, secretário e tesoureiro. O primeiro presidente da comunidade de São José foi o senhor Nelson Flávio Xavier Valente (Cerqua, 1980). Atualmente, a denominação presidente foi trocada para coordenador, pelo entendimento de que a palavra presidente denota poder político, e por isso, inapropriada na concepção religiosa da formação das comunidades.

A ocupação das terras da várzea amazônica se forma a partir da ocupação do território, este, dinamizado pelas condições geográficas, históricas, econômicas, naturais e sociais, e sujeito ao regime hidrológico, principal responsável pelas transformações da paisagem rural. Para Andrade (1984), o espaço é produzido socialmente, resultado da ação do homem, transformando o meio natural de acordo com suas necessidades, sendo por isso, produto das relações sociedade-natureza.

Atualmente a comunidade possui 61 famílias no total de 220 pessoas, tem no quadro ao redor da igreja, a escola, duas casas que servem de anexo à escola, uma sede social e um campo de futebol. A igreja de alvenaria, que até a última enchente não havia sido inundada pelas águas, é alvo do comentário do pescador F.G.A, 65 anos:

Esse ano, o piso da igreja foi a primeira vez que o piso foi no fundo e olha que tem 40 cm de altura. Aí a gente reuniu um dia aqui depois do culto e a comunidade decidiu destelhar a igreja e suspender o baldame, pra suspender mais um pouco o piso, mas, o padre acha melhor esperar um pouco, porque esse piso é novo (Pesquisa de Campo, setembro de 2014).

A igreja católica teve e ainda tem um papel muito importante, estando presente como instituição política, social e cultural na vida destes povos. A própria configuração socioespacial de uma comunidade indica essa importância: geralmente a igreja ocupa a parte central, localizada sempre na frente da comunidade, sendo a referência do local. Ao redor, se dispõem o barracão comunitário e a escola. As festas do santo padroeiro também acontecem a partir da relação com a igreja católica, é o momento em que os comunitários reafirmam sua cultura (FRAXE, 2011).

As comunidades rurais que foram organizadas pela iniciativa da igreja católica, desde sua criação obedecem a uma hierarquia determinada pela entidade religiosa. De certa forma, a diocese departamentaliza as comunidades, distribuindo a coordenação das mesmas entre as paróquias²⁰ da sede do município, onde cada uma coordena as comunidades rurais especificadas na classificação. Desta forma, as decisões são acordadas na comunidade e em seguida, levadas ao padre em reuniões mensais que acontecem na sede do município, nas paróquias específicas.



Figura 05: Comunidade de São José do Paraná Espírito Santo de Cima. Ao centro a Igreja, ao lado esquerdo casa improvisada para o funcionamento do projeto “Mais Educação” e do Ensino Infantil e ao lado direito a Escola Municipal Gláucio Gonçalves. Foto: PIRES, 2014.

²⁰ Igreja principal de um bairro onde as igrejas menores (capelas) são subordinadas, incluindo as igrejas das comunidades rurais.

A primeira escola da comunidade, construída em 1976, na gestão do prefeito Gláucio Gonçalves, recebeu o nome de São José e funcionava somente com uma sala de aula. No ano de 2007, foi construída a segunda escola, na gestão do prefeito Frank Luiz Cunha Garcia e recebeu o nome de Escola Municipal “Gláucio Gonçalves”. A escola atual é de madeira e funciona com turmas do nível infantil ao médio. A educação Infantil tem uma turma do Maternal ao 2º período (14 alunos). O Ensino Fundamental funciona com turmas seriadas, sendo uma turma de 1º ao 3º ano (16 alunos), e outra de 4º ao 5º ano (17 alunos); no turno noturno, uma turma de Educação de Jovens e Adultos - EJA (11 alunos). Ao todo são 84 alunos sob a gestão da Secretaria Municipal de Educação – SEMED-Parintins, que disponibiliza os profissionais para atuar na educação escolar dos moradores da comunidade, sendo: 01 gestora, 04 professores, 02 merendeiras, 02 vigias, 05 transportadores escolares²¹.

Relativo ao transporte escolar, funciona da seguinte forma: A Prefeitura Municipal de Parintins, por meio da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, abre um edital de licitação, e os donos de embarcação concorrem mediante os seguintes requisitos: ser regularizado junto à Capitania dos Portos e ser associado da Cooperativa dos Transportadores de Parintins. No início do semestre escolar, os donos de embarcação credenciados (cerca de 200) recebem um recurso da Prefeitura de Parintins e do Governo do Estado para a compra do diesel e pagamento dos trabalhadores que farão a condução dos alunos na zona rural, normalmente moradores das próprias comunidades. Vale esclarecer que o mesmo processo ocorre para as demais comunidades rurais.

A Escola Municipal “Gláucio Gonçalves” possui três turmas de Ensino Médio, na modalidade de Ensino Tecnológico, num total de 42 alunos. Essa modalidade de ensino é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, que dispõe para a comunidade a estrutura para o funcionamento do curso, com equipamentos de mídia, TV, antena com captação de sinal via satélite, 03 professores assistentes e 01 transportador escolar.

²¹ Pessoas que fazem o transporte escolar ao longo do rio Amazonas, fazendo o trajeto de ida e volta dos alunos para a escola nos três turnos.



Fig. 06: Estrutura para o Ensino Tecnológico
Foto PIRES, 2014



Fig. 07: Antena parabólica p/captação sinal via satélite

No âmbito escolar é desenvolvido o programa Mais Educação, gestado pelo governo federal, por meio do Ministério da Educação, onde os professores são estimulados a elaborar, executar e, ao final de cada mês, apresentar os relatórios das atividades. O projeto Mais Educação apresenta um conceito de educação apoiado em aulas práticas e atividades lúdicas, com suporte de material para realização de oficinas de dança, canteiro sustentável, áreas do conhecimento e esporte. Entretanto, de acordo com relatos da professora (M. N. R, 54 anos), uma das executoras do Programa Mais Educação na comunidade:

Eles querem que o aluno passe mais tempo na escola, aos moldes da escola integral, só que funciona em parte, porque as nossas escolas não são adequadas para receber a criança o dia todo. Como na escola integral, as crianças teriam que ter almoço, um local para tomar banho para poder irem pra segunda aula. Mas, compensando essa deficiência, o governo manda bastante verba para jogos e auxílio de monitores, que são jovens do ensino médio, porque, na área rural não possuímos universidade para ser aluno de ensino superior (Pesquisa de Campo, outubro de 2014).

Observa-se uma discrepância entre os moldes de escola que o governo propõe, com a realidade presente nas comunidades rurais. Para desenvolver o “Mais Educação”, a comunidade improvisou seu funcionamento em uma casa (ao lado da escola) e na sede social, para atividades lúdicas e de reforço, e na área externa da escola, as crianças e os professores executam o Projeto “Canteiro Sustentável” (fig. 08), onde as crianças são incentivadas a apreender técnicas de

plântio de hortaliças, sabendo identificar o melhor adubo e época para plantar. Com as hortaliças cultivadas no projeto, a escola insere produtos orgânicos na merenda escolar.



Figura 08: Balcões do Projeto Canteiro Sustentável
Foto: PIRES, 2014

Para as atividades sociais realizadas pela comunidade, como reuniões, a Festa do Peixe Liso e a Festa do Padroeiro, são utilizadas as estruturas disponíveis no quadro da comunidade: a sede social com um anexo que serve de bar, e uma casa ao lado da escola, que funciona como cantina e o campo de futebol. A festa do Peixe Liso ocorre no mês de outubro, momento em que as espécies surubim e cuiú estão subindo o rio, rumo aos ambientes de procriação. Já a festa do Padroeiro é realizada no mês de março, no período de uma semana que anteceda o dia 19, dia destinado ao Santo (São José) pelo calendário católico.



Figura 09 - Campo de futebol da comunidade de São José
Foto: PIRES, 2014

O campo de futebol (fig.09) atualmente está comprometido, devido à ação das águas. A cada final de enchente é necessário realizar um nivelamento no terreno, pois a deposição de sedimentos durante a enchente, aliada a ação do gado na vazante/seca, faz com que o terreno fique muito acidentado.

1.2.3 Comunidade de São Sebastião do Boto

A exemplo das demais comunidades do interior do Amazonas, a história da comunidade de São Sebastião é oriunda da memória dos moradores mais antigos. No ano de 2006, a professora Maria Saúde Lima de Souza, moradora da comunidade desde que nasceu, sentiu a necessidade de resgatar e escrever a história do lugar, o que realizou através de um projeto durante sua graduação no curso PROFORMAR da Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Na época, a professora também era coordenadora da comunidade e desenvolveu o projeto dentro do âmbito escolar.

Souza, M., (2006) com base nas narrativas dos moradores mais antigos (senhores Zenilson Reis, Máximo Matelins, Sebastião Solônidas Martins e João Batista de Souza) reconstruiu a memória social da comunidade de São Sebastião. Através das lembranças contidas nas memórias destes moradores, os mais antigos da comunidade, foi possível resgatar fatos e acontecimentos responsáveis pela formação do território. Como bem assinala (Alencar, 2007; 100), o vínculo com as gerações passadas e com o lugar, é reforçado com as narrativas daqueles que são os guardiões da memória, que, ao narrar a história do grupo, dão continuidade ao lugar na memória das gerações presentes.

São Sebastião da Costa do Bôto, situada na margem esquerda do rio Amazonas, foi fundada em maio do ano de 1968 pelo Padre Augusto Gianola, então pároco da igreja de São José Operário, município de Parintins, e diretor espiritual das comunidades. De acordo com os senhores Máximo Batista, João Batista e Sebastião Solônidas, o padre visitava constantemente as comunidades e, observou que as pessoas que residiam na margem do rio Amazonas se deslocavam até a Santa Rita do Igarapé do Bôto para as celebrações aos domingos, distante da igreja de Santa Rita cerca de uma hora, pois, na época, como não existiam os “rabetas”, as viagens se faziam por meio de canoas a remo.

Relatam os senhores Zenilson Reis e Máximo Matelins, que o padre, vendo a necessidade de construir uma comunidade naquele local, conversou com o senhor João Batista

de Souza e o encarregou de levar para frente essa empreitada. O senhor João contou com o apoio dos demais moradores ribeirinhos e por um ano realizaram as celebrações dominicais²² na casa do senhor Aníbal Martins, local onde foram batizadas muitas crianças, filhas dos moradores da margem do rio.

De acordo com senhor Sebastião Solônidas Martins, a partir daí foi eleita a primeira diretoria que iria dirigir a comunidade, sendo eleitos o senhor Aníbal Martins como presidente, Alcides Ferreira Pontes (tesoureiro) e Zenilson Reis Carneiro (secretário). Nesse mesmo tempo, surgiu um questionamento sobre o local em que seria construída a igreja. Então, o senhor Antônio Quintino, morador que cedia a imagem de São Sebastião para as celebrações, sugeriu que fosse em sua propriedade na Boca da Santa Rosa do Igarapé do Bôto. Entretanto, o padre não concordou, pois era de opinião que fosse na margem do rio. Diante disso, o casal Aníbal e Amanda Martins doou um terreno de 50 metros, na parte da frente da comunidade. O terreno dos fundos foi comprado posteriormente com recursos da festa do padroeiro.

Acrescenta o senhor João Batista de Souza que anos depois, o senhor Joaquim Lima Barbosa comprou a propriedade do senhor Aníbal Martins e doou mais 10 metros para o terreno da comunidade, que passou a medir 60m de frente com 200m de fundos. Na época contavam 70 famílias entre moradores da margem do rio Amazonas (Costa do Bôto) e algumas dentro do igarapé do Bôto (Santa Rita). As famílias eram numerosas e havia boa participação tanto na parte religiosa quanto social durante os festejos em homenagem ao padroeiro, santo da localidade.

O senhor Zenilson Reis Carneiro relembra que a fonte de renda era advinda da produção de cacau, seringa, juta, pesca do peixe liso, pirarucu, capivara, couro de jacaré e cobra sucurijú. Os produtos eram entregues aos patrões²³, que financiavam os implementos agrícolas aos trabalhadores. Por volta de 1968, produtos como bacaba e banana eram vendidos diretamente ao consumidor na cidade de Parintins. A pecuária estava começando a se evidenciar com a criação de gado branco pelas famílias Teixeira e Cardoso. Atualmente a economia da comunidade de São Sebastião se baseia na pesca, na agricultura e na pecuária.

²² Os moradores da área rural, seguidores da doutrina cristã católica, denominam as celebrações aos domingos de culto dominical e seguem os folhetos (semanário litúrgico catequético) que é disponibilizado pela paróquia.

²³ Assim chamados os senhores Manoel Fonsecas Pontes, Bertoldo Matelins e João Sobrinho que movimentavam a economia local da época.

Para Alencar (2007; 98) o espaço torna-se socialmente significativo e se transforma em lugar, quando nele se inscreve a história do grupo, quando é socialmente construído, transformado pelo trabalho das gerações passadas. A parte social é movimentada na atualidade por meio de festas dançantes, bingos e partidas de futebol realizadas no período da festa do padroeiro São Sebastião e Festival da Melancia, atividades sociais promovidas pela Escola ou Coordenação comunitária, como forma de angariar recursos para a melhoria da estrutura da comunidade. A Festa da Melancia ocorre no mês de novembro com apresentação de quadrilhas, corrida de rabetá, concurso da maior melancia (fig.10) e o ponto alto da festa, a apresentação do Boi Melancia, com suas rainhas, vaqueiros e alegorias (Anexo).



Figura 10: Concurso da maior melancia da comunidade de São Sebastião
Foto: PIRES, 2014

O senhor Sebastião Solônidas Oliveira Martins recorda que em épocas passadas as festas e os jogos de futebol eram realizados nas casas dos moradores de São Sebastião e os jovens do Igarapé do Boto, São José do Paraná do Espírito Santo e Vila Bentes vinham de canoa, a remo, para participar, pois era a única forma de lazer da época.

Relembra ele que, em 1987, o superintendente do Banco do Brasil, juntamente com uma equipe do Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial – PDRT, visitaram a comunidade e fizeram a implantação de um posto de saúde e um telefone público. Nesse mesmo ano se iniciou a construção da igreja em alvenaria, que viria a ser concluída no ano seguinte. Assim, no dia 08 de abril de 1988, aconteceu a inauguração da nova igreja, com a presença dos padres José Panizzo (já falecido) e Egidio Mozzato (atual pároco da igreja de São Benedito em Parintins), o senhor Simão Assayag e um colaborador vindo da Itália. Os moradores recordam com muita alegria esse momento, dizendo ter sido um dia inesquecível para todos.

A primeira escola da comunidade viria a ser construída em 1988 e doravante passaria a ser gerida pela Secretaria Municipal de Educação de Parintins - SEMED. Era um prédio de madeira com 03 salas, uma cantina e uma varanda. Estudavam 83 alunos, distribuídos em turmas de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental. Em agosto do ano 2000, a comunidade recebeu uma outra escola na administração do prefeito Heraldo Maia e colaboração do secretário municipal de educação, senhor Manoel Lázaro de Souza Teixeira. Em outubro do mesmo ano aconteceu a inauguração da escola e a implantação do projeto Escola Ativa, na Escola Municipal Washington Luiz Teixeira²⁴.

No início de 2004, foi necessária uma reforma na escola e na torre da igreja, ambas destruídas por um temporal, reforma esta providenciada pela administração do então prefeito Enéas Gonçalves. No ano de 2006, a escola funcionava com 42 alunos. A comunidade era formada por 48 famílias, totalizando 196 pessoas, sendo uma parte localizada dentro do igarapé do Bôto e outra na margem do rio Amazonas, identificada pelos moradores como Boca ou Costa do Bôto.



Figura 11: Comunidade de São Sebastião do Bôto (destaque igreja e escola)
Foto: PIRES, 2014.

²⁴ Os dados históricos da comunidade, contidos nos relatos dos senhores Zenilson Reis, Máximo Matelins, Sebastião Solônidas Martins e João Batista de Souza foram extraídos do Trabalho de Conclusão de Curso (2006) de autoria de Maria Saúde Lima de Souza, moradora da comunidade de São Sebastião do Bôto.

Atualmente a comunidade contém 50 famílias, totalizando 191 pessoas e dispõe da seguinte estrutura: duas escolas de madeira: uma de Ensino Fundamental e outra com equipamentos de mídia e TV para o Curso Tecnológico, nível médio (fig. 12/A). Na sala ao lado foram instalados dois computadores para uso de pesquisa dos alunos da escola (fig.12/B). Segundo dados disponibilizados pela coordenadora da comunidade e também funcionária da Escola (L.M.S.S., 37 anos), no ano escolar de 2014, a Escola Municipal Whashington Luiz Teixeira dispunha de uma turma multisseriada de I, II, III períodos da Educação Infantil até o 1º ano do Ensino Fundamental, totalizando 16 alunos. O Ensino Fundamental de uma turma de 2º e 3º ano (14 alunos), uma de 4º e 5º ano (10 alunos), uma de 6º e 7º ano (11 alunos) e uma de 8º e 9º ano (14 alunos), totalizando 65 estudantes. A modalidade Ensino Tecnológico tem uma turma de 1º ano (23 alunos), 2º ano (8 alunos) e concluindo o 3º ano (5 alunos).



Figura 12: Estrutura do ensino tecnológico na comunidade de São Sebastião
Foto: PIRES, 2014.

A merenda escolar do Ensino Fundamental é fornecida pelo Município de Parintins, e do Curso Tecnológico, fornecida pela SEDUC. Importante citar que os produtos componentes da merenda escolar, tanto do Município quanto do Estado, são os mesmos. O que mais chamou a atenção foi a quantidade de industrializados inseridos na merenda como almôndegas, charque, salsichas e sucos de garrafas. Interessante observar ainda a grande aceitação dessa merenda pelos alunos, especialmente as crianças, as quais pedem para repetir. Segundo a merendeira da escola (L.M.S.S., 37 anos):

O cardápio deles em casa é só peixe, aí venham pra cá pra escola, e eles querem repetir, vê uma comida diferente, uma merenda diferente e quando é mais do gosto deles, repetem duas ou três vezes. Na própria casa dos moradores quando têm, eles vão no frango, na carne e isso só, como diz a história, só quando vão pra Parintins, sempre eles trazem o mais fácil, o frango que é mais barato, pra poder mudar, diz eles, de cardápio, só de peixe (Pesquisa de Campo, janeiro de 2015).

Isso se deve ao fato da alimentação dos moradores ribeirinhos ser baseada principalmente no peixe. Semanalmente, os moradores das duas comunidades vão até a cidade e compram frango de granja, como forma de diferenciar o cardápio caseiro. Santos, A., (2012), em um estudo sobre segurança alimentar nos bairros da área urbana e nas comunidades de Santa Rita e São Sebastião do Bôto, município de Parintins, identificou uma mudança nos hábitos alimentares, principalmente a preferência dada a alimentos industrializados em vez dos orgânicos, que se reflete na tradição cultural tanto das populações varzeiras quanto dos moradores urbanos.

As atividades sociais e religiosas são realizadas nos espaços em que dispõe a comunidade: a igreja (para a celebração religiosa aos domingos), a sede social (realização de reuniões e festas dançantes). No quadro da comunidade também tem um campo de futebol (realização de torneios intercomunidades) e um palco que serve para animação do arraial religioso e realização de bingos promovidos normalmente pela escola.



Figura 13: Campo de futebol de São Sebastião
Foto: PIRES, 2015.

O campo de futebol de São Sebastião (fig.13), apresenta um aspecto bem conservado, devido a sua localização, atrás da igreja, ser uma área de várzea alta, fora do alcance da ação da cheia do rio Amazonas. Dizem os moradores que, até o momento, nenhuma cheia conseguiu alcançar o terreno do campo. Quanto ao transporte escolar, é feito por barcos de pequeno porte, com viagens às 6h, às 11h, às 13, às 17h e às 22h, fazendo o trajeto de ida e volta de crianças, ao longo da margem do Amazonas. A informação concedida pela ACS da comunidade, localiza as residências limítrofes da comunidade de São Sebastião do Boto com as comunidades adjacentes: lado leste, em direção à comunidade de São José do Paraná do Espírito Santo de

Cima, o marco é a residência do senhor Jair Oliveira dos Santos; pelo lado oeste, em direção à comunidade de Vila Bentes, é a residência antes do terreno do empresário Joilton Azedo; adentrando o Igarapé, o limite com a comunidade de Santa Rita vai até a fazenda do senhor Ozair Albuquerque. Esses limites são indicativos igualmente para o transporte escolar dos alunos da comunidade de São Sebastião do Bôto.



Fig. 14: A - Transporte Fluvial em funcionamento (setembro 2014); B - Percurso feito a pé, indo por terra para chegar à Escola (janeiro, 2015)

Foto PIRES, 2014/2015.

Durante o ano letivo de 2014, o transporte escolar foi feito por quatro embarcações, sendo dois barcos (Pai Mundinho e Palmer Coimbra) e duas bajaranas, uma delas denominada de “Jabulania”. Porém, o ano letivo de 2015 iniciou com prejuízos ao ensino rural, devido a não abertura da licitação para transporte escolar. Na comunidade do Bôto, os professores optaram em iniciar o ano letivo, obedecendo ao calendário escolar da várzea, determinado pela SEMED-Parintins, em detrimento à forma como os alunos fazem para chegar até a escola, expondo-se as intempéries naturais (chuva, ventos) que tornam a circulação fluvial bem perigosa pela forte correnteza do rio Amazonas, ou fazem o percurso a pé por terra (fig. 14), além do que, para que os filhos cheguem para a escola, os pais mudam sua rotina, interrompendo suas atividades laborais.

Com relação à área da saúde, a comunidade dispõe de um Agente Comunitário de Saúde – ACS, a senhora M.C.G. (37 anos), que realiza visitas periódicas às famílias, tanto da margem, quanto do igarapé, em um pequeno bote de alumínio, com motor de 4HP, sendo que a gasolina e o bote são disponibilizados pela administração municipal de Parintins. A ACS relata que atua mais na assistência básica e prevenção, pois os casos graves são muito raros, e quando ocorrem, são relacionados a acidentes de trabalho de pescadores (mordidas de jacarés e cobras) e agricultores (cortes com enxada e terçado).

Pela proximidade com a sede do município de Parintins e favorecidos com o programa do governo federal Luz para Todos - PLpT, a maioria das casas das duas comunidades possuem eletrodomésticos: rádio, tv, fogão. Poucas casas possuem eletroeletrônicos, como aparelho celular e notebook. Os moradores também dispõem de uma bomba d'água e caixas d'água, sendo muito raro observá-los carregando água do rio; no entanto, a lavagem das roupas ainda é feita na “ponte”, espécie de porto em frente às casas, usado mais para embarque/desembarque, visto que ao longo dos rios, o único meio de transporte é o fluvial.

Como pôde ser visto no decorrer deste capítulo, as comunidades de São José do Paraná do Espírito Santo de Cima e São Sebastião do Bôto possuem um processo histórico similares de ocupação e produção do espaço, visto que se organizaram socialmente por iniciativa da Igreja Católica, e desde então, estas comunidades passaram por mudanças estruturais que não diferem muito das outras comunidades rurais de Parintins. A partir da mobilização conjunta dos moradores junto ao poder público municipal, as comunidades de São José e São Sebastião dispõem de infraestrutura básica similar: uma escola, com turmas do ensino infantil ao ensino médio (curso Tecnológico), uma igreja, uma sede social, um campo de futebol. O serviço de energia elétrica vem de um programa do governo federal que visa acabar com a exclusão elétrica dos moradores de áreas rurais. É coordenado pelo Ministério das Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás, que estendeu a rede de energia para todos os 62 municípios do estado do Amazonas, atendendo mais de 415 mil pessoas²⁵.

Devido às condições geográficas da região amazônica, especialmente nas áreas de várzea, a Eletrobrás adotou a tecnologia de cabos subaquáticos, que possuem em média 7 centímetros de diâmetros, sendo utilizados para a travessia de rios e lagos ou regiões alagadiças. O serviço de extensão de energia conta com o apoio da equipe técnica, da Marinha do Brasil e de profissionais habilitados, conhecedores das peculiaridades tanto das correntezas dos rios como da população ribeirinha. Porém, durante os meses de agosto, setembro, outubro e novembro do ano de 2014, o gerador do PLpT, localizado na Agrovila do Caburi, deu pane, deixando as comunidades de São Sebastião e Santa Rita do Bôto, São José, Divino e São Francisco do Paraná do Espírito Santo, Vila Bentes, Brasília e Catespera, localizadas no setor 1 da APA/Nhamundá, sem energia elétrica, restabelecendo o serviço somente em dezembro desse mesmo ano.

²⁵ Disponível em: <http://www.eletobrasamazonas.com/cms/programa-luz-para-todos-atendeu-mais-de-415-mil-pessoas-no-amazonas/> Acesso em: 28 de março de 2015.

Quanto à água para o consumo, existem diferenciações entre as duas comunidades: no São José, os moradores fazem uso da bomba d'água para abastecer caixas d'água, usando o líquido tanto para lavar louças, quanto para a higiene corporal. Para beber, acondicionam na geladeira ou filtro, e quando não possuem nenhum dos itens anteriores, utilizam gelo comprado na cidade de Parintins ou dos comerciantes itinerantes, e vão consumindo a partir do seu derretimento. No São Sebastião, os moradores possuem uma espécie de filtro purificador, que elimina os sedimentos contidos nas águas barrentas do Amazonas; o equipamento foi instalado nas casas do Boto por iniciativa do Pró-Várzea em 2007. Entretanto, os moradores quase não o utilizam, alegando que o purificador requer um componente difícil de adquirir na cidade e assim, a água para o consumo, proveniente do rio Amazonas, é tratada de maneira rudimentar, coada em um guardanapo. Outra alternativa é acrescentar gotas de cloro, produto distribuído pela agente comunitária de saúde durante suas visitas. Após esse processo, a água é resfriada nos filtros, geladeiras ou isopores.

CAPÍTULO 2

GESTÃO PARTICIPATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA PESCA ARTESANAL

2.1 Manejo dos recursos pesqueiros: o Acordo de Pesca do Complexo de Lagos Macuricanã

A atividade pesqueira é praticada pelos habitantes da Amazônia desde o período pré-colombiano. Há registros das diversas modalidades de pesca e do comércio de produtos, como tartarugas e pirarucus, nos grandes centros da região desde o fim do século XIX. (Verissimo, 1895; Rufino, 2005). Historicamente, a pesca funciona como uma atividade complementar à agricultura familiar. Somente no final do século XX, a pesca transformou-se em atividade profissional, principalmente após a decadência de comercialização de juta e borracha, antes importantes para a economia da região, especialmente em Parintins, que já teve na produção da juta o suporte da sua economia.

Furtado (1981) registra que desde os primórdios o peixe constitui recurso básico para alimentação dos colonizadores portugueses, os quais utilizavam o pescado como moeda de pagamento e troca. A exploração iniciou com o peixe-boi, em seguida o pirarucu mas, devido à captura dessas espécies ocorrerem de maneira descontrolada, logo levou à exaustão esses recursos (PROVÁRZEA 2007; 13), sendo necessárias medidas de intervenção para recuperação e conservação dos estoques.

Outro fator determinante para o aumento da exploração pesqueira foi o desenvolvimento acelerado de centros urbanos, destaque-se o crescimento da cidade Manaus durante o apogeu da borracha nos anos 60 e 70 e depois pelo advento da Zona Franca. O crescimento vertiginoso de metrópoles como Belém e Manaus, que possuíam mais de 1,5 milhão de pessoas cada e trouxe consequências diretas para a várzea com a ampliação da frota de pesca comercial para abastecer essa demanda. (Little 2004; 6) O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2014) estima a população da cidade Manaus em 2.020.301

habitantes, enquanto Belém tem a população estimada em 1.432.844 habitantes²⁶. O crescimento dos centros urbanos impulsionou a demanda pelo pescado contribuindo para a sobre-exploração de espécies consideradas de maior valor comercial. Outras facilidades ampliaram a exploração pesqueira como a introdução de motores a diesel e redes de náilon. (PROVÁRZEA, 2007).

O manejo de pesca comunitária, proposto pelo IBAMA/PROVÁRZEA, e desenvolvido junto às comunidades de várzea desde o ano de 2003, foi uma das estratégias adotadas pelas comunidades amazônicas como forma de inibir as ações predatórias e conservar os recursos aquáticos importantes para o seu sustento. Na prática, constitui-se de um conjunto de normas conservacionistas adaptadas ao contexto de cada comunidade/localidade, que incluem o zoneamento dos ambientes de pesca (lagos, bocas, igarapés etc.) onde são disciplinadas as atividades de exploração do recurso pesqueiro local (PEREIRA; PINTO, 2001).

Diegues (1993; 20) destaca a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais como um aspecto relevante das populações tradicionais, marcados pelo respeito aos ciclos naturais, à capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas, revelando a existência de um complexo de conhecimentos herdados pelos mais velhos, de mitos e simbologias que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais.

A partir da década de 1980, diversas comunidades amazônicas assistidas pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, passaram a denominar suas práticas de “Preservação de Lagos” (Pereira; Pinto, 2001). Algumas comunidades da várzea começaram a se organizar motivadas pela possibilidade de extinção dos seus recursos e do seu modo de vida, que estavam ameaçados pelo desenvolvimento da economia regional através de atividades extrativistas tradicionais, como a exploração de madeira, criação de gado e da intensificação da pesca comercial, nas comunidades de várzea. (MCGRATH et al. 1993)

Os esforços das comunidades ribeirinhas em assumir o controle de uso dos lagos, representam uma tentativa de preencher um espaço deixado pela ausência de políticas públicas do Estado voltadas para a várzea (Pereira; Pinto, 2001), sobretudo relativas à conservação dos recursos pesqueiros. Tal questão demandava um envolvimento imediato da população do

²⁶ Disponível em:

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=130260&search=amazonas|manaus/>
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150140&search=para|belem>

entorno dos ambientes de pesca, como colaboradores diretos em ações de manejo das espécies valoradas comercialmente, e por isso mesmo, alvos de progressiva redução.

Desta forma, desde o início dos anos 1980, as comunidades ribeirinhas do Amazonas e suas organizações representativas vêm lutando para implementar diversos modelos de gestão dos recursos naturais da várzea, em parte com a contribuição da ação pastoral da Igreja Católica, através da CPT, que encabeçou o chamado Movimento de Preservação de Lagos - MPL (Pereira, 2004). O MPL, se constituiu como agente de atuação sobre a questão dos lagos e não como atores passivos da implantação das políticas socioambientais nos ambientes pesqueiros na região. (Perrota; 2011; 15), legitimando a partir dos anos 1990 suas ações como agente de conservação ambiental, ao cobrar dos poderes públicos portarias que regulamentassem a pesca nos lagos de várzea, encontrando na legislação ambiental a possibilidade de que o plano de manejo deixasse de ser uma medida informal, vigente apenas entre os atores sociais envolvidos no conflito, e se tornasse uma medida fundamentada na lei (PERROTA, 2013; 91).

Por sua vez, o IBAMA, como órgão responsável pelas questões ambientais da época, atendendo às demandas dos movimentos socioambientalistas, regulamentava através de Instruções Normativas, as ações de manejo geradas pelas iniciativas dos pescadores nas comunidades de várzea. No entanto, as legislações não são eficazes, se não houver um apoio materializado dos órgãos institucionais, como as Secretarias de Meio Ambiente dos municípios de Parintins e Nhamundá e o próprio IBAMA, no suporte logístico básico (gasolina e fiscais) para um monitoramento eficaz dentro da APA. Ou seja, somente através de INs, não é possível resolver os recorrentes conflitos socioambientais em torno do recurso pesqueiro. Para citar, em Parintins, mesmo com a presença dos representantes do IBAMA, a iniciativa local de manejo fracassou, como será visto mais adiante.

Em Parintins, desde a década de 1970, a organização de algumas comunidades de várzea, com expressivo potencial pesqueiro, suscitou a criação de Acordos de Pesca, como é o caso do Lago do Comprido e dos lagos do Zé Açú, e, na década de 2000, no Complexo de Lagos Macuricanã. (Bocarde, Lima, 2006; 11) O Acordo de Pesca é um sistema de co-manejo, identificadas a partir de três a quatro fases: o surgimento de uma pesca comercial moderna nos anos 1960 e 1970; a mobilização das comunidades da várzea para defender seus lagos, como parte dos movimentos trabalhistas rurais nos anos 1980; a proliferação dos acordos de pesca como sendo uma estratégia local inserida no contexto do movimento amazônico de populações tradicionais no início dos anos 90 e, mais tarde, o esforço para integrar essas iniciativas

baseadas na comunidade em um novo sistema de co-manejo para a pesca na várzea (MCGRATH et al. 1993).

Diante da ausência de um plano de manejo da APA-Nhamundá, até o presente sem data para implantação, o Instituto Brasileiro dos Recursos Renováveis – IBAMA, através do PRÓ-VÁRZEA, tomou a iniciativa de criar um Acordo de Pesca naquele território lacustre, sob a Instrução Normativa nº 113, em 23 de agosto de 2006. O projeto teve a adesão de líderes comunitários e pescadores de sete das trinta e três comunidades existentes na Unidade de Conservação, localizadas no setor 1, sul da APA. Vale ressaltar que, dentre as 7 comunidades participantes do Acordo, duas encontram-se fora dos limites da APA/Nhamundá, as comunidades de Catespera e Brasília, localizadas na margem esquerda do rio Amazonas, área frontal à sede do Município, ao lado do Paraná do Espírito Santo. “Estas comunidades não constaram no estudo de criação da APA, mas com a elaboração do Plano de Gestão poderão ser inseridas”²⁷. Para a efetividade da co-gestão dos recursos pesqueiros, os lagos foram subdivididos em lagos de procriação, manutenção e comercialização.

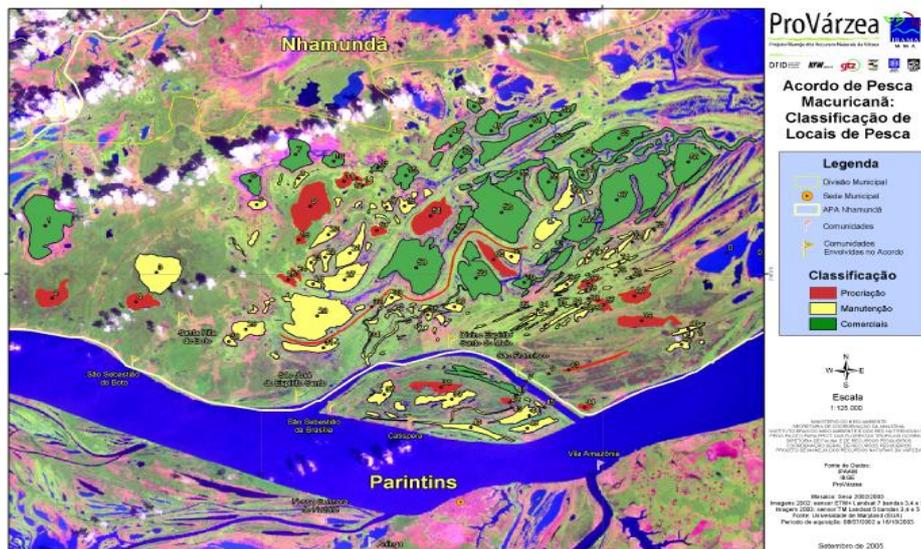


Figura 15: Acordo de Pesca do Complexo Macuricanã
 FONTE: PRÓVÁRZEA, 2005.

A Instrução Normativa do Acordo de Pesca regulamentava certo tipo de apetrecho (arreios)²⁸, períodos permitidos, quantidade de isopor, gelo e pescado (kg/ton) a serem utilizados nos lagos delimitados. Para os **lagos de manutenção**, de 1º de agosto a 30 de março (01 isopor de 70 litros/embarcação/semana); de 1º de abril a 30 de julho (02 isopores de 170

²⁷ Informação cedida por ((SILVA, V., DPMA/CEUC)

²⁸ Nome dado pelos pescadores aos apetrechos de pesca

litros/embarcação/semana). Para os **lagos comerciais**, pesca permitida o ano todo com 03 (três) isopores de 170 litros/embarcação/semana (equivalente a 1.200 kg/mês), restringidas para determinadas épocas algumas malhas e linhas. Já nos **lagos de procriação**, como dito anteriormente, a pesca era proibida por tempo indeterminado visando a procriação das espécies.

O Acordo de Pesca no complexo de lagos Macuricanã, várzea do baixo Amazonas, fazia parte da área piloto do PRÓVÁRZEA/IBAMA que buscou parcerias e envolvimento das comunidades, através da formação de Agentes Ambientais Voluntários e sensibilização junto aos líderes comunitários. A estratégia inicial consistiu em reuniões comunitárias de esclarecimento, distribuição de cartilhas, divulgação na mídia, especialmente as emissoras locais de rádios (BOCARDE; LIMA, 2008; 12).

Participaram das reuniões informativas as comunidades de Brasília, Catespera, Divino Espírito Santo, São Francisco, São José do Paraná do Espírito Santo, Santa Rita do Igarapé do Bôto e São Sebastião da Costa do Bôto; o Escritório Regional do IBAMA em Parintins, a Colônia de Pescadores Z17, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parintins-SINTRAFPIN, a Secretaria de Produção e Abastecimento de Parintins-SEMPA, a Unidade Regional do IDAM em Parintins, a gerência do IBAMA de Manaus, a Associação de Mulheres de Parintins, o Grupo Ambiental Natureza Viva –GRANAV, a Coordenação e Meio Ambiente de Parintins, a Secretaria do Meio Ambiente de Nhamundá e a imprensa local.

Como parte das atividades de implementação do plano de manejo participativo dos lagos Macuricanã, a equipe técnica do Pró-Várzea, juntamente com os moradores das comunidades abrangidas, elaborou um mapeamento participativo dos lagos, dados que foram confrontados com imagens de satélite, obtidas através da parceria do SIPAM e do Centro de Sensoriamento Remoto de Brasília-DF, tanto do período de seca, quanto do período de cheia, sendo escolhidas as imagens do período de seca pela nitidez dos lagos (BOCARDE; LIMA, 2006; 16).

Com o objetivo de compartilhar experiências e esclarecer sobre o funcionamento de um Acordo de Pesca, com enfoque no manejo de pirarucu, realizou-se também, em janeiro de 2007, um curso de contagem de pirarucu em Parintins, na comunidade de São José do Paraná do Espírito Santo de Cima, onde participaram os pescadores locais, pescadores do município de Manacapuru-AM, pescadores contadores de pirarucu da Associação de Pescadores e Piscicultores de Pirarucu do município de Santarém-PA e instrutores da Reserva de

Desenvolvimento Sustentável Mamirauá²⁹, RDS localizada a 600 km a oeste de Manaus, curso médio do rio Solimões. Participaram também colaboradores da SDS, IPAAM, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia-IPAM, Colônia de Pescadores Z-17, Secretaria de Produção e Abastecimento de Parintins e Universidade do Estado do Amazonas. O objetivo maior era impulsionar, capacitar pescadores e sensibilizar as comunidades e as entidades em torno de um projeto de manejo do pirarucu (CROSSA; LIMA, 2007; 17).

Como estratégia de fiscalização e monitoramento da extensa área lacustre, foi sugerida pelas lideranças comunitárias e PRÓ-VÁRZEA/IBAMA, na minuta do Acordo de Pesca, a criação de postos de monitoramento: na entrada do Paraná do Espírito Santo, no Igarapé do Bom Sucesso, lado sul da APA; no Cruzamento das Marrecas e no Igarapé Grande (Pantoja, G. 2006; 91), onde os pescadores locais se revezavam na monitoria da entrada dos lagos, visando restringir o acesso de pescadores externos e assim proteger os recursos ictiofaunísticos, importantes para seu sustento



Fig. 16: A - Base de Monitoramento do igarapé do Bom Sucesso, lado sul da APA/Nhamundá (Parintins-AM);
 B - Base de Monitoramento do igarapé Boca do Jacaré, lado norte da APA/Nhamundá (Nhamundá-AM)
 FONTE: GONÇALVES, Cristiano (SDS/CEUC), disponível em:
http://pib.socioambiental.org/anexos/25647_20130826_142238.pdf.

Concomitante à implantação do Acordo de Pesca, as lideranças das sete comunidades se uniram e fundaram o Grupo de Proteção Ambiental do Complexo Macuricanã – GRUPACOM, em setembro de 2007, visando uma melhor forma de gerir os recursos pesqueiros no Macuricanã e desenvolver ações articuladas de caráter socioambiental, em apoio ao cumprimento das normas do Acordo de Pesca e à proteção dos recursos naturais do Complexo Macuricanã. Os trabalhos foram desenvolvidos principalmente no Igarapé do Bom Sucesso, em pequenas embarcações (bajaras) e rabetas que circulavam tanto na entrada quanto

²⁹ RDS Mamirauá é referência na experiência de manejo participativo de pesca para outras comunidades da Amazônia.

no interior dos lagos, abastecidas com combustível doado pela Prefeitura Municipal de Parintins. A entidade, devidamente registrada com CNPJ, obteve parcerias importantes para desenvolver um trabalho significativo no Macuricanã, entre elas o IBAMA, a Prefeitura Municipal de Parintins, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o IDAM e a própria SDS, por meio do CEUC³⁰.

Motivados com a parceria do PRÓVÁRZEA/IBAMA, da Polícia Militar de Parintins, do escritório regional do IBAMA e representante do CEUC em Parintins, as comunidades se mobilizaram na organização do monitoramento, principalmente nos locais de acesso aos lagos (Igarapé do Bom Sucesso) no Paraná do Espírito Santo. Os pescadores do Macuricanã se reuniam constantemente, mudando o local de reunião de uma comunidade para outra, de modo a envolver todos os moradores.

O monitoramento era feito em forma de revezamento. De cada uma das sete comunidades vinham duas ou três pessoas, e os que não podiam ir, mandavam alimentos para os que ficavam em vigília na Base Flutuante do Bom Sucesso, lado sul da APA, município de Parintins. Por dia compareciam, no mínimo, em torno de 15 pessoas, entre pescadores e agentes ambientais voluntários.



Figura 17: Base Flutuante de monitoramento do Igarapé do Bom Sucesso (sem uso)
Foto: PIRES, 2014.

Na APA/Nhamundá, a transição da gestão do IBAMA para o CEUC não foi rapidamente assimilada pelas comunidades, pois, mesmo após a gestão passar a ser responsabilidade do CEUC, e diante dos conflitos entre vários tipos sociais de pescadores, afluída principalmente pela ocorrência de pesca invasiva nos lagos, os pescadores locais e agentes ambientais voluntários solicitavam frequentemente a intervenção do IBAMA em Parintins. E, ainda que não fosse mais de sua competência, os agentes desse órgão atendiam às eventuais denúncias, isto porque o CEUC já havia agilizado uma representação em Parintins, a

³⁰ Dados constantes no Boletim Informativo GRUPACOM, dezembro de 2009.

cargo do servidor público (J.R, 58 anos) lotado no IDAM, que buscava e contava com a parceria contínua do representante do IBAMA no Município (S.L., 57 anos).

Entretanto, o IBAMA local, mesmo em época de sua gestão na área, dispunha de poucos funcionários e recursos para uma eficaz fiscalização e não raro os agentes do IBAMA chegavam após o ato infrator, ficando as contendas ou denúncias para os agentes ambientais voluntários. Segundo (M.P.S.O.R., 62 anos), os agentes ambientais por sua atuação “acabavam vítimas de desrespeito e ameaças por parte dos pescadores invasores ou dos próprios pescadores locais” (Pesquisa de Campo, outubro de 2014). Após o ano de 2007, a SDS, por meio do CEUC capacitou mais agentes ambientais, tanto do município de Nhamundá quanto de Parintins e, atualmente, a APA conta com a atuação de 06 Agentes Ambientais.

O GRUPACOM, por sua vez, articulou ações que beneficiaram, ao menos por um tempo, tanto os sócios quanto os pescadores das comunidades integrantes do Grupo e do Acordo. Em maio de 2008, a Agromadeiral Parintins fez doação de um flutuante de madeira que recebeu o nome de Marrecas e que, doravante serviria de base de fiscalização na entrada do Igarapé do Bom Sucesso. Em novembro do mesmo ano, com o apoio do CEUC/SDS, IBAMA, Colônia de Pescadores Z-17 de Parintins, IDAM e Prefeitura Municipal de Parintins, foi realizada a primeira Despesca³¹ de Pirarucú (*Arapaima gigas*) manejado do Macuricanã. Da quantidade liberada (47) foram capturadas apenas seis. A despesca ocorreu de 26 a 29 de novembro e, no dia seguinte, foi comercializada em evento denominado “I Feira de Comercialização de Pirarucú Manejado” (fig. 18), sendo a renda revertida para o GRUPACOM. Afora a renda da Feira, o GRUPACOM aprovou no mesmo ano um projeto na ordem de 300 mil reais, com o objetivo principal de monitoramento e fiscalização dos lagos³².



Figura 18: I Feira de Pirarucú manejado (dezembro 2008)
 FONTE: Acervo GRUPACOM (2008).

³¹ Termo usado na Aquicultura para denominar ato de retirada de espécies vivas de viveiro através de redes quando este atinge o tamanho comercial.

³² Dados constantes no Relatório de atividades do GRUPACOM

Segundo o Boletim Informativo GRUPACOM (abril 2009), ao final daquele ano, em uma fiscalização feita com apoio da Polícia Militar de Parintins, foi constatado o descumprimento nas normas do Acordo e do Defeso por parte de alguns pescadores e os infratores incorreram em atos de vandalismo contra o patrimônio da entidade GRUPACOM com roubo de um rabeta e escritas de ameaça de morte aos Agentes Ambientais Voluntários nas paredes do Flutuante “Marrecas. O incidente resultou em Audiência Pública no Fórum de Parintins.

De acordo com os pescadores locais, os atos de violência só tomaram essa proporção devido à atitude de alguns AAV que se utilizavam de abordagens coercitivas, com a apreensão dos arreios dos pescadores que descumpriam as regras do Acordo. A ex-secretária do GRUPACOM (M.N.R. 54 anos) explica como os AAV procediam:

Eles passaram...de proteger o Complexo, eles queriam ter poder de polícia, o que não era viável, porque o GRUPACOM, onde eles atuavam juntos, era composto das seis comunidades que tinham como objetivo proteger os lagos (Pesquisa de Campo, janeiro de 2015).

Cabe esclarecer que a função dos agentes ambientais é orientar através de conversa amigável a regulamentação do uso adequado dos recursos pesqueiros, objetos do Acordo de Pesca, “qualquer prática divergente desta pode resultar em danos mais graves contra os próprios Agentes Ambientais”³³. Esse e outros fatores ocasionaram divergências entre os próprios integrantes do grupo, aliada às constantes invasões dos espaços aquáticos, causa dos constantes conflitos entre os diversos atores sociais, foram desestimulando os pescadores artesanais locais a participar e cumprir as normas do Acordo.

Em 2009, a coordenação do GRUPACOM obteve novamente autorização (026/2009 NRP IBAMA) para uma despesca nos lagos Macuricanã, desta vez de 5 toneladas de tambaqui (*Colossoma macropomum*) e 15 toneladas de outras espécies como: surubim (*Pseudoplatystoma* spp.), dourada, (*Brachyplatystoma rousseauxii*) pirarara (*Phractocephalus hemiliopterus*), tucunaré (*Cichla* sp) e pescada (*Plagioscion* spp.). Mesmo com a autorização do IBAMA, a despesca acabou não acontecendo devido a conflitos graves entre um grupo de pescadores e a coordenação do Grupacom, conforme relata (M.N. R, 54 anos):

³³ M.S.C., 20 anos, Agente Ambiental da comunidade de São José credenciado pela SDS

Eles (pescadores citadinos) foram lá tirar o grupo de pescadores (locais) que estavam com a ordem do Ibama pra tirar o peixe, era um grupo assim de umas 40 pessoas, não eram pescadores todos não, só de invasores foram impedir a despesca. A gente fez uma reunião com o Ibama, a polícia militar e eles prometeram que iam ajudar os pescadores a proteger os lagos e numa dessas foi que o policial militar foi cacetado [...] quase a gente perdia ele, se não fosse pego rápido [...] Aí que foi, porque a gente não tinha apoio, principalmente do município, naquele tempo era muita política, um puxava pra cá, outro queria de outro e acabou que a gente foi prejudicado por causa disso (Pesquisa de Campo, janeiro de 2015).

A falta de apoio institucional é apontada pelos pescadores locais como uma das principais causas para o malogro do Acordo de Pesca do Macuricanã. Pereira (2004), esclarece que, para que as ações comunitárias de manejo obtenham sucesso, é necessária que hajam ações integradas do governo em suas três esferas (federal, estadual e municipal), para que possam ser de fato considerados como problemas que inviabilizam a descentralização da gestão de recursos naturais. Para este autor, a viabilidade dos acordos dependerá do amparo que as comunidades recebem das várias instâncias do governo.

De acordo com relatos dos pescadores, ratificados pelo informativo GRUPACOM, as relações entre a coordenação do GRUPACOM e os pescadores locais vinham desgastadas e a segunda despesca caracterizou-se como o estopim para o declínio tanto do Acordo quanto da Associação (GRUPACOM). Efetivamente, o Acordo de Pesca no Macuricanã resistiu por quase três anos e hoje, cinco anos após sua desativação, os pescadores artesanais do Macuricanã, diante do aumento das invasões e a visível redução do peixe nos lagos, sentem necessidade de reativar o Acordo. Os pescadores artesanais entrevistados em setembro e outubro de 2014, das duas comunidades frontais da APA, foco da pesquisa, enfatizam que as iniciativas e ações voltadas para as questões de manejo e conservação dos recursos, desde o início tiveram mais fortalecimento na comunidade de São José do Paraná do Espírito Santo de Cima, a qual consideram como a mais atuante.

Não obstante, no mês de outubro de 2014, durante uma das etapas desta pesquisa, foi realizada uma primeira reunião com as lideranças das comunidades do setor 1 da APA/Nhamundá, sobre a reativação do Acordo de Pesca, na sede social da comunidade de São José, onde ficou decidido em comum acordo com as demais comunidades presentes reativar o Acordo de Pesca e o GRUPACOM. Como primeiro passo, ficou previsto reaver a documentação do GRUPACOM, eleger nova Diretoria, reunir novamente as lideranças das comunidades, superar as diferenças e buscar apoio institucional para a reativação do Acordo de

Pesca e assim, assegurar o acesso regulamentado dos recursos ictiofaunísticos do Complexo lacustre Macuricanã.

Caberá ao recente gestor da APA, designado pelo CEUC, que representa a figura do Estado diante das populações da APA, em conjunto com as lideranças comunitárias buscar parcerias, propor alternativas, implementar e gerir projetos de (re)inserção nas políticas públicas aos pescadores artesanais e aos moradores das comunidades em geral, de modo a assegurar a essas populações a garantia do exercício dos direitos civis e políticos, ou seja, que todos os tenham mais oportunidade de acesso aos serviços públicos, tais como: educação, proteção, saúde e moradia, o que Sachs (2008; 81-82) compreende como desenvolvimento incluyente. Vale dizer que o Estado, ainda que implemente políticas de conservação da diversidade aquática, como a PSDPA para pescadores artesanais em época da reprodução das espécies, carece de projetos e estudos, de modo a contemplar efetivamente as populações rurais no acesso às políticas públicas.

2.2 Seguro Defeso: o PSDPA na vida dos pescadores artesanais

As políticas sociais emergem da capacidade de articular projetos demandados pelos sujeitos, grupos e territórios chamados de *exclusão* (Guerra, 2002 apud Soares e Scherer, 2013; 81). Sua formulação baseia-se na necessidade de conciliar demandas conflitivas ou estabelecer incentivos para ações coletivas entre aqueles que partilham metas (Chaves et.al., 2007, 107;112). Convém mencionar que nem sempre a implementação ou vigência de uma política pode intervir ou ser eficaz nas situações de exclusão social, entenda-se neste contexto os pescadores da Amazônia.

A formulação de uma política surge de diversas demandas e expectativas da sociedade, onde o governo busca atender integral ou parcialmente as demandas recebidas, principalmente aquelas voltadas para o interesse coletivo, visando maximizar o bem-estar social (SEBRAE, 2008; 6). Visto dessa maneira, uma política deve garantir a inclusão social, ou seja, oportunizar aos indivíduos o acesso aos direitos civis em todas suas dimensões (social, política, econômica, cultural), possibilitando cidadania, justiça e qualidade de vida.

Quando se fala em inclusão social, vale lembrar que, por muito tempo, o pescador artesanal esteve à margem dos direitos sociais, sem acesso às políticas públicas que lhe

assegurassem direito à cidadania. Esse cenário começaria a mudar a partir da Constituição de 1988, art. 195, parágrafo 8º, a qual inseriu os pescadores na seguridade social brasileira. Foi uma inserção tímida, mas considerada um avanço pelos pescadores que se mobilizavam desde 1986 por meio da Comissão Pastoral da Terra - CPP. Na redação do artigo 195 constavam junto a outros trabalhadores do meio rural: “o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais”³⁴, sendo que estes somente fariam jus ao benefício mediante a contribuição, baseada no cálculo de uma alíquota em cima do resultado da final da comercialização.

A mobilização dos pescadores em busca de acesso aos direitos civis e amparo legal da atividade é relacionada intrinsecamente à intensificação da pesca industrial e comercial, que começava a exaurir os estoques pesqueiros. Em 1991, foi promulgada a Lei nº 8.287, que “concede aos pescadores artesanais benefícios do seguro-desemprego durante a época do defeso, embora, naquele momento, se restringisse aos pescadores artesanais de águas marítimas” (MOREIRA; SCHERER, 2013; 126).

Durante décadas os pescadores artesanais de águas interiores foram expropriados das políticas sociais. A partir do ano de 2003, a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP, no governo do presidente Lula, sugeria um avanço para as demandas da pesca artesanal e a ampliação da interlocução entre a sociedade civil e o governo. Com este propósito, foram criadas duas instâncias principais: o Conselho Nacional de Pesca - CONAPE em 2003 como órgão consultivo dentro da estrutura da SEAP formada por representantes dos movimentos sociais e trabalhadores; da área empresarial, da área acadêmica e de pesquisa e com representantes dos órgãos governamentais envolvidos no tema e as chamadas Conferências Nacionais, precedidas por Conferências Estaduais que atendiam a demandas da sociedade civil (Azevedo; Pierri, 2013; 3). Neste mesmo ano, com a revogação da lei anterior pela lei nº 10.779, a Política do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal (PSDPA) seria universalizada, estendendo a política também aos pescadores de águas continentais. Entre as modificações contidas na lei está a redução de três para um ano o prazo indicado para que os pescadores estejam habilitados (MOREIRA; SCHERER, 2013; 127).

No sentido de ampliar a interlocução com a sociedade civil, o governo se valeu dos mecanismos das Conferências Nacionais de Pesca e Aquicultura (de 2003 a 2009), precedidas pelas Conferências Estaduais que visavam aferir as diferentes demandas da sociedade civil.

³⁴ Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_14.12.2000/art_195_shtm. Acesso em fevereiro de 2015.

Também foi realizada a Conferência das Trabalhadoras da Pesca e Aquicultura no ano de 2004. Já em 2009, a SEAP seria transformada no Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, concomitante com a aprovação da Lei nº 11.959 que instituiu a Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. No ano de 2010, criaram-se novas linhas de crédito para a pesca industrial e aquicultura, e, além disso, ampliou-se a inclusão de pescadores artesanais no Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF (AZEVEDO; PIERRI; 3).

Dentre as políticas governamentais voltadas para a pesca artesanal, a mais destacada é a política do Seguro Desemprego para a Pesca Artesanal, o PSDPA, que consiste no pagamento de um salário mínimo mensal para o pescador artesanal num período proibitivo da pesca de determinadas espécies com a finalidade de favorecer a reprodução e manutenção dos estoques pesqueiros. Na várzea amazônica, a pesca ocorre o ano todo, sendo regulamentado o período de 15 de novembro a 15 de março de proibição, denominado Defeso. Esse período visa garantir a reprodução da espécie, de acordo com a Portaria nº 48 de 06 de novembro de 2007, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA).

Esta política visa impedir que no período do defeso os pescadores deixem de pescar e, como contrapartida, durante esse período o poder público lhes assegura o benefício Salário Desemprego como forma de suprir as suas necessidades básicas (Scherer, 2004;1). Durante esse período o pescador profissional que exerça a sua atividade de forma artesanal, recebe um benefício do governo federal, chamado de Política do Seguro Desemprego aos Pescadores Artesanais – PSDPA popularmente conhecido como seguro-defeso (MOREIRA, et.al., 2010).

O Ministério da Pesca e Aquicultura- MPA, identifica o pescador (a) artesanal como pescador profissional que, devidamente licenciado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, exerça a pesca com fins comerciais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias, desembarcada ou com embarcações de pequeno porte. A maior parte deles repassa o conhecimento oralmente de pai para filho ou pelas pessoas mais velhas e experientes em suas comunidades. Esses pescadores detêm conhecimento sobre o ambiente onde trabalham como o mar, as marés, os manguezais, os rios, lagoas e os peixes (MPA, 2014).

Para receber o seguro-defeso, o pescador deve atender algumas exigências: possuir o Registro Geral da Pesca (RGP), sendo exigido para tal a declaração da Colônia, com anuência

de dois ou três pescadores, para comprovar o envolvimento do interessado com a atividade da pesca, ininterruptamente entre a paralisação anterior e atual. Após a obtenção do RGP, será submetido à avaliação institucional do Ministério da Pesca e Agricultura – MPA e do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (SCHERER, 2013).

Para aceder a essa política, a sociedade civil se mobilizou para a criação de uma entidade representativa dos pescadores, a Colônia de Pescadores de Parintins Z-17, entidade instituída juridicamente há 44 anos para atuar na organização dos pescadores e no relacionamento destes com o governo. De acordo com o representante da Colônia, a instituição “está adaptada na Carta Constitucional no art. 8, parágrafo único como uma entidade sindical que representa o interesse dos pescadores, sendo responsável em administrar as demais políticas públicas que atendem o pescador. O pescador, por sua vez, está enquadrado dentro da agricultura familiar, para tanto todas as políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, voltadas para este setor, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, também contemplam os pescadores. A entidade atua ainda na elaboração de projetos para investimentos na infraestrutura da pesca, como a compra de embarcação, apetrechos, material de consumo (gelo, combustível, etc.)” (Pesquisa de Campo, janeiro de 2014).

Quando se refere aos benefícios para o pescador artesanal, a retórica institucional enumera inúmeros benefícios e projetos de assistência aos pescadores, como: capacitação técnica para pescadores e filhos, aquisição de canoas, motores rabeta, gelo, etc. Em contraponto, os pescadores das comunidades pesquisadas queixam-se da falta de informação por parte da entidade representativa para aderir a tais benefícios, pois, quando necessitam de embarcação, gelo e arreios, os adquirem com recursos próprios, oriundos da atividade pesqueira ou recebimento do Seguro Defeso. Por outro lado, a Constituição Federal de 1988, preconiza em seu artigo 7^o³⁵, direitos a serem concedidos aos trabalhadores rurais do município. A redação referente a essas concessões está nos incisos II (seguro desemprego), XVIII (licença a maternidade) e XXIV (aposentadoria). Tais direitos devem ser demandados junto ao MTE, pelas entidades representativas dos trabalhadores rurais, incluindo os pescadores artesanais, ou seja, o SINTRAFFPIN, o SINDPESCA e a Colônia dos Pescadores de Parintins.

Outra organização da classe dos pescadores, legalmente instituída é o Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Parintins –SINDPESCA, oriunda de uma divergência

³⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso março de 2015.

política dentro da Colônia dos Pescadores Z-17. O pescador (M.S.N., 65 anos) lembra que “surgiu irregularidades dentro da Colônia, na época (2008), o presidente foi até preso, passou uns oito meses [...] depois disso o pessoal ficou desanimado, foi aí que a dona (M.S., 34 anos) que trabalhava lá juntou uns pescadores e resolveu fundar o Sindicato”. A materialidade do seguro defeso expõe as práticas tradicionalistas de fazer política como clientelismo, e contribui para o ressurgimento das “burlas e malfeitos”, ou seja, a corrupção e o desvio da finalidade do PSDPA (MOREIRA; SCHERER, 2013; 127, grifo do autor).

Como representatividade dos pescadores do município de Parintins, de acordo com a representante do SINDPESCA: “A entidade atua também à frente dos interesses dos pescadores artesanais, agilizando a emissão da carteira de pescador profissional junto ao MPA, disponibilizando aos seus associados benefícios do Governo Federal como: aposentadoria, auxílio doença, auxílio acidente, pensão por morte, financiamentos, seguro defeso, participação no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA/CONAB³⁶, precisando para tal que os pescadores estejam com suas documentações legalizadas e atualizadas” (Pesquisa de Campo, fevereiro de 2014).

O PAA citado pela representante do SINDPESCA, trata-se de uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, que promove a aquisição de alimentos oriundos de agricultores familiares, diretamente, ou por meio de suas associações/cooperativas, com dispensa de licitação, destinando-os à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais³⁷.

A coordenação do SINDPESCA, afirma que tem buscado através de parceria com a Superintendência do Patrimônio da União – SPU, a entrega de Título Provisório de Direito de Uso aos pescadores artesanais, moradores da várzea, onde o Paraná do Espírito Santo é um dos contemplados. Referente à afirmação da representante do SINDPESCA, cabe esclarecer que, de acordo com as definições constitucionais, a várzea do Macuricanã, estaria enquadrada como imóvel da União na Amazônia, na categoria Ilhas, conforme preconiza o subitem ilhas de várzea: “quais sejam aquelas passíveis de alagamento em determinados períodos do ano, são

³⁶ Instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, atualizado pela Lei nº 12.512 de 14/10/2011, regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.293, de 12/08/2014

³⁷ Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>

meras extensões do leito rio, motivo pelo qual devem ser consideradas de propriedade do ente que for titular do rio ou lago em que se encontrar, não podendo ser considerada como um bem que possa ter dominialidade diversa do leito fluvial ou lacustre do qual seja mera parte integrante” (BRASIL, 2008).

Para o ano de 2015, o Sindicato está planejando ações voltadas para o manejo, cursos de alfabetização, curso de filetagem de pescado, curso de beneficiamento de pescado, todos com perspectiva de início a partir do mês de maio, visando beneficiar tanto o associado quanto sua família. No início do ano de 2015 verificamos no mural do Sindicato, informativos sobre cursos de Informática Básica, Informática Avançada, Mecânica de motor a diesel, Mecânica de motor a gasolina e Artesanatos com sementes regionais (fig. 19), voltados para os pescadores, suas esposas e seus filhos, em fase de inscrição.

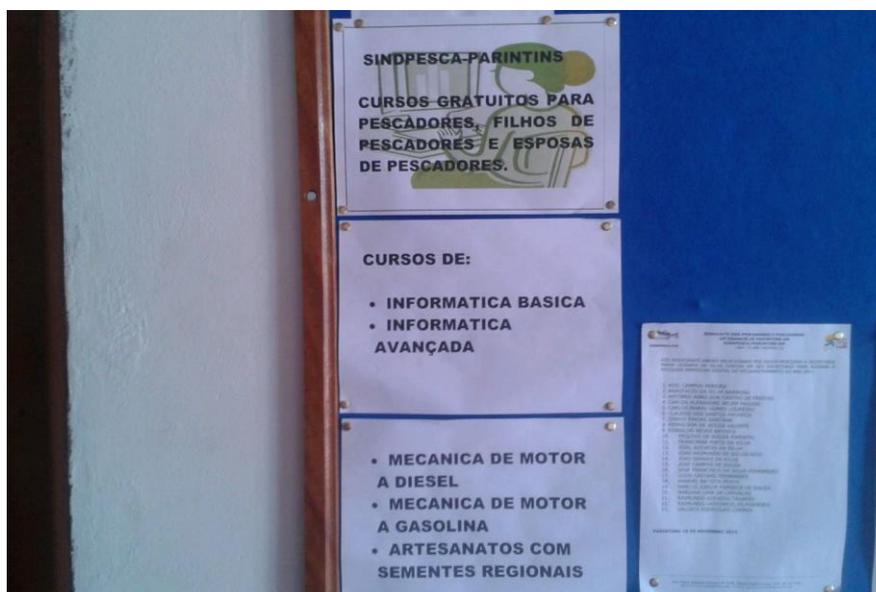


Figura 19: Cursos gratuitos oferecidos aos pescadores (Mural SINDPESCA)
Foto: PIRES, 2015.

No quadro associativo do SINDPESCA são contabilizados 1.351 associados, porém, apenas 550 recebem o benefício Seguro Desemprego do Pescador Artesanal, por estarem com a documentação atualizada, inclusive seu Registro Geral de Pesca – RGP. No complexo lacustre Macuricanã, ao todo são 85 pescadores sindicalizados, sendo que na comunidade de São José do Paraná do Espírito Santo de Cima encontram-se 22 associados, e na comunidade de São Sebastião do Boto são 25 pescadores³⁸.

³⁸ Informações concedidas pela presidente do SINDPESCA, senhora Márcia Souza Costa em novembro de 2014.

Os pescadores artesanais, moradores das comunidades do complexo lacustre Macuricanã, pescam em consonância com o ciclo hidrológico amazônico: na época da enchente do rio Amazonas, as terras de várzea são inundadas por seis meses, de novembro a junho; é quando ocorre o Defeso das espécies (novembro a março), aumentando o valor do peixe no mercado, devido à grande procura e à dificuldade de captura, pois, nessa época, os peixes migram para as cabeceiras e igapós. Já na época da vazante, os pescadores artesanais também se dedicam às outras atividades de sustento: plantio de hortaliças, melancia e maxixe. Alguns pescadores são pluriativos³⁹, trabalham também na escola, seja como vigilante ou transportador escolar ou ainda “embarcados”, termo que usam para denominar a função de tripulante em barcos de recreio ou do comércio de várzea.

Durante os meses de outubro a novembro de 2014, período em que a seca teve seu ponto máximo, foi observada a presença de redes de arrastão no rio Amazonas e a entrada de barcos de municípios vizinhos (especialmente de Óbidos), munidos de baidaras para o interior dos lagos Macuricanã. Essa prática, em períodos de vazante, é muito prejudicial para os estoques pesqueiros, pois, para a pesca comercial não há período proibitivo nas águas livres. Ademais, em locais onde existem acordos, a pesca fica restrita quando os peixes ficam concentrados em pequenos corpos d’água, vulneráveis à exploração excessiva (MCGRATH, 2002).

Como alternativa de sustento, na época da enchente, os pescadores do Macuricanã se voltam para pesca do peixe liso, destaque-se as espécies Surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*) e o Cuiú-cuiú (*Oxydoras niger*). Em outros lagos são capturadas espécies como o tambaqui (*Colossoma macrooomum*), o aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*) e o tucunaré (*Cichla ocellaris*) e os peixes da “piracema”, chamados por eles de “arribação”, como a branquinha (*Curimata inornata*), a sardinha (*Triportheus albus*) e o jaraqui (*Semaprochilodus insignis*). Já na vazante a espécie mais capturada é o apapá (*Pellona flavipinnis*).

Vale registrar que, nos meses que antecipam o período do defeso, outras espécies estão sendo capturadas, na grande extensão de lagos que compõem o Complexo Macuricanã. É nesse momento, que ocorrem situações conflitantes no território da APA. De um lado, os pescadores

³⁹ A pluriatividade se estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura (BAUMEL; BASSO, 2004; 139).

locais almejam capturar o peixe para seu consumo e venda no Município de Parintins, de outro, pescadores comerciais de Parintins e Óbidos, denominados pelos pescadores locais, como “de fora”, procuram os lagos do Macuricanã para capturar as espécies de maior valor, visando comercialização em outros municípios entre os estados do Pará e do Amazonas.

Há ainda pescadores locais que, ansiando aumentar a renda, acabam vendendo sua força de trabalho aos empresários do ramo da pesca. Essas pessoas disponibilizam o diesel, o gelo e os isopores, para que os pescadores locais, profundos conhecedores dos lagos, capturem o pescado em grandes quantidades. Destaque nessa linha produtiva as espécies Tambaqui (*Colossoma Macropomum*) e Pirarucú (*arapaima gigas*), consideradas de maior valor comercial.

A busca por essas e outras espécies se constitui em componente motivador de diversas situações conflitantes nos lagos Macuricanã, e a prática recorrente de pesca proibida por parte dos diferentes tipos sociais de pescadores. Importante destacar que, se o pescador contemplado com o seguro, for flagrado por técnicos do IBAMA durante o defeso, capturando espécies restringidas pela lei, perde o seguro e fica impedido de recebê-lo no ano seguinte. Assim, os pescadores artesanais, cadastrados no Seguro, para não perderem o benefício, complementar à sua renda, se esforçam em manter-se legalizados dentro da política de seguridade.

No que tange às regras do Defeso, os(as) pescadores(as) da área de pesquisa afirmam conhecê-las e procurar cumpri-las, dada a importância de respeitar aquele tempo em que os peixes estão se reproduzindo. Importante frisar, neste ponto, as entrevistas com os pescadores que possuem RGP e recebem o Seguro Defeso, os quais ressaltam em sua fala as melhorias advindas do benefício, proporcionando a aquisição de equipamentos ou bens, antes não possíveis apenas com a renda da pesca, como arreios, compra de bomba d'água, bajaranas e até motores rabeta. O Seguro Defeso é esperado pelos pescadores com ansiedade, pois contam com esse valor para pagar dívidas aos fornecedores dos arreios, bancos, e outros ainda aproveitam para regularizar as mensalidades junto ao Sindicato ou Colônia.

De modo geral, demonstram satisfação com relação a essa política pública e atribuem ao benefício a melhoria da sua atividade de pesca. Ao mesmo tempo pondera a pescadora I.T.de S., 54 anos que “o peixe tá diminuindo nos lagos devido a muita perseguição” e o pescador M.S.N., 63 anos atribui a escassez do pescado ao “grande consumo e também maior quantidade de pescadores” (Pesquisa de Campo, setembro 2014). A preocupação com a redução dos peixes

nos lagos Macuricanã dissona do inciso I, Art. 1º da Lei nº 11.959/2009 que pressupõe a garantia do “uso sustentável dos recursos pesqueiros, bem como a otimização dos benefícios econômicos decorrentes, em harmonia com a preservação e a conservação do meio ambiente e da biodiversidade”.

Dentre os pescadores da região do Macuricanã, detentores da Carteira de Pescador Profissional - RGP, notabilizou-se a presença de mulheres como pescadoras principais no núcleo familiar. Cabe registrar que na comunidade de São Sebastião do Boto, dos 18 pescadores credenciados na Colônia de Pescadores Z17, 10 são mulheres e elas estão presentes em todo o processo produtivo da pesca, da preparação dos arreios à comercialização dos melhores peixes, bem como na evisceração do pescado e reparo dos arreios.

O reconhecimento profissional da mulher na pesca só foi possível a partir do ano de 2009, com a formulação da nova Lei de Pesca no Brasil (Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009), do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, que reconheceu o trabalho da mulher em todo o processo da pesca artesanal, desde a captura até a comercialização do pescado. Soares; Scherer (2013; 79) registram o reconhecimento da mulher no mundo da pesca como fruto de forte articulação e participação na vida política, por meio de suas entidades representativas e participação nos planos nacionais por meio do movimento da Articulação Nacional das Pescadoras - ANP e Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPPA.

Com o direito de participação garantido por lei, as mulheres varzeiras amazônicas estão cada vez mais presentes e atuantes num universo antes predominantemente masculino, valorizando e se fazendo valorizar dentro das políticas de legislação da pesca artesanal um trabalho até então invisibilizado, como bem dito em Alencar (2013; 35) “a desvalorização do papel das mulheres pescadoras contribui para a sua invisibilidade como trabalhadoras, produtoras de bens e serviços”.

Por outro lado, Soares e Scherer (2013; 95-96) chamam a atenção para o fato que, apesar de institucionalizada a inserção da mulher pescadora na ordem social brasileira, ela não ocorre de forma simples, sendo atravessada por dificuldades ocorridas em várias etapas, a começar pela documentação exigida para obter o RGP. Passar por esse caminho difícil, consubstancia a determinação e a forte resistência destas mulheres, continuamente precisando se reafirmar como pescadoras.

As mulheres pescadoras de São Sebastião do Bôto (fig. 22), colaboradoras desta pesquisa, se autodenominam “pescadeiras”, são devidamente cadastradas no RGP e possuem a carteira profissional de pescador, estando inseridas nos direitos inerentes à Lei Seguro Desemprego do Pescador e também nos deveres que incluem a proibição da pesca comercial no período do Defeso. A presença da mulher na pesca amazônica remete à questão de gênero, da luta das mulheres ao longo da história por emancipação e igualdade de direitos. Vale destacar que, atualmente, as mulheres brasileiras têm firmado sua cidadania, organizando-se como sujeitos sociais através dos movimentos e diversas ações de superação das condições sociais e inclusão no processo das políticas públicas (GRUNEVALD; CARDOSO et.al., 2010; 83).



Figura 20: Mulheres “pescadeiras” do São Sebastião do Bôto
Foto: PIRES, 2014.

No contexto das políticas públicas voltadas para a pesca artesanal, há um descompasso entre a existência e a efetivação dessas políticas a quem são direcionadas, ainda mais quando se trata de um cenário extenso como a Amazônia. As mesmas encontram-se distantes da maioria dos pescadores, por razões de desconhecimento, ou pelo excesso de burocracia para obtê-las. Referente ao Seguro Desemprego, com a renovação da Lei de Pesca em 2009 pelo MPA, esse programa proporcionou uma melhoria significativa no atendimento aos beneficiários: reduziu de 2 a 3 anos para conseguir a Carteira de Pescador para apenas um ano e o benefício é efetuado regularmente. Porém, como dito anteriormente, a obtenção da seguridade para o pescador artesanal demanda o cumprimento de algumas exigências, entre elas, a entrada dos documentos com antecedência de 30 dias. Com a documentação completa e encaminhada, o pescador passará por um período de espera tanto da resposta do seu pleito, quanto para o recebimento da parcela do benefício, se este for aprovado.

Scherer e Moreira (2009; 2013, 101) registram que essa política tem provocado novos arranjos no contexto das comunidades amazônicas. Como exemplo, o trabalhador rural voltar

para a pesca como a sua principal atividade e assim obter o Seguro Defeso. Outra questão refere-se àqueles pescadores informais que não conseguiram o benefício, sobretudo por não serem realmente pescadores, acusando os demais de receberem transferência de renda e continuando a pescar, mesmo durante o período de piracema. Isto pode provocar novos conflitos no mundo rural da Amazônia, contribuindo para fragmentar, bem como provocar processo de individualização entre os pescadores.

O seguro defeso exige que se conserve a natureza, portanto não pode ser visto como uma punição quando os pescadores são advertidos pelo IBAMA, posto que a reprodução das espécies deve ser respeitada, sob pena de pôr em risco a existência material e cultural das pessoas que têm a pesca como fonte de renda e lazer (idem, 147). Mais que isso, o seguro defeso é uma política pública que tem objetivos diversos, entre os quais a conservação das principais espécies comestíveis e o planejamento do setor pesqueiro artesanal, permitindo o seu ordenamento (COSTA; SCHERER, 2013, 194).

O acompanhamento da atividade pesqueira no complexo lacustre Macuricanã, em pleno período do Defeso, permitiu verificar que somente alguns pescadores respeitam o período de proibição, pois no interior dos lagos a pesca ocorria regularmente, praticada por outros pescadores, tanto das comunidades da margem do Amazonas, quanto por pescadores da cidade de Parintins, Nhamundá e Óbidos/PA. Os pescadores entrevistados das duas comunidades são detentores da Carteira de Pescador, e reforçam que nesse período pescam só para o alimento, atribuindo aos pescadores comerciais e cidadãos a continuidade da pesca das espécies proibidas pelo Defeso. Não cabe nesta pesquisa presumir ou ajuizar as atitudes dos pescadores, porém, cumpre-nos ressaltar que, apesar de alguns pescadores priorizaram a pesca como atividade econômica, a maior parte deles exerce a pluriatividade como forma de sustento, onde a pesca tem o significado material e imaterial, como assinala (Montoya Arango, 2003) “e todos os outros conhecimentos, memórias e saberes [sic] permitem aos ‘moradores’ produzir suas próprias histórias e reproduzir-se socialmente”⁴⁰(p. 87, tradução nossa; grifo nosso).

Concordando com Soares; Scherer (2013; 120), não se pode desconsiderar que o Seguro Defeso tem contribuído para a autoestima, especialmente das mulheres *pescadeiras* (grifo nosso), como reafirmação de sua identidade como mulher, mediante a qual imprime significativas mudanças na vida social em comunidade e no mundo da pesca. Assim, esta

⁴⁰ Texto em língua estrangeira: “*todo aquellos otros conocimientos, memorias y saberes que permiten a los habitantes de los territorios producir sus propias historias y reproducirse como sociedad*”.

transferência de renda pode contribuir para a conservação dos recursos aquáticos e o combate à pobreza, sobretudo ao colocar em pauta a dura realidade que sofrem os(as) pescadores(as) na Amazônia (IDEM; 102).

Observa-se que as políticas da pesca artesanal não dão conta de abarcar as múltiplas realidades do setor pesqueiro da Amazônia. Na argumentação de Scherer (2004; 9) para “reduzir as desigualdades sociais e, portanto, a possibilidade de cidadania, não bastam somente as políticas sociais compensatórias, se estas não forem acompanhadas de políticas públicas distributivistas”. Desta forma, as condições de trabalho, a distância geográfica, a espacialização cada vez maior dos pontos de pesca, acrescida da falta de informação, são alguns dos componentes obstaculizadores que corroboram para o não alcance dessas políticas junto ao pescador artesanal.

CAPÍTULO 3

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES DA PESCA NOS LAGOS MACURICANÃ

Para compreender a formação e o uso dos territórios de pesca no Complexo Lacustre Macuricanã, na APA/Nhamundá-Parintins pelos pescadores artesanais, faz-se necessária primeiramente uma abordagem conceitual sobre território e territorialidade, uma vez que a cerne desta abordagem evidencia as formas e as relações sociais, os conflitos, desigualdades e todos os movimentos que compõem o território.

Para Raffestin (1993; 143) o território se forma a partir do espaço, é o resultado da ação conduzida de atores sintagmáticos que, ao se apropriar deste, abstrata ou concretamente, “territorializam” o espaço, numa relação social de comunicação. Assim, o território se materializa pelo movimento das relações entre sociedade e natureza, apropriada historicamente, mediada pelo trabalho, pelo poder e pela linguagem. Por conseguinte, as territorialidades também se traduzem em relações de poder, alteridade e exterioridade (SAQUET, 2011).

A ação conduzida dos atores sobre o espaço, e neste contexto, sobre o espaço aquático, expressa formas de poder e apropriação, conduzindo a novos usos e dinâmica territorial. Para Milton Santos o território é vivido e usado, o qual denomina de *território usado*, sendo entendido pela junção do chão mais a identidade. A identidade, por sua vez, é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. Portanto, o território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e exercício da vida (SANTOS, 2002).

Mediante as três concepções elencadas, entende-se o território como espaço vivido, construído e formado a partir das relações sociais, de identidade, de construção material e imaterial, mas também como espaço de organização, luta e mobilização política na tentativa das pessoas conseguirem autonomia, justiça social e ambiental, (re)significando continuamente as práticas cotidianas como transformação do território.

Com base nessa premissa, compreende-se territorialidades como os processos e fenômenos que substantivam (i)materialmente o território. À luz dos conceitos de (Saquet, 2011), como o conjunto de relações sociais definidas historicamente, que criam identidades,

buscam organização e mobilização política com vistas à autonomia. Essas interações, em diferentes lugares e pessoas, são compreendidas como territorialidades e efetivam-se nas relações com a terra, na família, na comunidade, enfim, na vida cotidiana (idem; 17).

Tomando como referência o pensamento de Diegues (1993; 20), para os pescadores artesanais amazônicos o uso do território é muito mais vasto, marcado pela “posse” fluída dos rios, igarapés e lagos (os pontos de pesca) e a utilização descontínua de algumas áreas já transformadas para fins agrícolas. Enquanto que as territorialidades são (i)materializadas nas relações entre pescadores artesanais locais com sua família, com seu “parceiro” de pesca, na comunidade; com pescadores comerciais citadinos, com os proprietários de fazendas de gado, com os representantes dos poderes decisórios dentro da APA/Nhamundá, com os poderes públicos municipais e estaduais, enfim, segundo as palavras de Saquet (2011) pelas práticas espaciais dentro do território, implicadas na reprodução das relações sociais e dos territórios.

O ambiente de pesca principal para os pescadores artesanais, moradores da APA/Nhamundá, é o complexo lacustre Macuricanã, uma extensa área de lagos onde predomina o ecossistema de várzea, permeado de paranás, igarapés, furos, lagos e igapós. É composto por aproximadamente 94 lagos, que se estendem por cerca de 192.000 hectares, abrangendo os territórios dos municípios de Parintins e Nhamundá, no baixo Amazonas.

A vegetação dos lagos é diversa e assume grande importância para a conservação da biodiversidade ictiofaunística. Existe ocorrência de árvores de grande porte como: Samauma (*Ceiba pentandra*), Castanha (*Bertholletia excelsa*) (fig. 23), Seringa (*Hevea brasiliensis*), árvores de médio porte como Catauari (*Caparidaceae*), Munguba (*Pachira aquatica*) e algumas palmeiras, entre elas o Marajá (*Bactris acanthocarpa*). Essas espécies vegetais são reconhecidas pelos pescadores como alimento para os peixes, através de seus frutos ou sementes.



Figura 21 – Da esquerda para a direita Castanheira e Embaubeira no Macuricanã
Foto: PIRES, 2014.

No uso dos lagos de várzea são latentes as questões socioambientais e territoriais envolvendo os diferentes atores construindo territorialidades, definido e redefinindo territórios. Os territórios correspondem a um determinado espaço de experiências vividas, cuja capacidade de resistência às tentativas de domínio por outros pode ter sido testada várias vezes (Guerra; Nunes, 2009; 71), que reforça sua dimensão enquanto representação e valor simbólico. Sack (1986 apud Saquet; 2011) argumenta que a territorialidade para os seres humanos é uma estratégia para restringir (assegurar) acesso de outrem e limitar o uso das coisas por área controlada, sendo, no final, uma expressão geográfica de poder social.

Assim entendido, os pescadores artesanais do complexo lacustre Macuricanã, como forma de garantir a conservação do recurso pesqueiro, principal fonte de sustento e economia dos moradores das áreas de várzea, evidenciam territorialidades em suas práticas pesqueiras, como forma de apropriação do espaço de uso comum. São grupos sociais que reclamam cada vez com mais intensidade, a validade de suas interpretações, de seus saberes, de suas práticas econômicas e ecológicas, de sua forma de ser no mundo, constituindo uma série de exercícios de resistência cultural que mostram a importância do território como o sustento da vida humana⁴¹ (MONTROYA ARANGO, 2003; 83, tradução nossa).

⁴¹ Texto em língua estrangeira: “cada vez com más fuerza los grupos sociales [...] están reclamando la validez de sus propias interpretaciones, de sus saberes, de sus prácticas económicas y ecológicas, de sus formas de ser en el mundo” (MONTROYA ARANGO, 2003; 83, tradução nossa).

As estratégias defensivas do território, conforme esclarecido no capítulo anterior, são evidenciadas por meio iniciativas intercomunitárias, cite-se o Acordo de Pesca firmado em 2007, que, por aproximadamente quatro anos movimentou as práticas pesqueiras naquela região, por meio de reuniões comunitárias, alavancadas pelas lideranças locais. Bourdieu (2002) registra que as ações coletivas que envolvem os representantes de poderes decisórios, em geral também são pescadores, cuja atribuição das práticas está fundamentada em relações de parentesco e vizinhança, pela disputa de campo do poder social. Com a estagnação do Acordo, os pescadores artesanais estão territorializando os espaços aquáticos, individualmente ou com os “parceiros”, buscando salvaguardar os pontos de pesca dos pescadores externos, emergindo os conflitos socioambientais.

Diegues (2001) assinala que os sistemas tradicionais de acesso a espaços e recursos de uso comum são recriados na atualidade, assim como o modo de vida, as organizações sociais e os territórios. O uso dos recursos ambientais encontra-se permeado em arranjos onde subsistem sistemas complexos dos quais dependem a reprodução cultural e simbólica de um grupo.

No dizer de Diegues, a reprodução social de algumas populações tradicionais, aqui entendidas como os pescadores artesanais, se dá pela exploração dos diversos habitats, e essa exploração demanda o conhecimento aprofundado “dos recursos naturais, das épocas de reprodução das espécies, a utilização de um calendário complexo dentro do qual se ajustam, com maior ou menor integração, os diversos usos dos ecossistemas” (1993; 20).

Porém, a exploração do recurso ictiofaunístico, demandada pelo consumo nos centros urbanos, gerou uma sobre-exploração de espécies comercialmente valorizadas na Amazônia. Cruz (2009; 261) em estudos no município de Manacapuru, identificou práticas similares, onde a pesca passou a ser realizada em territorialidades delimitadas pelos próprios moradores, devido a pressão sofrida pelo pescado. A dinâmica constante na luta pela sobrevivência levou os moradores da várzea a organizar-se em torno das terras, florestas e águas de trabalho, rompendo com o paradigma de sujeito pacato e passivo que se tinha do morador ribeirinho amazônico (FERREIRA, 2008; 179).

A pesca na região lacustre Macuricanã é praticada por pescadores artesanais, comerciais, avulsos e cidadãos⁴² que competem entre si pelos pontos de pesca. Os pescadores cidadãos são pessoas que utilizam a pesca como fonte prioritária de renda, e o produto de sua atividade (o pescado) é destinado principalmente à comercialização. Em estudos desenvolvidos no estado do Pará, a antropóloga Furtado (1993) denominou os pescadores cidadãos de *monovalentes*, por se autodefinirem simplesmente pescadores. Jacaúna; Fraxe et.al.(2009), em pesquisas em comunidades rurais do município de Manacapuru, ratifica a denominação dada por Furtado, acrescentando que esses pescadores que vivem prioritariamente da pesca, procuram filiar-se à Colônia de Pescadores do Município e detêm muitas artes de pesca, possibilitando a captura de variados tamanhos e espécies.

Já os pescadores artesanais que vivem em áreas de várzea, exercem a polivalência nas atividades pela necessidade de acrescentar à atividade da pesca, o trabalho agrícola, a criação de animais, o extrativismo vegetal e/ou animal – todas elas ligadas diretamente à unidade de produção familiar (Ferreira, 2008; 177-178). Em Parintins os pescadores são filiados tanto na Colônia Z-17, como no SINDPESCA, cabendo a estas instituições empenhar-se na representatividade dos interesses dos pescadores de modo geral.

Nesta parte da várzea amazônica, os moradores identificam outro tipo social de pescador, o pescador avulso. Conforme o entendimento da moradora M.N.R, 54 anos, “os pescadores avulsos são pessoas da cidade que vivem da pesca sem registro nenhum” (Pesquisa de Campo, janeiro 2015). Para impedir ou restringir o uso indiscriminado dos recursos pesqueiros, os pescadores artesanais recorrem a várias formas de defesa do território, como a demarcação através das redes nos pontos de pesca, mas, para isso precisam chegar cada vez mais cedo aos lagos.

⁴² Na área estudada, os pescadores locais chamam de pescadores da cidade aos pescadores de Parintins que pescam exclusivamente para comercialização. Referem-se também a ex-moradores que atualmente moram na área urbana e nos finais de semana “atravessam” o rio Amazonas para pescar no Macuricanã. Essas pessoas geralmente usam práticas e arreios incompatíveis com a disponibilidade do pescado.



Figura 22: Pescador “arriando” a rede no lago Aningal ao clarear do dia
Foto: PIRES, 2014.

Essas práticas evidenciam territorialidades concebidas pelo espaço vivido e às relações sociais de alteridade e exterioridades cotidianas (Raffestin, 1977 apud Saquet, 2011), sendo vividas, percebidas e compreendidas distintamente, substantivadas pelas relações, interações, heterogeneidades e conflitualidades (Saquet, 2011). Pôde-se perceber, no ambiente pesqueiro do Macuricanã, as práticas individuais ou coletivas carregadas de significados, demonstradas nas relações do cotidiano de amizade, “parceiragem”, no respeito às diferenças de cada um, mesmo diante das situações conflituosas.

Por outro lado, Leff (2001) assinala que a problemática ambiental atual se converteu numa questão eminentemente política, onde os conflitos e estratégias de poder pela apropriação dos recursos de uso comum estão legitimando as práticas sociais de acesso e uso dos recursos ambientais. No que tange ao uso dos recursos ambientais na região do Macuricanã, sobressaem-se os interesses coletivos por parte dos moradores para defender o território, mas reclamam da falta de apoio e vontade política em controlar as práticas de pesca invasiva, das quais resultam conflitos entre os usuários do bem comum. O pescador M.J.J.S., 34 anos relata:

O Acordo serviu para diminuir um pouco as pescas com rede de arrastão de malha 50, nessa rede aí vai tudo. Agora estão voltando as pescas predatórias, o pessoal que só vive da pesca se vale de todos os meios para ter o peixe, inclusive as redes de arrastão (Pesquisa de Campo, 2014).

Dentre as situações conflitantes em torno da pesca, sobressai-se o antagonismo entre o pescador artesanal e o vaqueiro, que trabalha para os proprietários de fazendas de gado. Segundo o pescador (M. J. J. S. 34 anos)

“O pessoal que tem gado no Macuricanã [...] facilitam muito pro vaqueiro tirar o produto lá, principalmente o pirarucu e o tambaqui grande, porque eles têm o cavalo” (Pesquisa de Campo, janeiro de 2015).

O uso do cavalo para pesca é feito tanto por vaqueiros, quanto por pescadores que vivem prioritariamente da comercialização do pescado. Essa prática é causa de conflito velado entre os pescadores artesanais locais, beneficiários do Seguro Defeso, que procuram cumprir a norma do Defeso e se sentem prejudicados com tais práticas, conforme se verifica na fala da moradora M.N.R., 54 anos:

No tempo da seca, do verão, eles matam de 40 a 50 pirarucus, descarnam e trazem de cavalo. No cavalo traz muito pirarucu já cuidado e os miúdos que poderiam ser aproveitados são todos descartados, jogados n'agua, é um crime (Pesquisa de Campo, janeiro de 2015).

Os conflitos socioambientais nos lagos Macuricanã são externalizados sob diversas formas e diferentes atores sociais, e se estabelecem em torno do recurso comum: o pescado. Ao redor deste recurso encerram relações, valores, desigualdades e sociações, mas que “emergem de princípios éticos, direitos culturais e lutas pela apropriação da natureza, além da internalização dos custos ecológicos para assegurar um crescimento sustentado” (LEFF, 2001).

3.1 Apropriação dos lagos e rios do Macuricanã

Os lagos que compõem o Complexo Macuricanã, APA/Nhamundá, foram mapeados e classificados por ocasião da implantação do Acordo de Pesca em 2007. O mapeamento foi feito pelo PRÓ-VÁRZEA/IBAMA, com informações fornecidas pelos pescadores integrantes do Acordo, moradores das comunidades do setor 1, por meio da Instrução Normativa 113, de agosto de 2006, do Ministério do Meio Ambiente - MMA, ficando classificados como dispõe o Anexo da Portaria.

Tabela 04: Lagos do Macuricanã. Adaptado com base no ANEXO 1 (IN 113/2006) IBAMA/MMA

Ord	Nome	Classificação	Ord	Nome	Classificação
01	Amorim	Procriação	48	Laguinho	Manutenção
02	Boi	Procriação	49	Laguinho	Manutenção
03	Bôto Grande	Procriação	50	Lago da Velha	Manutenção
04	Brus Grande	Procriação	51	Laguinho do Aningal	Manutenção
05	Chato	Procriação	52	Mabari	Manutenção
06	Curicaca	Procriação	53	Mabarizinho	Manutenção
07	Curuçá	Procriação	54	Marájá	Manutenção
08	Faristão	Procriação	55	Marrequinha	Manutenção
09	Faristinho	Procriação	56	Miwá	Manutenção
10	Igarapé Sem Fim	Procriação	57	Móca/Alípio	Manutenção
11	Ivo	Procriação	58	Norato	Manutenção
12	Jawari	Procriação	59	Padeiro	Manutenção

Tabela 04: Lagos do Macuricanã. Adaptado com base no ANEXO 1- IBAMA/MMA (continuação)

13	João Félix	Procriação		60	Piranhas	Manutenção
14	Mangueira	Procriação		61	Primeiro Lago	Manutenção
15	Mungubal	Procriação		62	Samauma	Manutenção
16	Onça	Procriação		63	Sapinho/Urubu	Manutenção
17	Oncinha	Procriação		64	Sapo Grande	Manutenção
18	Papa Terra	Procriação		65	Tijolo	Manutenção
19	Ribeirão	Procriação		66	Treme	Manutenção
20	São Gonçalo	Procriação		67	Araçá	Comercial
21	Tapiíra	Procriação		68	Araçatuba	Comercial
22	Aningal	Manutenção		69	Armador Grande	Comercial
23	Aningal do Bom Socorro	Manutenção		70	Armadorzinho	Comercial
24	Arara	Manutenção		71	Arrozal do Mundongo	Comercial
25	Arranca Vara	Manutenção		72	Baixa Grande	Comercial
26	Atoleiro	Manutenção		73	Barro Amarelo	Comercial
27	Baixa Grande	Manutenção		74	Campo de Jogo	Comercial
28	Baixa do Sem Fim	Manutenção		75	Carvão	Comercial
29	Baixa Funda	Manutenção		76	Chato do Mundongo	Comercial
30	Boa Vista	Manutenção		77	Cuiabá Grande	Comercial
31	Botinho	Manutenção		78	Cuiabazinho	Comercial
32	Bruszinho	Manutenção		79	Garcinha	Comercial
33	Cachorro	Manutenção		80	Machadão	Comercial
34	Cará-Açú	Manutenção		81	Machadinho	Comercial
35	Cuiabá do Atoleiro	Manutenção		82	Marrecas	Comercial
36	Cupido	Manutenção		83	Marrecas	Comercial
37	Cumpridinho	Manutenção		84	Matipucu	Comercial
38	Cumprido	Manutenção		85	Mureru	Comercial
39	Cumprido	Manutenção		86	Pássaros	Comercial
40	Fartura	Manutenção		87	Piriquito	Comercial
41	Fausto	Manutenção		88	Poço do Chagas	Comercial
42	Garção	Manutenção		89	Preto	Comercial
43	Gino Grande	Manutenção		90	Preto do Mundongo	Comercial
44	Japá	Manutenção		91	Tamburão	Comercial
45	Jóia	Manutenção		92	Tarumã	Comercial
46	Juquiri	Manutenção		93	Volta Funda	Comercial
47	Juquiri	Manutenção		94	Ana Raimunda	-

FONTE: Disponível em: <http://sites.unasp.edu.br/porta/secretariageral/Documentos/DOU/2006-2/08/2006-08-24-1-5.pdf>. Acesso em 20/01/2015.

As formas de apropriação dos lagos Macuricanã são definidas a partir das práticas dos pescadores, delimitadas através do lançamento das redes nos pontos de pesca. Os pescadores que moram no setor 1 da APA, nas comunidades de São José, São Sebastião e Vila Bentes (margem do rio Amazonas, em frente à sede do município de Parintins); a comunidade de Santa Rita, (igarapé do Bôto) e as comunidades do Divino Espírito Santo e São Francisco (dentro do Paraná do Espírito Santo) distinguem os pontos de pesca pelo tempo e esforço para chegar aos lagos e rios. Assim, os pescadores do Bôto restringem mais os pontos de pesca, utilizando o rio Amazonas em época de vazante e poucos lagos do Complexo Macuricanã.

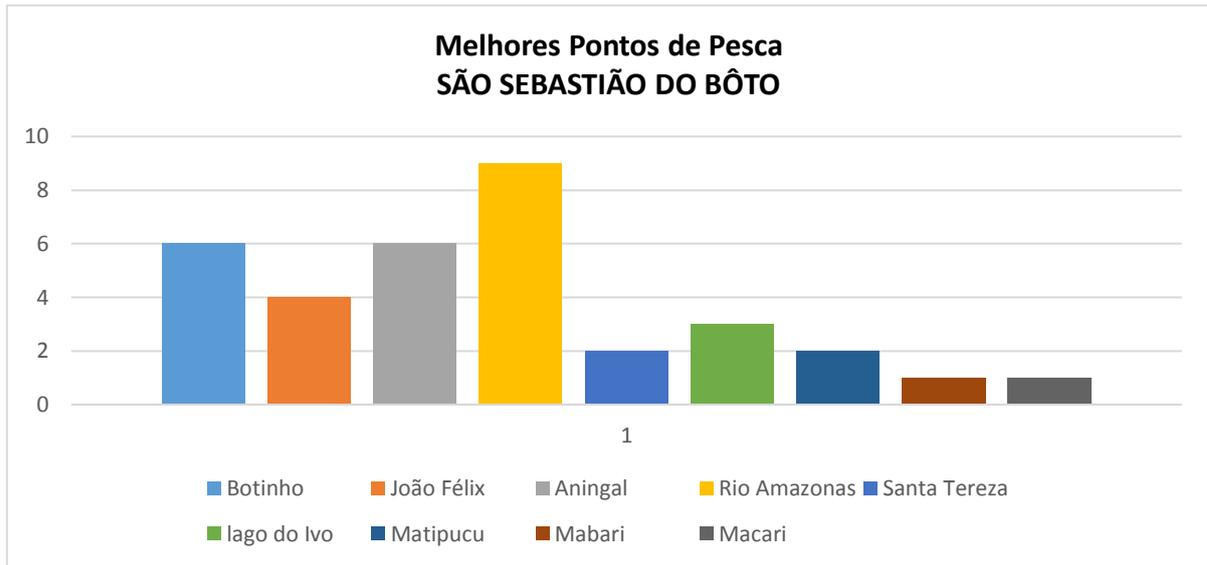


Figura 23: Gráfico representativo dos melhores pontos de pesca para os pescadores do São Sebastião

Os pescadores do Bôto têm o rio Amazonas como principal ponto de pesca (Fig. 23). No entanto, se referem ao período da “safra”, a piracema, pois, em outra época, eles se deslocam para os lagos Botinho, João Félix e Aningal. O tempo para chegar a esses pontos de pesca varia, de acordo com a dinâmica das águas. No período de enchente/cheia, quando o igarapé de Santa Rita está com volume de água para transitar, o tempo estimado para chegar ao lago Botinho é de uma hora em canoa tipo rabeta. Na época da vazante, quando se fecham as entradas para os lagos (igarapés), quem possui cavalo e/ou tem a pesca como única fonte de renda, adentra a mata rumo ao lago Aningal e assim estima o tempo para chegar ao lago, conforme fala o pescador C.O.R., 48 anos: “no tempo da seca levo em torno de uns 50 minutos de cavalo pra chegar no Santa Teresa e uns 30 minutos pra chegar no Aningal” (Pesquisa de Campo, outubro 2014).

O lago Aningal, por sua localização (extrema entre as duas comunidades), se torna um ponto de pesca buscado tanto pelos pescadores do São Sebastião do Bôto, quanto do São José do Paraná do Espírito Santo de Cima, sendo procurado pelos pescadores tanto na vazante, quanto na enchente. Importante frisar que os lagos Botinho e Ivo, indicados pelos pescadores, em tempo que o Acordo de Pesca estava ativo, era local de pesca proibida indeterminadamente, por serem espaços reservados para a procriação das espécies. Já os lagos Santa Teresa e Macari não constam no anexo do Acordo.

Com o intuito de apreender a localização dos territórios de pesca a partir da percepção do homem sobre o ambiente, foi solicitado aos pescadores das duas comunidades que

representassem por meio de desenhos, os pontos de pesca utilizados em sua prática pesqueira. Trata de uma forma de representar graficamente como o homem percebe e compreende o território vivido, com base em suas experiências cotidianas, denominada de mapa mental, a qual sucintamente se refere a uma “técnica de levantamento de dados para análise da percepção do homem sobre o ambiente”⁴³

Para Nogueira (2002), os mapas mentais “contêm saberes sobre os lugares que só quem vive neles pode ter e revelar”. Pontuschka e Oliveira (2006) os indicam como instrumentos eficazes para compreender os valores atribuídos pelos indivíduos aos diferentes lugares. O espaço vivido é o conjunto dos lugares de vida de um indivíduo.

A construção de um mapa mental perpassa pela percepção, ou seja, pelo processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente, através de mecanismos perceptivos e cognitivos, movido pelo interesse e pela necessidade, sistematiza-se a interface entre realidade e mundo, selecionando as informações percebidas, memorizando-as e conferindo-lhes significados (KOZEL, 2001, p.146).

Desta forma, ao representar graficamente os ambientes de pesca, o pescador artesanal imprime a sua percepção, expressando através do desenho os significados (i)materiais atribuídos à pesca e aos ambientes pesqueiros, importantes para o sustento do seu modo de vida ribeiro amazônico.

⁴³ Professora Sandra do Nascimento Noda, em aula da disciplina Etnoconservação e Percepção Ambiental (2013/2)



Figura 24: Mapa mental elaborado por pescadores da comunidade de São Sebastião do Bôto.
Foto: PIRES, 2014.

A representação dos pontos de pesca dos pescadores da comunidade de São Sebastião do Bôto, (Fig. 24) indica a pesca no rio Amazonas e o deslocamento para os lagos Botinho e João Félix através do Igarapé de Santa Rita do Bôto. Destaque para a inserção do espaço de pesca denominado Aningal de Santa Teresa, onde o alcance se dá apenas a cavalo, sendo citado somente por quem possui esse tipo de transporte.

Os pescadores de São José do Paraná do Espírito Santo de Cima, por sua vez, dispõem de mais facilidade de deslocamento para o interior do Macuricanã, dada a sua localização geográfica entre dois acessos para os lagos: pelo canal Ressaca e igarapé do Bom Sucesso, favorecendo uma abrangência maior no complexo de lagos:



Figura 25: Gráfico representativo dos melhores pontos de pesca para os pescadores do São José

O lago Baixa Grande aparece como o ponto de pesca mais procurado pelos pescadores do São José, devido à proximidade com a comunidade, distando aproximadamente 30 minutos de canoa tipo rabeta. O lago Mabari, localizado imediatamente após o Lago Baixa Grande se constitui também como um dos principais pontos de pesca para os pescadores do São José.

Tal como acontece em São Sebastião, os pescadores citaram como pontos de pesca, lagos que, na época do Acordo, não era permitido nenhum tipo de pesca, como é o caso dos lagos de procriação Curicaca e Jawari. São citados também pelos pescadores, lagos que não constam no anexo da IN/IBAMA, e, portanto, não entraram na classificação e contagem feita em 2007. É o caso dos lagos Nina, Faísca, Livro Nós, Tracajá, Capitari, Acari e Tira Saia. Com isso, constata-se, a partir das informações dos pescadores da região, a existência de mais de cem lagos no Complexo Macuricanã.

Observa-se que o Lago Baixa Grande é o ponto de pesca mais próximo da sede da comunidade e os lagos Garcinha e Araçá os mais distantes, demandando um tempo de pesca de dois a três dias. No período da vazante, é o momento em que as formas de apropriação dos espaços aquáticos são mais visíveis à margem do rio Amazonas. As redes são lançadas na margem, em frente às suas casas, ainda de madrugada e a retirada do peixe é feita no decorrer do dia até o cair da tarde. Com isso, o pescador artesanal evita a concorrência do território de pesca com os pescadores avulsos e comerciais.



Figura 27: Pescador de São Sebastião fazendo verificação da rede, lançada em frente à sua casa
Foto: PIRES, 2014.

O ato de lançar a rede em frente à sua residência (fig. 27) é uma forma de apropriação de um território que o pescador entende como sendo seu. Para Saquet (2011), a apropriação é compreendida a partir em três significados principais:

1. Como posse, propriedade, domínio individual e coletivo por meio de mecanismos (i)materiais. A margem do rio ou do lago em frente a sua casa é tida pelo(a) pescador(a) como propriedade sua e é demarcada fisicamente pela rede; subjetivamente, os outros pescadores já sabem que não podem lançar sua rede na frente da casa do “outro”.

2. Como delimitação, com ou sem precisão, parcelamento, divisão. Cada porção de água delimitada pela rede é uma indicação de restrição para a pesca de outrem. No interior do lago Baixa Grande, por exemplo, até o capim das margens é parcelado para a colocação de redes. Muitas vezes, quando o pescador artesanal chega no local, a rede do pescador comercial “de fora” já está predisposta sob o capim, local onde é sabido pelos pescadores em geral, que é certeza de encontrar peixe.

3. Como uso, interferência e utilização de objetos, instrumentos, pessoas. Na APA/Nhamundá grande parte dos lagos fica próximo das fazendas, atrás de propriedades de criadores de gado; o uso desses lagos tem resultado em conflitos entre pescadores e proprietários. De acordo com L. S., 37 anos “os pescadores vêm de todo lado; até um tempo atrás era comum encontrar nos lagos próximos a fazendas, galhos de árvores atravessados ou o próprio vaqueiro pra impedir os pescadores de entrar” (Pesquisa de Campo, outubro 2014).

Relativo ao capim encontrado nas margens dos lagos, no lago Baixa Grande, localizado entre os lagos Mabari e Aningal, atrás da comunidade de São José, particularmente, tem grande ocorrência do capim perimembeca (*Paspalum repens* P. J. Bergius) (fig. 28) e, durante a cheia, de acordo com os pescadores, alguns deles, para largar a malhadeira, fazem a “partição” do capim, arriando a malhadeira entre as partes.



Figura 28 - Capim perimembeca na margem do lago Aningal.
Foto: PIRES, 2015.

Segundo os pescadores das comunidades pesquisadas, a “partição” do capim é feita por pescadores comerciais, oriundos dos municípios paraenses ou de Parintins, que constantemente invadem os lagos, praticando a pesca de forma predatória⁴⁴. O capim perimenbeca, por exemplo, só sobrevive n’água, “quando pega a terra, seca” (F.G. A., 65 anos, Pesquisa de Campo, setembro 2014). Na partição, a parte central do capim cortada, é jogada fora, se perde e acaba morrendo, por não ter como sair. Essa prática prejudicial tem levado à perda do capim no Macuricanã e influencia diretamente para a escassez dos peixes, pelo fato

⁴⁴ O conceito de pesca predatória é definido a partir da relação presa x predador, ou seja, peixe x pescador. Técnicas, utensílios e modalidades de pesca que reduzem as chances do peixe escapar ou que não são seletivas, também chamadas de “covardes”, são consideradas predatórias (PEREIRA; PINTO, 2001).

de o capim se constituir como abrigo preferencial para peixes que se alimentam do “limo” existente sob o capim; por isso, quanto menos capim nas margens, mais dispersos ficam os peixes nos lagos.

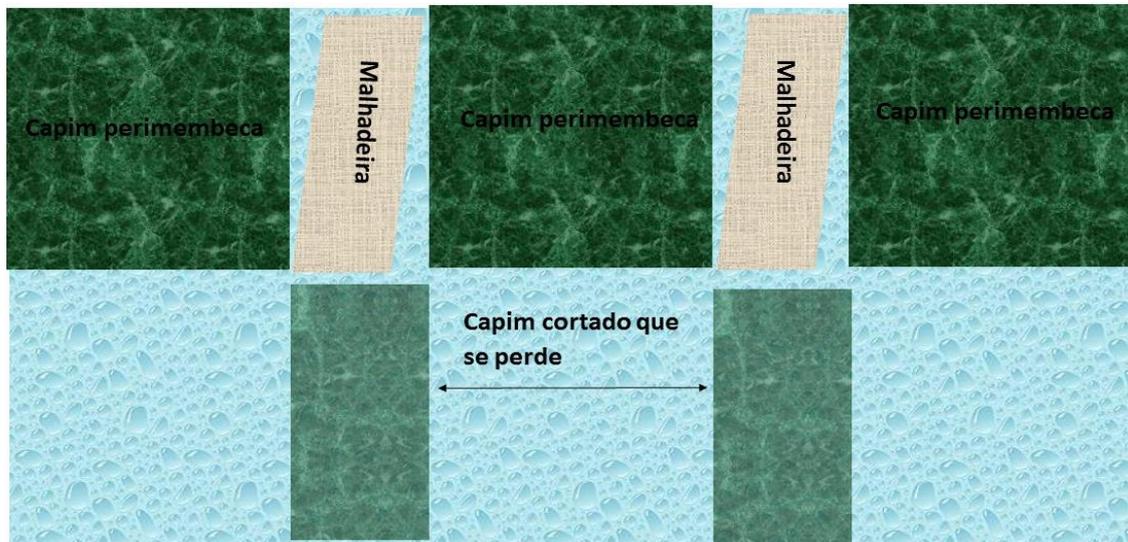


Figura 29: Demonstrativo da perda do capim perimembeca no lago Baixa Grande. Elaborado pela autora com base em relatos dos pescadores.

Num sentido sociogeográfico, as diversas formas de apropriação sobre um território se materializam a partir do momento em que um território delimitado é ocupado e usado por diferentes grupos sociais, e o exercício de sua prática ‘sobre esse espaço gera’ territorialidades⁴⁵ (Agnew, 1994; Mahecha, 2003; 7, tradução nossa, grifo nosso’). Assim, as práticas pesqueiras nos lagos Macuricanã e no rio Amazonas são realizadas sob formas e usos que implicam em relações de apropriação materiais e imateriais, onde os pescadores artesanais buscam se apropriar e manter os pontos de pesca, no sentido de pertencimento, para o sustento do seu modo de vida e de reprodução social.

3.2 Relações e conflitos territoriais

Os conflitos socioambientais em torno dos ambientes de pesca na Amazônia existem de longa data e estão relacionados à pesca intensiva praticada nos lagos e rios da Amazônia, ocasionando forte pressão nos recursos pesqueiros, principalmente nas áreas de várzea da planície amazônica que, por sua característica propicia o desenvolvimento de sua biota, através

⁴⁵ Texto em língua estrangeira: “Em um sentido sociogeográfico [...] es el espacio social delimitado, ocupado y usado por diferentes grupos sociales en ejercicio de su práctica de la territorialidade”

do transporte de sedimentos favorecedores do enriquecimento do solo e a produção de variada ictiofauna, se constituindo como local significativo para a pesca tanto comercial quanto familiar.

Diante da demanda crescente e das mudanças nas tecnologias de pesca empregadas pelos pescadores comerciais, em detrimento com os equipamentos antes utilizados na pesca artesanal como o arpão ou a flecha, os pescadores artesanais tiveram que investir em melhorias para incrementar a produção pesqueira como a compra de redes malhadeiras e de motores de popa, conhecidos como rabetas, de modo a ter autonomia para se deslocar em busca do pescado em locais cada vez mais distantes de suas comunidades (ALENCAR, 2013). Em condições de desigualdade com os pescadores comerciais, delatam práticas predatórias:

Tem muita invasão nesses lagos aí. No lago Igarapé Grande vem pescador pelo lado de Nhamundá, alguns deles com lanchas e motores, se espalham no lago e aí não tem pra gente (M.J.J.S., 34 anos, Pesquisa de Campo, setembro 2014).

Mesmo possuindo alguns dos avanços tecnológicos empregados atualmente na pesca, muitos pescadores artesanais não contam com os mesmos apetrechos, e consideram que os pescadores itinerantes, denominados por eles como “pescadores de fora” praticam a pesca de forma predatória e invasiva nos lagos considerados comunitários (Ruffino, 2005; 23), gerando conflitos do uso dos locais de pesca, conforme relata a pescadora I.T.S., 54 anos:

A pesca tá ficando ruim, pela grande invasão dos lagos, acaba diminuindo pros moradores, não dá nem pra arriar a rede no Amazonas, porque dá muito pescador de fora nesse tempo (Pesquisa de Campo, setembro 2014).

A presença de pescadores avulsos e comerciais durante o período da vazante, na ocorrência da piracema, torna o espaço de pesca mais concorrido e gera insatisfação nos pescadores locais. Na Amazônia brasileira os conflitos relacionados à pesca ocorrem em qualquer região que tenha importância e potencial de demandas múltiplas e afloram de interesses de uso divergentes imprimidos pela pesca amadora e profissional (Ruffino, 2005). Comumente ocorrem em regiões que têm a pesca como principal fonte de sustento e economia, entre pescadores de subsistência *versus* pescadores comerciais citadinos, pescadores de subsistência *versus* pescadores comerciais locais, pescadores *versus* fazendeiros. (Jacaúna; Fraxe et.al, 2009). A pescadora aposentada, F. R. S., 64 anos, residente em frente à entrada do igarapé do Bom Sucesso relata “Dá pena de ver aqueles barcos entrando ali na Boca (do bom Sucesso), carregados de bajaranas e cada uma sair espalhando rede aí dentro desse Macuricanã” (Pesquisa de Campo, setembro 2014).

O desabafo da pescadora aposentada refere-se à prática da pesca comercial, feita por pescadores citadinos dos municípios que circundam a APA: Nhamundá, Parintins, e, do lado do Pará, vindos em maior número do município de Óbidos-PA. Com o Acordo de Pesca inativo, os pescadores não veem mais impedimentos de pescar a qualquer período do ano com os apetrechos, antes, não permitidos pelas regras do Acordo. Por parte da gestão da APA, são realizadas visitas de monitoramento junto com os agentes ambientais, desde Nhamundá até a *boca* do Paraná do Espírito Santo. Porém, são vistorias muito esparsas, às vezes com intervalo de meses, e os moradores queixam-se de estarem sozinhos nos momentos das “invasões”.

A prática intensiva desse tipo de pesca tem incidido de forma predatória nos lagos Macuricanã e prejudicado sobremaneira os pescadores artesanais locais que se deparam cada vez mais com a redução crescente dos estoques pesqueiros. Destarte, as práticas de conservação por parte de alguns pescadores tornam-se imperceptíveis, uma vez que, a pesca sem controle pode levar à exaustão algumas espécies, particularmente as mais procuradas pelo valor comercial. Diante disso, afloram conflitos entre os vários tipos sociais de pescadores, filiados ou não à Colônia, com os pescadores de outros municípios e entre os próprios pescadores das comunidades adjacentes. São conflitos socioambientais que emergem a partir da “ligação entre a questão social e a questão ambiental, visto que ambas estão intrinsecamente relacionadas, não podendo ser compreendidas separadamente” (CAÑAS, 2012; 20)

De início, a palavra conflito denota ideia de luta, oposição de interesses, sentimentos, disputa⁴⁶, que, tomado simplesmente pela etimologia da palavra, denotaria ideia de negatividade. Porém, em comunidades de pesca, as situações conflitantes podem agir positivamente em favor de interesses comuns (Simmel, 1983, grifo nosso). No Macuricanã, APA/Nhamundá, a forma encontrada pelos pescadores de superar as divergências foi concretizada pela criação do Acordo de Pesca e pela fundação da associação comunitária (GRUPACOM), que por um tempo, se empenhou como mediadora dos conflitos emergentes dos territórios de pesca. Simmel (1983; 122), destaca que o conflito junto às ações produzidas no interior de uma sociedade “modifica grupos de interesses, uniões, organizações [...] como uma forma de sociação”, na medida em que as relações sociais constituídas no mesmo espaço, passa a ser um ato de reconhecimento e, por ser algo socialmente construtivo, “o próprio conflito resolve a tensão entre os contrastes [...]” (IDEM; 123).

⁴⁶ Disponível em: <http://www.dicionarioaurelio.com/Conflito.html>. Acesso em 28/02/2014.

Durante a vigência do Acordo de Pesca no Macuricanã registravam-se inúmeras questões conflituosas, algumas com ocorrências graves que punham em risco a integridade física de quem atuava pelo objetivo maior: a conservação do recurso pesqueiro, como relata o pescador M.J.S.S, 34 anos: “Teve uma vez que a briga foi grande, eram cinco pescadores do São José e os outros eram em torno de 15 pescadores de fora, eu não tava lá, mas quem tava disse que foi muito feio, pra escapar de morrer de repente!” (Pesquisa de campo, outubro 2014)

Em todo ambiente que contenha em uma mesma realidade concreta, sujeitos diferenciados, significados culturais diversos e formas de apropriação material e simbólica distintas, em que uma desigualdade ambiental se articula e se sobrepõe à desigualdade social, os conflitos se multiplicam. O agente ambiental credenciado pela SDS (M.S.C., 20 anos) expõe:

Antes de ser agente (ambiental) eu presenciei a agressão física sofrida por um agente ambiental voluntário do senhor conhecido como “Gigante”. Ele estava no flutuante de vigilância, deitado em uma rede, quando um pescador chegou e foi logo cacetando, ele caiu n’água e só não morreu porque foi socorrido pelos colegas. Depois de eu me tornar agente não houve mais nenhum conflito assim, principalmente contra os Agentes Ambientais (Pesquisa de Campo, novembro 2014).

As diferentes formas de uso comunal dos recursos, põe em pauta os bens subtraídos pelas populações tradicionais, que os utilizam na fronteira de expansão do mercado ou dos impactos entre as diferentes práticas espaciais mediadas pelos bens não mercantis. Entenda-se nesse contexto, as águas, os sistemas vivos, onde tende a prevalecer o uso dos atores sociais mais fortes, o que Acserald, (2010) caracteriza como conflitos socioambientais.

O uso comum dos bens ambientais tende a ser marcado como produto das relações sociais, sintetizado pelas desigualdades, pelas diferenças e pelas identidades (Saquet, 2011). As relações de alteridade são móveis, estão em constante mudança, visto que as práticas sociais são constantemente reformadas à luz das informações recebidas, alterando, constitutivamente seu caráter (GIDDENS, 1990 apud HALL, 1997).

No ambiente pesqueiro da várzea amazônica as relações são contínuas e multiescalares. No caso do Complexo Lacustre Macuricanã/APA-Nhamundá, ocorre em escala interestadual, intermunicipal e intercomunidades e entre pescadores da mesma comunidade, nas relações familiares, de vizinhança e “parceiragem”⁴⁷. Hall (1997) descreve estas formas de relações como sociedades da pós-modernidade, onde as relações se mostram descentradas, deslocadas para fora de si mesma; atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais

⁴⁷ Tipo de relação muito utilizada em comunidades rurais para realização de trabalho comum, como o “puxirum” (trabalho coletivo em roçados) e pesca coletiva com parentes ou amigos.

que produzem diferentes “posições” dos indivíduos, isto é, identidades. Assim, as relações que se estabelecem entre os pescadores dos diferentes territórios, seja de antagonismo ou de interesses sociais comuns, faz emergir uma identidade cultural, o sentimento de pertencimento ao lugar, mesmo diante das constantes mudanças que tem se apresentado no mundo da pesca.

3.3 Práticas pesqueiras e conhecimento tradicional da pesca artesanal

O território visto e/ou vivido (Raffestin, 1993) é formado por componentes (i)materiais, sendo produto das relações sociedade/natureza, com objetivações/subjetivações e significados, construído historicamente pela tessitura dos principais atores sociais. Um elemento fundamental na formação dos territórios é a identidade (Saquet, 2011). As identidades, por sua vez, significam pertencimento, afetividade, possibilidade de resistência e projeção futura, respeitando as singularidades em favor de um desenvolvimento local (IDEM; 94).

Alencar (2007; 98) reforça que o pertencimento ao lugar e a um grupo de parentesco garante o acesso ao território e aos recursos naturais, e funciona como um mapa cognitivo, orientador das relações entre as pessoas e entre essas e o ambiente. A concepção de lugar, por muito tempo, foi concebida na ciência geográfica para expressar determinada porção do espaço. Entendido dessa forma, o lugar ocupava importância secundária em relação a outros conceitos como paisagem, território e espaço.

Yi-Fu Tuan, um geógrafo contemporâneo chinês, vinculou o lugar ao modo como os seres humanos respondem ao ambiente. A publicação da obra “Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente de lugar”, em 1974, centrava-se em estudar os sentimentos de apego das pessoas com relação ao ambiente natural em que vivem. O termo é originário do grego “*topus*” que significa “lugar” e “*filo*” significando afinidade, amizade. Construía assim um novo significado ao conceito, a topofilia, que exprimiria um elo de afeição que une as pessoas aos lugares (Werther, 2003). O pescador do São José do Paraná do Espírito Santo de Cima, expressa bem essa relação com o lugar:

Eu nasci e me criei aqui e é a parte onde eu sei sobreviver né, eu vivo da pesca, eu vivo do meu trabalho, da agricultura também e eu acho legal morar aqui na beira desse rio tão bonito, trabalhando, pescando. Não adianta sair daqui porque já tô acostumado. Aqui tudo é natural, as frutas, os peixes e até mesmo o estilo de vida, aqui você respira um ar bom, vive com a natureza, não tem porque eu mudar de situação e sair daqui (Pesquisa de Campo, janeiro de 2015).

A manifestação do amor ao lugar é compreendida por Tuan (1980; 106), por meio de alguns aspectos, entre os quais: a apreciação visual e estética, as relações de saúde, familiaridade e conhecimento do passado e o contraste entre o urbano e o rural, que leva as pessoas à apreciação do natural. A lida, como é chamada pelos pescadores a atividade da pesca, tem como pano de fundo uma estreita relação com o ambiente, evidenciado pelo conhecimento profundo de cada lago, de cada espécie, mas que contém também a história da vida do pescador, suas necessidades e intencionalidades no uso do território.

Quando se tratam de práticas pesqueiras na Amazônia, a exemplo de outras localidades de várzea, a pesca na APA/Nhamundá é realizada nos quatro períodos de sazonalidade hídrica: enchente (subida das águas), cheia (nível máximo das águas), vazante (descida das águas), seca (nível mais baixo das águas) (Fraxe, 2009). No período da cheia, os pescadores do Paraná do Boto e Paraná do Espírito Santo buscam o rio Amazonas, e no período da seca recorrem aos lagos próximos à comunidade. Na época da enchente, a comunidade de São José promove a “Festa do Peixe Liso”, como forma de chamar a atenção para a espécie surubim (*Pseudoplatystoma fasicatum*), mais procurada nessa época, principalmente por seu valor comercial. A proximidade das duas comunidades pela parte frontal com o rio Amazonas e por detrás com os lagos Macuricanã, favorece a utilização dos dois ambientes: os lagos e o rio Amazonas (figura 30).



Figura 30: A - Pescador de São José pescando no lago Baixa Grande do Complexo Macuricanã; B - Pescador de São Sebastião pescando no rio Amazonas
Foto: PIRES, 2014.

Os pescadores das comunidades pesquisadas, quando pescam nos lagos, praticam a modalidade tradicional da pesca, com uso de arpão, arco, flecha e zagaia, utilizados com o arremesso das mãos ou a pesca de espera, com o uso do caniço, que demanda um tempo de

espera para o peixe morder a isca. Utilizam também frequentemente as malhadeiras com fios de nylon ou mica.

Quanto ao pescado, o excedente é comercializado principalmente no Flutuante do “Chico Bode” (fig. 31), como é reconhecida uma base de entreposto de pescado localizada, especialmente, no período da piracema, na confluência entre as duas comunidades. Após esse período, o flutuante é deslocado para a lagoa da Francesa na sede do Município de Parintins. Trata-se de um empresário da pesca que financia os apetrechos tanto para os pescadores locais, quanto para pescadores avulsos.



Figura 31: Posto flutuante “Chico Bode”
Foto: PIRES, 2014.

O processo mercantil que se insere no ambiente pesqueiro nesta parte da várzea do Amazonas, de acordo com o pescador D.S., 34 anos da comunidade de São Sebastião do Bôto, funciona da seguinte maneira:

O pescador recebe (do Bode) o arreo que necessita, canoa, motor rabeta, gasolina, e, no final da pesca, ‘vende’ para o Bode, mas o Bode compra por um preço abaixo do mercado. Por isso na hora de ajustar não recebe quase nada pelo pescado, porque vai abatendo da dívida (Pesquisa de campo, outubro de 2014).

O gelo e a gasolina são fornecidos por outro comerciante/atravessador, que percorre as comunidades da margem do rio Amazonas em um barco de pequeno porte, realizando viagens em dias alternados, indo da comunidade de Brasília até a comunidade de Vila Bentes (margem esquerda do rio Amazonas) sentido descendo o rio Amazonas. Diegues (1993) analisa nesse processo, o modo de produção capitalista se apropriando da produção artesanal, sem, no entanto, desorganizar esse modo de produção e reprodução social.

Essa prática é mais usual dos pescadores do São Sebastião do Bôto, devido à distância geográfica tanto da cidade quanto dos lagos Macuricanã. Os pescadores do São José do Espírito

Santo de Cima têm as duas condições a seu favor, e, por conseguinte, mais facilidade de comercializar o pescado com outra localidade. No entanto, geralmente quando vendem o excedente do pescado, também o fazem com atravessadores. Apesar da proximidade das comunidades com a sede do município, a prática do comércio itinerante da várzea traz a comodidade de uma comercialização imediata do pescado, embora o vendam por um valor bem menor do que conseguiriam na cidade. Ademais, se deslocar até a cidade significa mais despesas e interrupção das atividades laborais.

Com relação à apreciação, visando o fator alimentício e mesmo o comercial, os pescadores entrevistados indicaram as espécies tambaqui (*Colossoma macropomum*) e surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*) como as mais procuradas no momento da pesca, seguidas do bodó (*Liposarcus pardalis*), apapá (*Pellona castelnaeana*), pacú (*Mylossoma spp.*); logo em seguida, o tucunaré (*Cichla sp.*) e o cuiú (fig. 32).



Figura 32: Gráfico representativo das espécies mais apreciadas para a pesca
Fonte: PIRES, 2014.

A atividade pesqueira é conduzida por vários aspectos que compõem a dinâmica ambiental da região, entre os quais com maior proporção os períodos do ciclo hidrológico amazônico. Desta forma, os pescadores relacionam a atividade com a subida ou descida das águas.

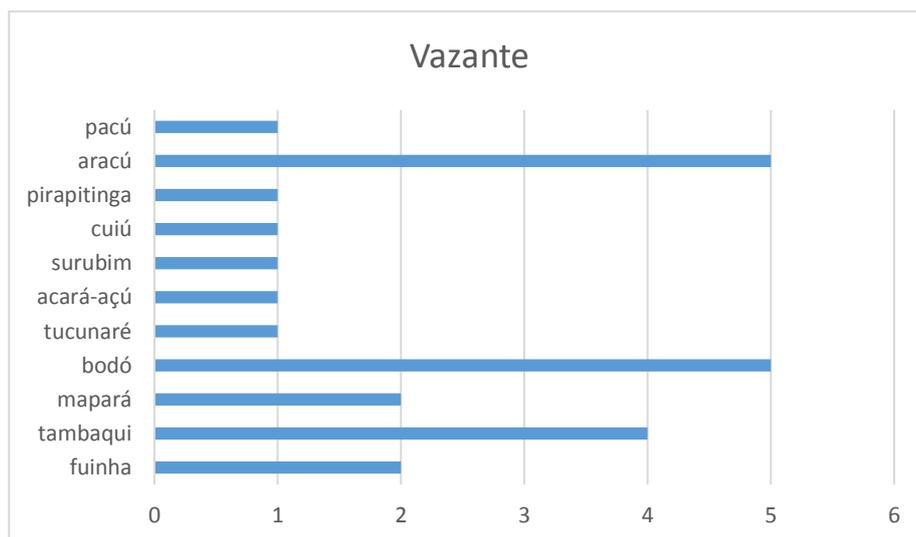


Figura 33: Gráfico representativo das espécies pescadas na vazante
Fonte: PIRES, 2014.

Na vazante, as espécies mais procuradas são: aracú (*Schizodon fasciatus*), bodó (*Liposarcus pardalis*) e tambaqui (*Colossoma macropomum*), seguidas do mapará (*Hypophthalmus marginatus*), fuinha e pacú (*Mylossoma spp.*) (fig.33). Os períodos mais procurados pelos pescadores para a pesca são os períodos que compreendem a cheia e a vazante (fig. 34), ou seja, a pesca é mais intensa entre os meses de abril e setembro. Os pescadores que apontaram os dois períodos (cheia/vazante), pescam mais o tambaqui (*Colossoma macropomum*) e o tucunaré (*Cichla sp.*). Interessante ressaltar que o tambaqui (*Colossoma macropomum*) foi citado nos dois períodos, evidenciando uma busca maior por essa espécie, razão da sua visível escassez nos lagos do Macuricanã.

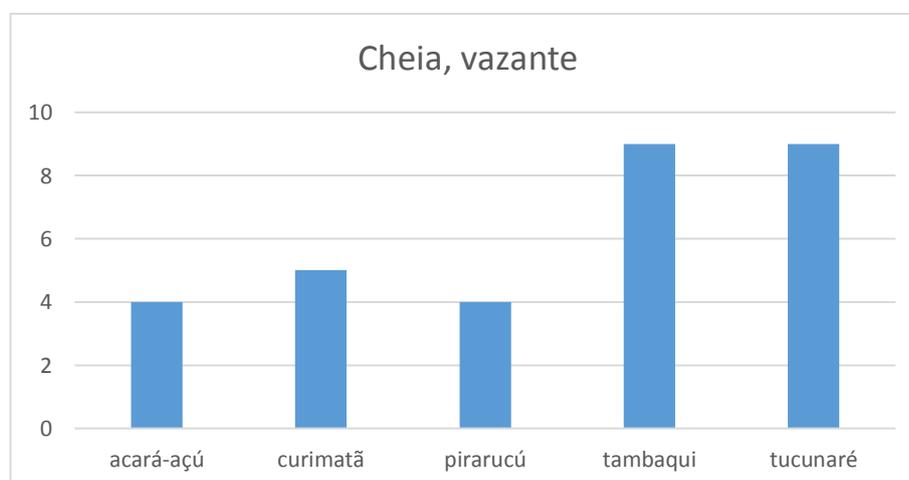


Figura 34: Gráfico representativo das espécies pescadas nos períodos de cheia/vazante
FONTE: PIRES, 2014.

Observa-se a referência ao tambaqui (*Colossoma macropomum*), ao tucunaré (*Cichla sp.*), curimatã (*Prochilodus nigricans*), seguida do pirarucu (*Arapaima gigas*) e acará-açú (*Astronotus crasipinis*) (fig. 34). Vale registrar que o pirarucu é uma espécie em estado de defeso permanente, devido à sua quase exaustão. No entanto, durante o período de campo, observou-se a pesca desta espécie tanto para o consumo, quanto para a comercialização.

Por ser uma atividade extrativista, de retorno mais imediato à subsistência do morador de várzea, a pesca ganha mais importância e tem demandado mais tempo do que as outras atividades. Por essa razão, diariamente ou semanalmente, dependendo da época, o pescador rumo para os ambientes de pesca diuturnamente, quando se trata do período da piracema (vazante), lançando as redes (malhas com fio de acordo com a espécie almejada) por toda a margem do rio Amazonas, ou semanalmente, indo para os lagos (enchente/cheia), munido de caniço, arpão, flecha, malhadeira e camaroeira, de acordo com a espécie a ser pescada. A saída para os ambientes de pesca ocorre normalmente de madrugada, por volta das 3 horas, se o destino for os lagos do Macuricanã, e 5h a 6h se a pesca for no rio Amazonas.

A pesca, na verdade inicia um dia antes, com a preparação dos apetrechos de pesca (arreios), abastecimento do isopor com gelo, do motor rabeta, com gasolina, agasalho com mangas compridas e chapéu de abas para proteção dos raios solares. Para a ocorrência de chuva não costumam levar capa ou sombreiro, a proteção é feita sob a copa das árvores na margem dos lagos ou eventualmente, cobrem-se com um plástico grande, que geralmente levam na canoa.

O transporte para chegar aos lagos depende da época: quando seca a entrada para os lagos, vindo pelo rio Amazonas (Igarapé do Bom Sucesso ou Canal da Ressaca), alguns pescadores que possuem cavalo e priorizam a pesca como atividade econômica, atravessam a área de mata para chegar aos lagos, levando consigo poucos apetrechos, usando essencialmente a malhadeira. No período da enchente/cheia, o transporte usado é a bajara (canoa com um pequeno motor de popa). Não foi observada na pesquisa o uso da canoa com tração manual (a remo), constatando a adaptação do pescador artesanal às novas tecnologias de pesca.

Alencar (2013) analisa essa melhoria das técnicas tradicionais, usada atualmente pela pesca artesanal, como resultante da exploração da pesca de forma predatória, feita nos lagos e rios das comunidades a partir da década de 1980, levando à sobre-exploração de espécies de valor comercial. Isto afetou significativamente o modo de vida dos moradores de várzea, que

precisaram buscar alternativas para garantir o sustento da família, no plantio da roça ou investimento em novos equipamentos para incrementar a produção pesqueira.

As espécies mais atrativas para o pescador são aquelas que têm maior valor comercial, pois, com a sua venda, poderá, além de alimentar a família, comprar mantimentos ou linhas para conserto das malhadeiras. Dentre as espécies mais apreciadas estão o tambaqui (*Colossoma macropomum*), o tucunaré (*Cichla sp.*), aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*), Matrinchã (*Brycon goulding*), pacú (*Mylossoma spp.*), jaraqui, (*Semaprochilodus taeniurus*) bodó (*Liposarcus pardalis*), surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*) e apapá (*Pellona castelnaeana*). Para o pescador das comunidades de São José e São Sebastião, a pesca de um surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*) ou de um tambaqui (*Colossoma macropomum*) com mais de 2 kg, significa boa venda e possibilidade de melhoria para o sustento da família.

A atividade envolve toda a família: pais, filhos, primos e cunhados. No São José do Espírito Santo, o pescador principal é o homem, acompanhado dos filhos, esposa, cunhado ou outro pescador, que eles denominam “parceiro”. Há uma similaridade na atividade pesqueira de São Sebastião do Bôto, pois as atividades se desenvolvem no núcleo familiar, porém, a figura feminina se destaca como pescador principal. O conhecimento tradicional dos pescadores é culturalmente passado através das gerações, tornando-se importante ferramenta no uso dos recursos ambientais existentes na área. Tratam-se de saberes e tradições (cultura) passados de geração a geração nas comunidades tradicionais, que são aprendidos com a vida cotidiana e a interação direta com o meio que os cerca e seus fenômenos naturais (NASCIMENTO, 2013).

A pesca está presente na vida dos pescadores artesanais da APA, sendo uma atividade passada através das gerações “Pesco há 55 anos, desde os 5 anos já me lembro na proa da canoa do meu pai!” (F.G.A., 65 anos) O conhecimento dos pescadores se constrói na prática, no trabalho da pesca. O processo de aprendizagem da criança inicia a partir dos 5 anos, momento em que os conhecimentos começam a ser construídos, instigados pela curiosidade e pela interação da criança com o mundo físico ou cultural.



Figura 35: Pescador indo para a pescaria acompanhado de seu filho
Foto: PIRES, 2015.

A maioria aprendeu a pescar com os pais ainda na infância, entre os 5 aos 12 anos, e os conhecimentos foram obtidos ao longo da prática pesqueira, compreendendo um “conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração” (Arruda; Diegues, 2001). A transmissão oral é um instrumento fundamental para a construção dos saberes a serem encucados pelos mais jovens; o conhecimento é transmitido em situações, o que faz a transmissão entre gerações requerer contato intenso e prolongado dos membros mais velhos com os mais novos (AMOROZO 1986).

A pescadora do São José do Paraná do Espírito Santo (A. R. C., 56 anos) explica como reconhece os peixes em cardume:

Eles (os peixes) vêm boiando, batendo o rabo, pulando. O tambaqui vem comendo bichinho e faz a roda dele ou comendo arroz. Quando a água fica ‘pitiú’, vem cardume, porque o peixe vem de boquinha, quando o peixe tá de friagem fica de boca inchada (Pesquisa de Campo, setembro de 2014).

O reconhecimento das espécies em cardume, bem como todo o saber tradicional empregado na pesca artesanal, é oriundo da grande bagagem de etnoconhecimento transmitido de geração a geração sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência dos ciclos da lua na pesca, os sistemas de manejo e os períodos de proibição em determinados períodos do ano, tendo em vista a conservação as espécies (DIEGUES, 1993).

O pescador M.J.J.S., 34 anos distingue dois tipos de peixes em cardume: “o cardume do mapará provoca uma espécie de redemoinho, que engole o capim das margens. O apapá também vem pela margem do igarapé, beirando o capim e bóia lá na frente”. (Pesquisa de Campo, outubro de 2014). Percebe-se que o pescador artesanal tem a compreensão detalhada

de aspectos da biologia e ecologia das espécies, neste contexto entendido como etnobiologia, um dos ramos da etnociência, que busca analisar a classificação das comunidades humanas sobre a natureza, em particular sobre os organismos. Por sua vez, a etnoictiologia é o ramo da etnobiologia que trata das inter-relações que os pescadores mantêm com os peixes, englobando aspectos tanto cognitivos quanto comportamentais (MARQUES, 1991).

A pescadora (H. R. C., 40 anos), sabe quando os peixes vêm em cardume porque “eles ficam boiando de todos os lados, batendo água, se alimentando. O mapará, por exemplo, sai ‘lambeando’ a água e a pirapitinga ‘rouba’ o anzol” (Pesquisa de Campo, outubro de 2014). Os pescadores artesanais dos lagos Macuricanã, APA/Nhamundá, detêm profundo conhecimento da dinâmica das águas, fauna, ictiofauna e flora da região, tornando esse componente um importante instrumento nas práticas pesqueiras contribuindo tanto para seu sustento, quanto para a manutenção dos ecossistemas. Assim compreendido, o conhecimento apurado dos pescadores sobre o ambiente, são significativos nas iniciativas de manejo dos recursos pesqueiros, importantes para a conservação das espécies sobre-exploradas.

A interação das populações tradicionais com o extenso ambiente natural pelo qual se reproduzem culturalmente, torna perceptível a relação de dependência entre ambos (Pereira; Diegues, 2010), e gera a perspectiva da possibilidade da associação entre a conservação de alguns recursos naturais com os conhecimentos e práticas dessas populações (Berkes, 1999 apud Pereira; Diegues, 2010). O ciclo hidrológico é conhecido e respeitado pelos pescadores. A navegação pelo rio Amazonas, lagos e igarapés é feita de acordo com a subida ou descida das águas e, com base na dinâmica das águas, identificam a melhor época para pescar.



Figura 36: Gráfico representativo da identificação dos melhores meses do ano para a pesca, relacionado aos períodos de sazonalidade das águas.
Fonte: PIRES, 2014.

Para os pescadores dessa parte do baixo Amazonas, o ciclo hidrológico se distribui ao longo do ano da seguinte maneira: os meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março fazem parte do período da *enchente*, em que as águas estão subindo. Os meses de abril e maio são considerados os meses da *cheia*, onde as águas atingem o ponto máximo da subida. Os meses de junho, julho, agosto e setembro são os meses da *vazante*, em que as águas começam a baixar. Por fim, os meses de outubro e novembro são os meses da *seca*, as águas atingem o nível máximo de baixa. Vale ressaltar que os meses da enchente e cheia estão relacionados aos períodos de maior intensidade de chuvas na região, visto que, ao longo do ano, as precipitações são distribuídas esparsamente.

Como se verificou na figura 36, os pescadores distribuem a atividade de pesca ao longo do ano. Dos 20 (vinte) pescadores entrevistados, 14 (quatorze) acentuam a atividade no período que compreende os meses junho, julho, agosto, setembro e outubro. Os que identificaram os meses de agosto a outubro, pescam nos períodos da vazante até o início da seca; os que apontaram os meses de junho, julho, agosto e setembro, pescam especialmente no período da vazante, fato este relacionado diretamente com o período da piracema, identificado como o de maior safra, isto porque, durante esse período, ocorrem em torno de 03 (três) “arribações”⁴⁸, a primeira em agosto, a segunda em setembro e a última em outubro.

A entrada para os lagos, durante o período de enchente, cheia e início da vazante é feita pelos pescadores do São José do Paraná do Espírito Santo de Cima pelo canal denominado Ressaca, conforme explica o pescador F.G.A., 65 anos: “Esse canal só dá pra passar no período da cheia, mas como a água tá baixando devagar, ainda dá pra entrar. Nesse tempo, mês de setembro já tava tudo seco por aqui, só ia entrar pelo Bom Sucesso” (Pesquisa de Campo setembro de 2014).



Figura 37: Canal “Ressaca” no período vazante em primeiro plano e na enchente em segundo plano
Foto: PIRES, 2014.

⁴⁸ Para os pescadores, as arribações estão diretamente relacionadas a ocorrência de 03 (três) luas novas nesse espaço de tempo.

O primeiro lago depois da saída do canal Ressaca é o lago denominado Baixa Grande. Este lago é um ponto de pesca em potencial, dada a sua proximidade com as comunidades de São Sebastião e São José. Margeando o lago Baixa Grande, existem algumas áreas alagadas, de vegetação submersa, como um igapó. Esses locais são propícios para o lanço da malhadeira, uma vez que esses ambientes, de pouca luminosidade, são abrigos preferidos pelos peixes (fig. 38).

Verifica-se nesta prática, que os pescadores conhecem os pontos onde determinadas espécies são encontradas, e, em função disso, selecionam a técnica a ser usada, assim como os pontos de pesca são direcionados à captura de determinadas espécies (RAPOZO; WITKOSKI FRAXE 2009; 198).

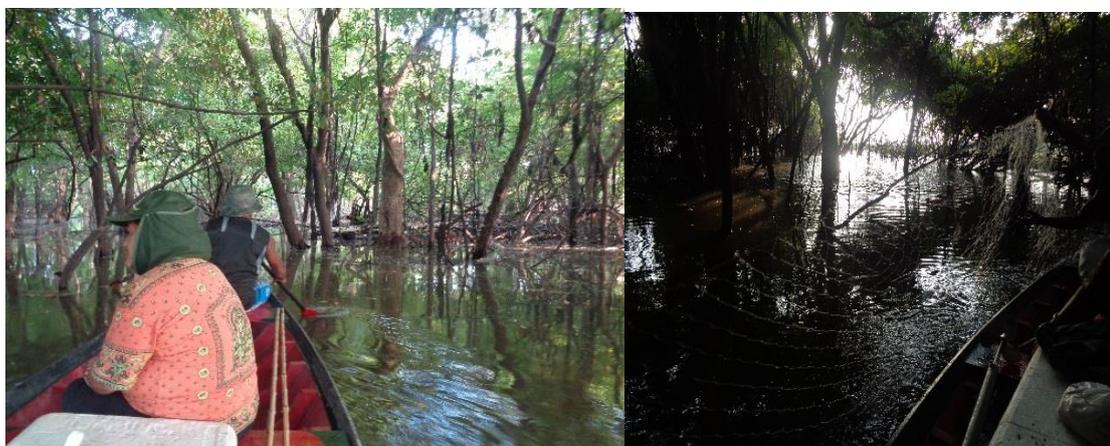


Figura 38: Lanço da rede em área de igapó do Lago Baixa Grande
Foto: PIRES, 2014.

Normalmente, a verificação da rede, ato que o pescador denomina de “dar um bordo” ou “dar um lanço”, é feita com intervalo de tempo de 30 minutos entre uma retirada ou outra do peixe que ficou retido na rede. Essa verificação é feita duas ou três vezes durante o dia e, ao final da pescaria são coletadas espécies em tamanho apropriado para consumo como: acará-açú (?), curimatã (*Prochilodus nigricans*), tucunaré (*Cichla sp.*) e piranha (*Serrasalmus brandti*). As espécies que estão muito abaixo do peso e tamanho são devolvidas para o lago como: ruelos ou tambaqui jovem (*Colossoma macropomum*), cuiú (*Pinopsitta pileata*), pirarara (*Phractocephalus hemiliopterus*), aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*), tambaqui (*Colossoma macropomum*) e pacús (*Mylossoma spp.*)

Observa-se que, mesmo sem perceber, o pescador artesanal realiza práticas de conservação, evidenciado no respeito aos ciclos naturais e à capacidade de recuperação das espécies. Para estas práticas, Diegues (1993; 47) reforça que não se tratam somente de exploração econômica dos recursos, mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos herdados pelos mais velhos que levam à manutenção e uso sustentado dos ecossistemas naturais.

O pescador (F.G.A. 65 anos) comenta que, na época da vazante, algumas espécies estão com tamanho e peso inadequado, mas, devido à pesca intensiva, “algumas nem alcançam mais a idade adulta”. Refere-se à prática de pesca feita por pescadores avulsos, comerciais e das comunidades adjacentes, mesmo no período do defeso⁴⁹, momento em que as espécies estão em ambientes restritos, facilitando sua captura com redes de grande porte, que alcançam peixes de todo tamanho e peso.

Para os pescadores das duas comunidades, o peixe está cada vez mais difícil, comprovado no aumento do tempo e do esforço de pesca: de um dia para os melhores períodos, (agosto a outubro) entrando pelo canal Ressaca ou Igarapé do Bom Sucesso, se deslocando para os lagos Aningal e Mabari, que são os mais próximos, e de dois a três dias quando a necessidade faz o deslocamento ser ainda maior, indo para os lagos mais interiores, como o Lago Araçá, o mais distante, no sentido norte da APA. Essa prática é mais frequente por aqueles que têm na pesca o valor primeiro das atividades econômicas, empregando nessa atividade todo seu esforço, ou por não ter outra atividade produtiva, ou por vender sua força de trabalho aos comerciantes da pesca. A este respeito, o pescador D.S., 34 anos, expõe: “o pescador quando sai pra pescar ele já sai devendo, e se ele for se botar muito a escolher, acaba por não tirar a despesa dele” (Pesquisa de Campo janeiro de 2015).

Esta prática está relacionada diretamente com o esgotamento de um ponto de pesca. Para o pescador artesanal, a necessidade de se deslocar para os lagos interiores é pelo intuito de conseguir pescar o suficiente para alimentar a família em torno de uma semana e comercializar o restante. A atitude do pescador em deixar um ponto de pesca e se deslocar para o outro, realizando a pescaria em locais cada vez mais distantes da sua residência, demonstra uma mudança no comportamento do pescador artesanal, motivada pela competitividade em relação aos pontos de pesca. Este deslocamento expressa os interesses individuais ou coletivos, que

⁴⁹ Período de reprodução dos peixes que compreende os meses de outubro a março do ano seguinte em que a pesca comercial fica proibida.

envolvem relações de cooperação ou de conflito em torno dos espaços de pesca. Tais atitudes também exprimem territorialidades e permite entender as diversas formas de criar, reproduzir e manter seus territórios (MONTROYA ARANGO, 2003; 86, tradução nossa).

Não há como negar que existe uma preocupação em manter a piscosidade dos pontos de pesca, favorecendo o peixe a alcançar determinado tamanho para o consumo. Entretanto, com a pesca ocorrendo ininterruptamente, com vistas também à comercialização, há um alerta para a possibilidade do peixe não estar alcançando o tamanho e peso ideais para o consumo.

No período em que o peixe está mais escasso, os pescadores artesanais precisam passar o dia e, às vezes, até uma semana no lago. Deste modo, para se alimentar sem interromper a pesca, improvisam um fogo para assar o peixe sobre galhos secos, colocando como base o capim encontrado nas margens dos lagos, denominado perimembeca, formando uma espécie de ninho, para assar o peixe e fazer sua refeição.



Figura 39: Utilização do capim perimembeca como base para assar o peixe
Foto: PIRES, 2014.

Embora relacionem a má utilização do capim perimembeca por parte de outros pescadores, a queima para assar o peixe é feita com uso da gasolina sobre os galhos secos que são postos em cima do capim verde (fig.39). Esse uso inapropriado se torna igualmente danoso ao ambiente. No início de fevereiro, durante uma última ida ao campo, observamos a “passagem” de cardumes de pacús em frente às comunidades e, desta vez, não existiam redes dispostas na margem do rio em frente às casas, demonstrando respeito pela maioria ao período do Defeso. Para os pescadores trata-se de uma “arribação” tardia, onde algumas espécies saem dos lagos e buscam as “beiras” dos rios para desovar. O pescador F.G.A., 65 anos, assim pondera:

Olha, é meio difícil, mas tem as pessoas que ainda tem essa consciência de pegar um peixe menor da média e soltar, tem pessoas sim que respeitam o Defeso, mesmo nessa época que muitos saem dos lagos e vem desovar na beira do rio. Essa época agora do ano, desde novembro e dezembro, o peixe já começa ficar tudo ovado e formam essa piracema (Pesquisa de Campo, fevereiro de 2015).

Embora haja ocorrências de pesca com fins de comercialização por parte de alguns pescadores, existem pescadores artesanais locais que procuram maneiras de restabelecer a vitalidade nos lagos, como a atitude de devolver o peixe menor ao lago e o respeito ao movimento migratório de algumas espécies como o pacú (*Mylossoma* spp.) e a sardinha (*Triportheus albus*), em pleno período do Defeso.



Figura 40: Pescador utilizando a camareira para pegar os camarões que serão usados como isca. Este tipo de arreio captura tudo que está sob o capim, inclusive os alevinos. Foto: PIRES, 2014.

Para pescar de caniço, fazem uso da camareira, na margem dos lagos, em locais onde tem capim canarana (*Echinochloa polystachya Kunth* Hitchc). Para isso, pegam alguns camarões e os amarram na ponta dos caniços e ficam lançando na água. Porém, segundo eles, está cada vez mais difícil pegar peixe no caniço. O uso da camareira pelo pescador artesanal visa capturar uma média de dois ou três camarões que servirão de isca, sendo devolvido para o lago o restante capturado pelo arreio, inclusive os alevinos.

Evidencia-se na fala dos pescadores, a inquietação com relação a visível escassez de determinadas espécies de peixes, “o tucunaré, por exemplo, que a gente pegava no caniço, hoje em dia só se consegue pegar na malhadeira” (F.G.A., 65 anos). Com a atividade pesqueira incidindo fortemente nos ambientes aquáticos do Macuricanã, espécies como tucunaré (*Cichla* sp.), tambaqui (*Colossoma macropomum*), aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*) e pirarucu (*Arapaima gigas*), consideradas nobres para a pesca comercial, ficam arredias dos seus habitats naturais, tornando-se de difícil captura.

Os pescadores artesanais detêm o conhecimento dos ambientes de maior piscosidade e, conseqüentemente, do território de pesca. A localização dos ambientes de procriação das espécies, por exemplo, é identificada, muitas vezes pela presença de determinada espécie vegetal. O pescador M.J.J.S. 34 anos, esclarece:

A Munguba, quando o rio começa a baixar, final de maio pra junho, a fruta ‘espoca’, cai no rio, o tambaqui pega a semente e devolve só a pluma. Do mês de março em diante, quando a água vai subindo, já vejo onde tem a fruta, principalmente o Catauari, que é o preferido do tambaqui, aí já sei que ali tem peixe (Pesquisa de Campo, outubro 2014).

Os conhecimentos de etnobotânica⁵⁰ e etnobiologia, presentes nas práticas de pesca artesanal, revelam a relação sustentável das populações tradicionais, mantidas com o meio no qual estão inseridas e dependem do amplo conhecimento acerca dos diversos elementos naturais com os quais constantemente interagem (Ellen, 1997). Para M.S.N., 63 anos “quem pesca dá definição onde o peixe tá e onde não tá, por exemplo, a pupunha tá caindo, tem peixe, Mas, hoje em dia se vê mais fruta que peixe” (Pesquisa de Campo, setembro de 2014).

Refere-se o pescador à visível redução dos peixes nos locais onde existem espécies vegetais cujos frutos servem de alimento para peixes como tambaqui (*Colossoma macropomum*), aracú (*Schizodon fasciatus*), pacú (*Mylossoma spp.*), antes encontrados facilmente próximos a essas árvores. De acordo com a pescadora R.O.S. 49 anos: “quando a planta está naquela fase, começa a cair a fruta, a fruta fica boiada, quando elas estão roídas, lá tem peixe” (Pesquisa de Campo, setembro de 2014).

A localização dos peixes tem como base a percepção e o conhecimento tradicional dos pescadores sobre os ambientes de pesca, como a localização dos peixes em abrigos sob vegetação aquática, especialmente os capins perimembeca e canarana. Tal percepção é orientada pelo arcabouço de saberes acumulados na *práxis* cotidiana da pesca, revelando o conhecimento etnobotânico dos pescadores sobre os processos do ecossistema, tais como as relações tróficas, através do uso de determinadas espécies vegetais, (Hanazaki; Begossi, 2004, 45) fornecedoras de alimento aos peixes, através de seus frutos ou sementes.

A distribuição espacial das espécies vegetais nas várzeas e igapós da Amazônia está diretamente relacionada com a dispersão de sementes feita pelos próprios peixes durante a época da cheia. Com base no conhecimento etnobotânico dos pescadores artesanais de São

⁵⁰ Estudo da interação entre pessoas e plantas em sistemas dinâmicos. (BEGOSSI, 2004, 37)

Sebastião do Bôto e São José do Paraná do Espírito Santo de Cima, foi possível relacionar as espécies vegetais ao peixe que as consome para sua alimentação (Tabela 05)

Tabela 05: Espécies vegetais relacionadas ao peixe que consome

Peixe	Nome científico	Espécies Vegetais (fonte de alimento)	Nome científico
Tambaqui	<i>Colossoma macropomum</i>	Catauari	<i>Caparidaceae</i>
		Marajá	---
		Socoró	---
		Tarumã	<i>Vitex cymosa Bert.</i>
		Pupunharana	<i>Syagrus inajai</i>
		Munguba	---
		Maracarana	---
		Piranheira	<i>Biraneha trifoliata, Baill.</i>
		Seringueira	---
		Capitari	<i>Tabebuia barbata E. Mey.</i>
		Caramuri	---
Pirapitinga	<i>Piaractus brachypomus</i>	Socoró	<i>Mouriri ulei Pilg.</i>
		Papa-Terra	---
		ApéuaL	---
		Piranheira	---
		Paricazinho	---
		Capitari	---
		Bacuri	<i>Rheedia brasiliensis</i>
Pacú	<i>Mylossoma spp.</i>	Embaúba	<i>Cecropia spp.</i>
		Munguba	<i>Eriotheca globosa</i>
		Socoró	---
		Papa-Terra	---
		Apéua	---
		Piranheira	---
		Paricazinho	---
		Capitari	---
		Bacuri	---
Aracú	<i>Schizodon fasciatus</i>	Embaúba	<i>Cecropia spp.</i>
		Munguba	---
		Socoró	---
Matrinxã	<i>Brycon cephalus</i>	Munguba	---
		Embaúba	<i>Cecropia spp.</i>
Jatuarana ⁵¹	<i>Brycon sp.</i>	Socoró	---
		Abiurana	---
		Tarumã	<i>Vitex cymosa Bert.</i>
		Paricazinho	---
Acará-Açú	<i>Astronotus spp</i>	Maracarana	---
		Embaúba	<i>Cecropia spp.</i>

Organizado pela autora com base no relato dos pescadores

⁵¹ Matrinxã em idade jovem

Muitas dessas plantas também são apontadas pelos pescadores como utilizadas na medicina popular para cura de muitas doenças. A planta Papa-Terra, por exemplo, foi apontada pelo pescador do São José do Espírito Santo de Cima (J.A.R., 60 anos) como “remédio para qualquer tipo de câncer” (Pesquisa de Campo, setembro 2014). Como se vê, a relação dos pescadores com as plantas tem múltiplas finalidades, não servem apenas para a finalidade da pesca, mas são utilizadas para outras atividades como alimento e remédios (Hanazaki; Begossi, 2004, 43). Baseado no conhecimento etnobotânico dos pescadores, a Escola do São José do Paraná do Espírito Santo, desenvolveu com os filhos dos pescadores, pais de alunos, o projeto “Plantas Medicinais”, em que os alunos são encorajados a cultivar no canteiro da escola, mudas das espécies vegetais apontadas pelos seus pais como eficazes no tratamento de algumas doenças.

Outra peculiaridade presente na pesca artesanal diz respeito ao conhecimento da sazonalidade das águas. O tronco da Embaúba (*Cecropia spp.*) (fig. 41) por exemplo, serve de indicador do quanto o nível das águas se elevou durante a enchente em muitas áreas de várzea na Amazônia.



Figura 41: Espécie vegetal Embaúba (*Cecropia spp.*)
Foto: PIRES, 2014.

A lua é outro componente fundamental na pesca, tida pelos pescadores como indicativo do período mais piscoso: a piracema, por eles chamada de “arribação”. Para o pescador M. S. N., 65 anos: “a lua tem tudo a ver, ele aparece mais, da lua crescente pra nova, até a cheia, principalmente no rio Amazonas” (Pesquisa de Campo, setembro de 2014). Já o pescadora C. L. S., 57 anos, aponta que “a pior lua pra pesca é a minguante, o resto são boas, o peixe aparece. Quando ela está da nova pra cheia tem a arribação, aí tem muito peixe” (Pesquisa de Campo, setembro de 2014).

Desta forma, a lua se apresenta, na experiência do pescador, como elemento essencial na ambientalização e localização do peixe. A pescadora N. O. T., 29 anos afirma que “a lua nova que é a melhor porque o peixe arriba” (Pesquisa de Campo, setembro de 2014). No âmbito da cultura da pesca é comum atribuir a influência dos mitos e lendas na dinâmica da atividade, a ponto de os pescadores ficarem esperando a ocorrência das três luas durante o período da vazante, ou de não levar a esposa/filha durante seus ciclos menstruais na pesca temendo não pescar nada⁵² ou da canoa ser atacada pelo boto. Neste contexto, “as lendas, os rios, os mitos, a floresta e os povos que ela habita, são elementos da cultura amazônica, mas, por si só não são a cultura amazônica” (VICTÓRIA, 2012; 7).

Cabe registrar que os povos que habitam a região amazônica mantêm uma cultura de profundas relações com a natureza que perdura, consolida e fecunda o imaginário desse conjunto social, ou seja, no âmbito de uma cultura híbrida, o caboclo busca desvendar os segredos do seu mundo, recorrendo aos mitos e lendas (Fraxe, 2004, 20). Relacionado a esse aspecto, os meses de setembro e outubro são especialmente importantes para a pesca no rio Amazonas, pois se trata do período de vazante, o qual coincide com a ocorrência da lua nova. Nessa época, os pescadores saem para a margem do rio Amazonas por volta das 4h da manhã para lançar a rede e, durante o dia, se ocupam em fazer a verificação da rede, encerrando a atividade no cair da noite. Durante a vazante, os peixes se refugiam para pequenos corpos d’água e o alimento passa a ser encontrado na própria água (limo, resíduos orgânicos). Nesse período, os peixes ficam restritos a pequenos espaços, tornando-se presas fáceis para pesca predatória.

⁵² Denomina-se popularmente na região de pescaria ou pescador “panema”, quem sai para pescar ou caçar e não traz nada e “marupiara” para quem é feliz na caça e na pesca. As expressões são originárias do Tupi Guarani. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/panema/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela própria etimologia da palavra “dinâmica”, considera-se não ser tarefa fácil tecer conclusões em uma pesquisa cujo objetivo foi abordar os diversos aspectos que compõem a dinâmica socioambiental da pesca artesanal na UC APA/Nhamundá. O principal desafio não foi acompanhar a vida e o cotidiano dos pescadores artesanais nas comunidades, mas compreender como ocorrem as dinâmicas dentro do ambiente pesqueiro, posto que apresentam em seu cerne diferenças e similaridades, conflitos e sociações, podendo se assemelhar com o cenário da pesca em outras regiões da Amazônia, mas que, por suas contradições, a tornam única.

A pesquisa procurou justamente analisar os aspectos que compõem a dinâmica da pesca artesanal, sob a perspectiva da relação homem x ambiente, no uso dos espaços comuns, a qual perpassa pelas relações desiguais no conflito de interesses, mas que estabelecem a partir das suas práticas, territorialidades no uso do território. Buscou contribuir para o (re)conhecimento da Unidade de Conservação APA/Nhamundá, com base no estudo das especificidades de duas comunidades localizadas na borda sul do território da APA, dando ênfase na atividade pesqueira artesanal praticada no Complexo de Lagos Macuricanã, principal atributo biótico, estético e cultural da Unidade de Conservação.

À guisa de conclusão, sem, contudo, encerrar as discussões, visto que a essência deste trabalho é dinâmica e, portanto, inconclusiva, e visou *a priori* evidenciar todos os aspectos que permeiam a pesca artesanal, buscaremos elencar algumas considerações acerca dos aspectos que compõem a dinâmica socioambiental da pesca artesanal na APA/Nhamundá-Parintins. Em alguns aspectos, notabilizou-se a confirmação ou refutação de algumas hipóteses componentes desta pesquisa, ora foram confirmadas, ora foram refutadas. Entre as que foram refutadas sobressaiu-se a desativação do Acordo de Pesca em 2010, uma vez que um dos objetivos específicos deste estudo se propunha verificar o andamento e o progresso do plano de manejo, existente na APA desde 2007. Na confirmação de dados, destacam-se as territorialidades presentes nos ambientes de pesca e o significado cultural empregados pelos pescadores artesanais, nas atividades pesqueiras.

Referente ao primeiro aspecto abordado no escopo deste trabalho, o (re)conhecimento da Unidade de Conservação APA/Nhamundá-Parintins, verificou-se que o município de Parintins, por meio da sua representatividade institucional pública, admite a existência da APA dentro do território do Município e até contemplou na redação do Plano Diretor, elaborado em 2007, metas direcionadas à implementação de ações voltadas para a conservação da biodiversidade do Complexo de Lagos Macuricanã. Entretanto, à exceção da Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento, que demonstrou possuir em seus planos algumas metas direcionadas a esta região, como a planificação do terreno por detrás das casas, no período da vazante/seca, para possibilitar o plantio da melancia em larga escala e o escoamento da produção, os demais setores da administração municipal demonstram pouco conhecimento sobre a APA/Nhamundá, e nenhuma das Secretarias Municipais tinha mantido contato com a gestão atual da UC.

Por outro lado, como a gestão atual da APA localiza-se atualmente no Município de Nhamundá, os contatos de parceria visando logística para o monitoramento da pesca predatória nos lagos Macuricanã, foram feitos primeiramente com as instituições públicas municipais de Nhamundá, não sendo mantido, até o presente, nenhum contato por parte da gestão atual da UC, com as secretarias municipais de Parintins, nem com as instituições de representatividade da pesca no Município: o Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Parintins-SINDPESCA e a Colônia dos Pescadores Z-17 de Parintins.

Com relação à pesca artesanal na APA/Nhamundá, tomando como base a observação em duas comunidades, verificou-se que houve mudanças significativas na atividade pesqueira, principalmente após a desativação do Acordo de Pesca em 2010. O peixe ficou mais escasso nos lagos, decorrente da pesca inadequada, sendo recorrente na fala dos moradores a queixa sobre invasão dos lagos por pescadores citadinos, pescadores comerciais das comunidades adjacentes, que adentram os lagos Macuricanã com barcos, rabetas ou voadeiras, utilizando arreios de grande capacidade de captura, incompatíveis com o tamanho e peso ideais das espécies.

A iniciativa de manejo dos recursos pesqueiros, o Acordo de Pesca, firmado em 2007 por seis comunidades do setor 1 da APA/Nhamundá, funcionou efetivamente por aproximadamente quatro anos, vindo a decair devido a graves conflitos envolvendo os pescadores artesanais, pescadores comerciais, líderes comunitários e agentes ambientais, encontrando-se atualmente desativado, o que favoreceu concomitantemente a pesca sem

restrições e a redução dos estoques pesqueiros nos lagos. Diante dessa constatação, os pescadores têm se reunido com a gestão da APA, solicitando apoio para reerguer o Acordo de Pesca, na tentativa de revitalizar a biodiversidade ictiofaunística dos lagos Macuricanã.

No que tange às políticas voltadas para a pesca artesanal, verificou-se a satisfação dos pescadores com o recebimento do Seguro-Defeso. Segundo eles, é uma renda complementar à economia dos pescadores da várzea, cujas fontes básicas de sustento estão na comercialização do pescado e na agricultura familiar. Entretanto, algumas questões ficaram evidentes no decorrer da pesquisa: Primeiramente, referente à pesca interestadual praticada no complexo lacustre Macuricanã: o art. 5º da Lei nº 10.779/2003, estabelece que o benefício do Seguro-Desemprego seja requerido na unidade da Federação de domicílio do pescador artesanal, ressaltando em seu Parágrafo único que o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, **disciplinará** (grifo nosso) os casos em que o pescador exerça a pesca em área limítrofe da Unidade da Federação de seu domicílio. Ao contrário do que acontece nas águas do Macuricanã, onde os pescadores de Óbidos e outros municípios do Estado do Pará adentram o estado do Amazonas, vindo pescar no período da piracema, reconhecida época da safra, no rio Amazonas, nas comunidades em frente à cidade de Parintins, sem que seja tomada nenhuma medida por parte dos órgãos públicos estaduais ou municipais desse estado.

Por outro lado, nem todos os pescadores artesanais das comunidades são credenciados e beneficiários do Seguro, seja por falta de informações de como aceder esse benefício, ou pela dificuldade em adaptar-se a alguns critérios de obtenção, estabelecidos pelo MTE. Entre esses critérios se destacam dois: primeiro, o pescador deve ser contribuinte da Previdência; e segundo, após devidamente cadastrado na Colônia ou Sindicato, passará também a recolher um valor mensal para a sua manutenção como associado. Vale lembrar que, para cumprir regularmente com estes encargos mensais, o pescador necessita extrair o valor da renda da pesca ou da agricultura de pequeno porte, apoiada sobretudo no plantio de maxixe e melancia. Porquanto, com o valor irrisório adquirido com a venda do kilo do peixe para os comerciantes itinerantes da várzea ou atravessadores da cidade, aliada à falta de incentivos e escoamento para a produção de hortaliças, acaba se constituindo como um dos empecilhos para o pescador polivalente adentrar na política de seguridade social, posto que a renda obtida entre a pesca e a agricultura somente dá para suprir suas necessidades básicas.

Todavia, é competência das instituições representativas da pesca no município de Parintins, pensar estratégias para a inserção do maior número de pescadores artesanais aos direitos sociais previstos na Constituição Federal, bem como promover o alcance destas políticas a todos os pescadores artesanais, das comunidades próximas às mais distantes da várzea parintinense. Em caso contrário, se tratará de uma política social estratificada, para não dizer excludente (Scherer, 2004), onde os que “podem” se inserir obtêm uma renda extra, pagam suas contas, incluindo as mensalidades da Colônia ou do Sindicato, e adquirem bens que agregam valor para a atividade, e os que não podem, ficam à margem do benefício, e, não raramente, vendem sua força de trabalho para os empresários da pesca, tornando-se pescadores avulsos, para quem o peixe tem o valor único de mercadoria.

Em se tratando do uso do território, são latentes as questões socioambientais envolvendo os diversos atores sociais, e o território passa a ter valor de uso, ao ser vivido/usado (Santos, M., 2002) pelos pescadores artesanais, que imprimem territorialidades simbólicas ou materiais em suas práticas pesqueiras como forma de apropriação dos espaços e de garantia do recurso comum. As formas de apropriação se efetivam pelo lanço da rede em frente das casas, em se tratando do rio Amazonas, ou em determinados pontos de pesca nos lagos, onde o uso é definido por quem chega primeiro, resultando em “competição” pelos pontos de pesca. Este conflito velado é mais frequente entre pescadores citadinos e pescadores artesanais comunitários.

No interior dos lagos, a presença do gado bovino e bubalino também é motivo de conflito entre vaqueiros e pescadores, devido ao dano ambiental nos lagos, ocasionado pelos animais, seja pela compactação do solo ou pela redução do capim das margens, pois, o capim perimembeca é importante não só para o refúgio dos peixes, mas também é fonte de alimento para o gado. A expansão da pecuária extensiva contribui sobremaneira para o desmatamento de florestas de várzea, para a sobre-exploração dos campos naturais, modificando significativamente os ambientes de várzea e contribuindo para a diminuição da capacidade produtiva dos ecossistemas aquáticos (GOULDING 1996 apud McGRATH, et.al., 2007).

Estes dois últimos aspectos, a competição pelos espaços de lanço e a pecuária intensiva são problemas presentes no cotidiano dos pescadores do Complexo Lacustre Macuricanã, razão de contínuos conflitos entre os diferentes atores sociais. Porém, os conflitos não podem ser vistos negativamente, mas devem servir de estímulos a mudanças e melhorias na comunidade, como a reativação do Acordo de Pesca, que vem sendo discutido pelos comunitários para

solucionar ou minimizar o mau uso dos recursos pesqueiros. Por outro lado, a pesca invasiva transcende os limites municipais e estaduais, sendo necessária ação conjunta dos governos, através de suas secretarias competentes e das colônias e associações de pescadores, em busca de estratégias para organizar e regulamentar a pesca nesta UC. São desafios a serem enfrentados pela gestão da APA.

No âmbito da dinâmica da pesca artesanal na várzea lacustre, verificou-se que o território Macuricanã, por meio de seus lagos, furos e igarapés, é o componente principal da complexa da relação homem e ambiente das comunidades existentes na APA/Nhamundá. O pescador artesanal, através de suas práticas cotidianas, é o protagonista da dinâmica socioambiental da pesca artesanal daquela região. Para o pescador, o Macuricanã representa mais que um mundo de águas, é o lugar de onde tira o sustento da sua família, por isso atribui ao peixe e à pesca significados e importância singular. Sucintamente, a dinâmica socioambiental da pesca artesanal nesta parte do baixo Amazonas é relacional, podendo assim ser representada:

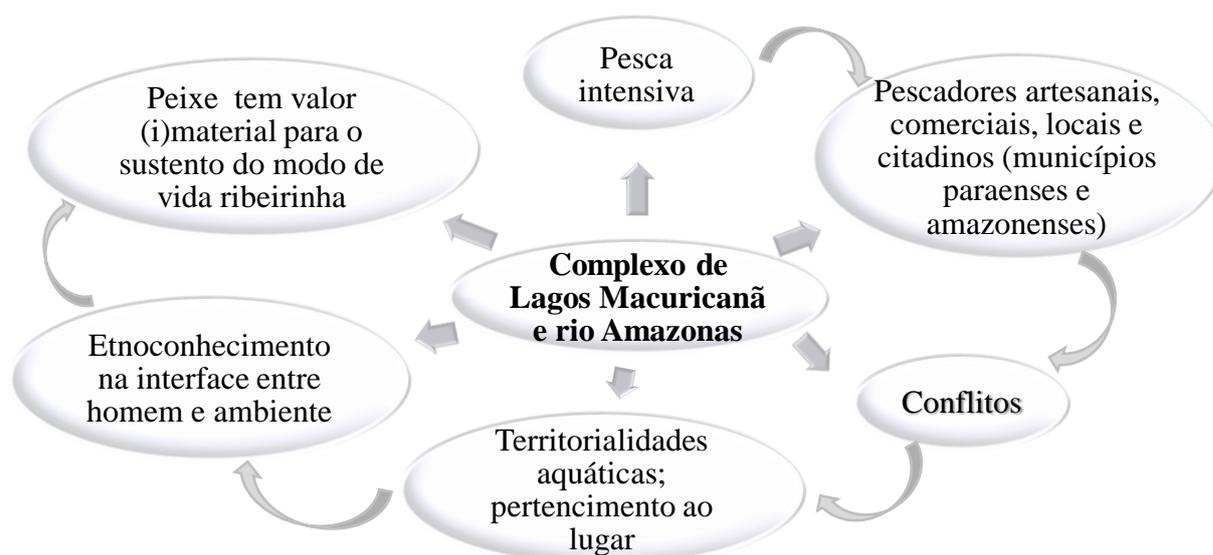


Figura 42: Esquema da dinâmica socioambiental da pesca artesanal APA/Nhamundá
Elaborado por: PIREs, 2015.

Assim entendido, o rio Amazonas, junto com o complexo lacustre Macuricanã representam simbólica e concretamente o espaço das reproduções sociais, dos conflitos e desigualdades e das relações de alteridade (Saquet, 2011) em que os moradores das

comunidades da APA/Nhamundá buscam continuamente reafirmar sua identidade e reproduzir seu modo de vida. É através das territorialidades que os pescadores artesanais do Macuricanã evidenciam seu pertencimento ao lugar, alicerçado no conhecimento tradicional transmitido oralmente de geração em geração. O etnoconhecimento do pescador, construído ao longo da vida através da lida cotidiana da pesca, possibilita a construção de saberes e uma estreita relação com o ambiente natural (Diegues, 1993), demonstrado no reconhecimento dos peixes em cardume, da pesca a partir das fases da lua e dos ciclos sazonais que comandam a vida na várzea.

Estes conhecimentos merecem uma atenção maior dos estudos científicos, no sentido de agregar o etnoconhecimento das populações tradicionais em práticas educativas interdisciplinares da relação homem e ambiente no próprio currículo da educação do campo ou promover práticas de uso racional e sustentável dos recursos ambientais junto a pescadores citadinos e pescadores artesanais comunitários, subsidiando a troca de informações e experiências entre o urbano e o rural, como forma de mediar interesses divergentes em prol de um bem-comum, revitalizando a biodiversidade ictiofaunística dos rios e lagos da várzea.

REFERÊNCIAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023. **Informação e Documentação, Referências e Elaboração**. Rio de Janeiro –RJ, 2002.
- ABREU, Georgete Cabral de. **Território da Pesca: o uso do espaço aquático no baixo rio Solimões - município de Manacapuru – AM**. 2011. 106f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.
- ACSELSRAD, H. (org.) (2004). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: RelumeDumará.
- _____. Palestra proferida na Abertura do IX Encontro Temático da 4ª. Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Brasília, 22/9/2010.
- AGNEW, John. *The Dictionary of Human Geography*. [R. J. Johnston, Derek Gregory, David Smith (Eds.)]. Cambridge, Basil Blackwell; MAHECHA, Ovidio Delgado. *Espacio y Territorio em la Geografía Contemporánea*. Debates sobre el espacio em la geografía contemporánea. Universidad Nacional de Colombia, 2003.
- ALENCAR, Edna F. **Identidade, Territorialidade e Conflitos Socioambientais: alguns cenários do Alto Solimões (AM)**. Boletim Rede Amazônia. Ano 3. nº 1. 2004.
- _____. **Paisagens da memória: narrativa oral, paisagem e memória social no processo de construção da identidade**. TEORIA & PESQUISA. Vol. XVI - nº 02 - jul/dez de 2007.
- _____. **Questões de Gênero em projetos de manejo de recursos pesqueiros na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (AM)**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X.
- _____. **As mulheres pescadoras e a conservação de recursos pesqueiros na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá-AM**. In: SCHERER, Elenise Faria (org). *Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento*. 1. ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- AMAZONAS, Governo do Estado. **Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC**. 2. ed. 2007.
- _____. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas – SDS, 2011.
- _____. **Amazonas: 10 anos de política pública em desenvolvimento sustentável. Uma trajetória de conquistas e desafios (2003-2013)**. Manaus: Edições Reggo, 2013.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Massangana, 1984.
- ARRUDA, Rinaldo S. V. & DIEGUES, Antônio Carlos. **Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

AZEVEDO, Natalia Tavares de; PIERRI, Naína. **A política pesqueira atual no Brasil: a escolha pelo crescimento produtivo em detrimento da pesca artesanal.** Coletivo Internacional de Apoio aos Pescadores Artesanais (CIAPA), em inglês – International Collective in Support of Fishworkers (ICSF). Revista Samudra Report, n° 64, p. 34-41, março de 2013. Disponível em: <http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2013/08/A-pol%C3%ADtica-pesqueira-atual-no-Brasil.pdf>. Acesso em março de 2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. **Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural,** 2004 apud CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício; FÁVARO, Jorge Luiz (Org.) **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar.** Guarapuava – Paraná: Ed. Unicentro, 2004 apud PIRES, José Antônio Simões; SPRICIGO, Gisele. **O conceito da pluriatividade na agricultura familiar.** Pôster-Agricultura Familiar e Ruralidade. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/794.pdf>. Acesso: fevereiro de 2015.

BEGOSSI, Alpina. **Ecologia Humana: um enfoque das relações homem-ambiente.** INTERCIENCIA 18(1): 121-132. URL: <http://www.interciencia.org.ve>

BEGOSSI, Alpina (org.) **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia.** São Paulo: Hucitec: Nepam/Unicamp : Nupaub/USP : Fapesp, 2004.

BERKES, F. **Sacred Ecology: Traditional Ecological Knowledge and Resource Management.** Taylor & Francis, 1999 apud PEREIRA, Bárbara Elisa; DIEGUES, Antônio Carlos. **Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação.** Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010. Editora UFPR.

BOCARDE, Flávio; LIMA, Natália. **Construindo acordos e pesca: experiências de gestão participativa em Parintins-AM.** – Brasília: Ibama, 2008.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 6. **Territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral: alternativas para o assecuramento de direitos socioambientais.** Coordenação Maria Luiza Grabner; redação Eliane Simões, Débora Stucchi. – Brasília: MPF, 2014.

_____. Constituição Federal, art. 195, parágrafo 8º, dispõe sobre Seguridade Social. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_13.07.2010/art_195_.shtm. Acesso em janeiro de 2015.

_____, Ministério do Meio Ambiente. **Decreto n° 6.040, de 7 e fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em 10/02/2015.

_____, Secretaria do Patrimônio da União Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Regularização de Áreas da União na Amazônia Legal: Contribuições ao Plano Amazônia Sustentável (PAS).** Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spu/publicacao/090707_PUB_. Acesso em janeiro de 2015.

_____, Lei 8.287. Dispõe sobre a Concessão do benefício do seguro-desemprego a pescadores artesanais durante o período de defeso. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8287.htm. Acesso em janeiro de 2015.

_____, Lei 11.959 de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm. Acesso em fevereiro de 2015.

_____, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Pesca Artesanal.** Disponível em <http://www.mpa.gov.br/index.php/pescampa/artesanal>. Acesso em 22 de março de 2014.

CAÑAS, Ana Roberta Pessoa Aguilar. **Conflitos Silenciosos: a pesca amadora no Lago de Balbina, Presidente Figueiredo, Amazonas.** 2012. 150f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2012.

CARDOSO, Lúcia Helena (org). **Violência doméstica e gênero: um recorte no universo feminino santa cruzense.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

CARVALHO, José Alberto Lima de. **Terras caídas e consequências sociais: costa do Micarauera – Paraná da Trindade, Município de Itacoatiara-AM, Brasil.** 2006. 142f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas.

CERQUA, dom Arcângelo. **Clarões e Fé do Médio Amazonas.** Prelazia de Parintins/ Jubileu de Prata. Parintins, 1980.

CHAVES et.al. **Políticas Públicas: natureza política e viabilização da pesca; O setor pesqueiro na Amazônia: análise da situação atual e tendências do desenvolvimento da indústria da pesca.** Manaus: IBAMA/pró-Várzea,2007.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**, 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.

COSTA, Estevam Ferreira da. **A pesca e os pescadores no mundo das águas e o Seguro Defeso no Amazonas.** Entrevista In: SCHERER, Elenise Faria (org). **Trabalhadores e Trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento.** 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

CROSSA, Marcelo; LIMA, Natália A. de Souza. **Curso de manejo participativo de pirarucu em Parintins reúne conhecimentos técnicos e tradicionais.** Revista Girau, Manaus, nº 17, publicação trimestral PróVárzea/Ibama, p. 16-23, jan-fev-mar. 2007. ISSN 1678-5525.

CRUZ, Manuel de Jesus da. **Pescando “fera” no baixo rio Solimões, Manacapuru-Am.** In: FRAXE et.al. (org). *A pesca na Amazônia Central: ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo.* Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas – EDUA, 2009.

DIB, Simone Faury; SILVA, Neusa Cardin (org). **Roteiro para apresentação das teses e dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.** Colaboração: SILVA, K.R.O.; MACHADO, R.L., 2. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2012.

DIEGUES, A.C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais; DIEGUES, A.C; MOREIRA, A. de C. (org). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum.** São Paulo: NUPAUB, USP. 2001, p. 97 – 124.

DIEGUES, Antônio Carlos S. **Populações tradicionais em Unidades de Conservação: O mito da natureza intocada.** Série Documentos e Relatórios de Pesquisa N° 1, São Paulo, 1993.

ELLEN, R. *Indigenous Knowledge of Rainforest: Perception, Extraction and Conservation.* University of Kent at Canterbury, 1997, s/p. apud PEREIRA, Bárbara Elisa; DIEGUES, Antônio Carlos. **Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação.** Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010. Editora UFPR.

ESPÉCIES Florestais e Arbustivas de interesse econômico da Amazônia Ocidental. Disponível em: https://www.inpa.gov.br/sementes/arquivos/tabela_Nome_Cientifico_Usos.pdf. Acesso em março de 2015.

FERNANDES, Mônia L.F.; AMARAL, Maressa Girão do.; SENA, Leila. **Aspectos legais das Unidades de Conservação.** In: HIGUCHI, M.I.G.; FREITAS, Camila Carla de.; HIGUCHI, Niro. *Morar e Viver em Unidades de Conservação no Amazonas: considerações socioambientais para os Planos de Manejo.* 1. ed. Manaus, 2003.

FERNANDES, Florestan. **Comunidade e Sociedade.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo-SP, 1973.

FERREIRA, Aldenor da Silva. **Terras, Florestas e Águas de Trabalho.** A tríade da vida camponesa na várzea amazônica. Revista Somanlu, ano 8, n. 1, jan./jun. 2008.

FRAXE et.al. (org). **A pesca na Amazônia Central: ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas – EDUA, 2009.

FRAXE, T. J. P. **Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: Memória, Ethos e Identidade.** Manaus: Reggo edições, 2011.

_____. **Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas.** 2ª edição. São Paulo: Annablume; Brasília, CNPQ, 2011.

_____. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade.** São Paulo: Annablume, 2004.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais.** Manaus: EDUA, 2007.

FRAXE, Terezinha J.P. **Homens anfíbios: uma etnografia do campesinato das águas.** São Paulo: Annablume, 2000.

FURTADO, L. G. **Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

_____. **Pesca artesanal: um delineamento de sua história no Pará.** Belém: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, 1981.

GIDDENS, A. *The Consequences of Modernity.* Cambridge: Polity Press, 1990 apud HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 1997.PP

GOULDING, M. **Pescarias amazônicas, proteção de habitats e fazendas nas várzeas: uma visão ecológica e econômica.** Consultant's report to the Pilot Program for the Conservation of the Amazon Rainforest, World Bank, Brasília, D.F., 1996 apud McGRATH, David; CASTRO, Fabio de.; CÂMARA, Evandro; FUTEMMA, Célia. Manejo Comunitário de lagos de Várzea e o Desenvolvimento Sustentável da Pesca na Amazônia. 2011. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3069/1/Artigo_ManejoComunitarioLagos.pdf.

GRUNEVALD, Débora Hesse Machado. **Gênero, participação e historicidade;** CARDOSO, Lúcia Helena (org). **Violência doméstica e gênero: um recorte no universo feminino santa cruzense.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

GUERRA, Antônio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes. (org). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

GUERRA, I. **Cidadania, exclusões e solidariedades. Paradoxos e sentidos das “novas políticas sociais”.** Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 63, out, 2002, p. 21-23 apud SOARES, Sara Moreira; SCHERER, Elenise. **Pescadoras mesmo: seguro defeso e reconhecimento em comunidades pesqueiras do Lago do Rei no Amazonas; Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

GUNTHER, Isolda de Araújo. **O uso da entrevista na interação pessoa-ambiente.** In: PINHEIRO, José de Queiróz; GUNTHER, Hartmut (org.). **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa - ambiente.** São Paulo: Caso do Psicólogo, 2008.

HANAZAKI, Natalia. **Etnobotânica.** In: BEGOSSI (org). **Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia.** São Paulo: Hucitec, Nepam/Unicamp: Nupaub/USP: Fapesp, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 1997.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais/2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/diretorias.shtm>. Acesso em novembro de 2014.

JACAÚNA, Thiago da Silva. In: FRAXE et.al. (org). **A pesca na Amazônia Central: ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas – EDUA, 2009.

KOZEL, T. S. - **Das imagens às linguagens do geográfico**: Curitiba, a “capital ecológica”. São Paulo, 2001. Tese de Doutorado - Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

KUHEN, Ariane; HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto. **Percepção Ambiental**. In: Temas Básicos em Psicologia Ambiental organizado por Cavalcante, S.; Elali, G.A(orgs). São Paulo: Editora Vozes. 2011, p.250 –266. ISBN 978-85-326-4138-0.

LEFF **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Tradução de Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LITTLE, P. A etnografia dos conflitos socioambientais: bases metodológicas e empíricas. II Encontro da ANPPAS. São Paulo 26 a 29 de maio, 2004. Disponível em: <www.anppas.org.br> Acesso em: 23/11/2014.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. PP. 25 a 44.

MACHADO, J. P. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 2. ed. Lisboa: Editorial Confluência, 1967.

MCGRATH, D. G.; CARDOSO, A.; SÁ, E. P. **Pesca comunitária e co-manejo na várzea do baixo Amazonas do Brasil**. International symposium of the management of large rivers for fisheries: sustaining livelihoods and biodiversity in the new millennium. Cambodia: FAO and Mekong River Commission, 2002. p. 207-222.

MCGRATH, D. G.; CASTRO, F.; FUTEMMA, C.R.; AMARAL, B.D.; CALABRIA, J.A. **Manejo comunitário da pesca nos lagos de várzea do baixo Amazonas**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém-PA, v. 1, p. 213-229, 1993

MONTOYA ARANGO, Vladimir. *Espacio e identidade: sobre el sentido del lugar y la idea de la territorialidade*. Ciclo 6, Conferencia 1. Universidad de Antioquia, Vicerrectoría de Extensión, Depto. de Extensión Cultural, 2003, (77-89)

MORAN, E.F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Coleção Ecologia e Ecosofia. Fondo de Cultura Económica, Universidade e Michigan, 1990.

MOREIRA, Helane Cristina L.; SCHERER, Elenise. **Os pescadores, o seguro defeso e a conservação ambiental no Amazonas**; SCHERER, Elenise (org). Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento. 1. Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

_____.; SCHERER, Elenise; SOARES, Sara Moreira. **O Seguro Defeso do Pescador Artesanal**: Políticas Públicas e o ritmo das águas na Amazônia. Ponencia presentada al VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas, 2010. Disponível em:

NASCIMENTO, G. C. C. **Mestre dos mares: o saber do território, o território do saber na pesca artesanal.** In: CANANÉA, F. A. *Sentidos de leitura: sociedade e educação.* João Pessoa: Imprell, 2013, p. 57-68.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. **Mapa mental:** recurso didático para o estudo do lugar In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib; Ariovaldo Umbelino de. *Geografia em Perspectiva.* São Paulo: Contexto, 2002.

PANTOJA, Geandro Guerreiro. **Acordo de Pesca: instrumento de co-gestão no uso dos recursos pesqueiros no Município de Parintins-AM.** 2006. (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.) Centro de Ciências do Ambiente. Universidade Federal do Amazonas. Amazonas, 2006.

PARINTINS, Prefeitura Municipal de. LEI MUNICIPAL Nº 375/2006. “Regulamenta o Plano Diretor do Município de Parintins e estabelece diretrizes gerais da política urbana e rural do Município e dá outras providências”. Gabinete do Prefeito Municipal de Parintins, 06 de outubro de 2006.

PERROTA, Ana Paula. **Movimento de Preservação dos Lagos:** Socioambientalismo em construção na várzea do Amazona. GT 03. XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 26 a 29 de julho de 2011.

_____. **Ações e críticas socioambientalistas dos moradores das áreas de várzea e a construção de modelos descentralizados de gestão dos recursos pesqueiros no Amazonas.** R. Pós CI. Soc. v.10, n.20, jul/dez. 2013.

PEREIRA, Henrique dos Santos. **Iniciativas de cogestão dos recursos naturais da várzea.** Estudo do Amazonas. Estudo estratégico e analítico. Manaus: Ibama/PróVárzea, 2004 (Documentos técnicos 2)

PEREIRA, Henrique dos Santos; PINTO, José Ribamar da Silva. **Etnoconservação da Fauna Aquática no Médio Amazonas: situação atual e perspectivas.** I Encontro de Etnobiologia e Etnoecologia da Região Norte (I ENCETNO) - Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia. Manaus (AM), 2001. Disponível em: <http://nerua.inpa.gov.br/NERUA/15.htm#2>

PETRERE JÚNIOR, Miguel et.al., **Amazônia:** ambientes, recursos e pesca; O setor pesqueiro na Amazônia: análise da situação atual e tendências do desenvolvimento da indústria da pesca. Manaus: IBAMA/pró-Várzea, 2007.

PINHEIRO, José de Queiróz; GUNTHER, Hartmut (org.). **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa - ambiente.** São Paulo: Caso do Psicólogo, 2008.

PIRES, José Antônio Simões; SPRICIGO, Gisele. **O conceito da pluriatividade na agricultura familiar.** Pôster-Agricultura Familiar e Ruralidade. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/794.pdf>. Acesso: fevereiro de 2015.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia em perspectiva:** ensino e pesquisa. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PRÓVÁRZEA. **O setor pesqueiro na Amazônia:** análise da situação atual e tendências do desenvolvimento a indústria da pesca. Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea. – Manaus: Ibama/PróVárzea, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por um Geografia do Poder.** Tradução Maria Cecília França. Série Temas, volume 29, Geografia e Política. Editora Ática S.A., São Paulo-SP. 1993.

_____. *Paysage et territorialité, Cahiers de géographie du Québec*, vol. 21, n. 53-54, 1977, p. 123-134. Apud SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

RAPOZO, Pedro; WITKOSKI, Antônio Carlos; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Pescadores e territórios sociais no mundo do trabalho da pesca na Costa do Pesqueiro II, baixo rio Solimões, Manacapuru-AM.;** FRAXE et.al. (org). A pesca na Amazônia Central: ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas – EDUA, 2009.

RIBEIRO, M.N.; AMOÊDO, F.G. **Origens:** história da comunidade de São José do Paraná do Espírito Santo de Cima. 2007, em elaboração.

RUFFINO, Mauro Luis. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia.** Manaus IBAMA, 2005.

SACHS, Ignacys. **Desenvolvimento:** incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACK, Robert. *Human Territoriality: its theory and history.* Cambridge: Cambridge University Press, 1986 apud SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SANTOS, Alem Silvia Marinho dos. **Segurança alimentar no ritmo das águas:** mudança na produção e consumo de alimentos e seus impactos ecológicos em Parintins-AM. 2012. 212f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2012.

SANTOS, Francisco Pinto dos. **Gestão de Ucs no Amazonas: avanços e desafios para a Conservação Ambiental.** Revista GEONORTE, V.8, N.1, p.102-124, 2013. (ISSN – 2237-1419). Disponível em:<http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/attachments/article/7/Gestao%20de%20UCs%20no%20Amazonas%20avan%20os%20e%20desafios%20para%20a%20conserva%20ambiental.pdf>. Acesso em 10/02/2015.

SANTOS, Milton. Territórios e Dinheiro. In: **Território e Territórios.** Niterói: Programa de Pós-graduação em Geografia – PPG/UFF-AGB, 2002.

_____. A Natureza do **Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. - (coleção Milton Santos; 1).

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SEBRAE. **Políticas Públicas: conceitos e práticas / supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Calda**. Série Políticas Públicas, vol.6 – Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

SCHERER et al. **Políticas Sociais para os povos das águas**. Cadernos CEAS. Salvador, 2003.

_____. **Mosaico Terra-Água: a vulnerabilidade social ribeirinha na Amazônia - Brasil**. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 16, 17 e 18 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/EliseScherer.pdf>.

_____. (org). **Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

_____. **O Defeso e a defesa do meio ambiente**. Trabalho apresentado no II Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade e no II Congresso da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade. Indaiatuba, São Paulo, 2004. Disponível em www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/. Acesso em janeiro 2014.

SILVA, Charlene Maria Muniz da. **Mocambo, Caburi e Vila Amazônia no município de Parintins: múltiplas dimensões do rural e do urbano na Amazônia**. 2009. 178f. (Mestrado em Geografia), Departamento de Geografia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2009.

SILVA, Marilene Corrêa da. **O País do Amazonas**. Manaus, Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas/UniNorte, 2004.

SIMMEL, G., **A natureza sociológica do conflito**. in Moraes Filho, Evaristo (org.), *Simmel*. São Paulo, Ática, 1983.

SIOLI, H. **Amazônia: fundamentos de ecologia da maior região de florestas tropicais**. Petrópolis, Vozes, 1985.

SOARES, Sara Moreira; SCHERER, Elenise. **Pescadoras mesmo: seguro defeso e reconhecimento em comunidades pesqueiras do Lago do Rei no Amazonas; Trabalhadores e trabalhadoras na pesca: ambiente e reconhecimento**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

SOUZA, M. **História de São Sebastião do Bôto**. Trabalho de Conclusão de Curso. PROFORMAR, Universidade do Estado do Amazonas, 2006.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Espaço Geográfico Uno e Múltiplo**. Revista Electrónica De Geografía Y Ciencias Sociales . Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98, Nº 93, 15 de julio de 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>. Acesso em 10/02/2015.

TAXONOMIA das espécies vegetais amazônicas. In: CAMARÃO, Ari Pinheiro; SOUSA FILHO, Antônio Pedro da; MARQUES, José Ribamar Felipe. **Gramíneas Forrageiras Nativas e Introduzidas de Terras Inundáveis da Amazônia**. Documentos 264. ISSN 1517-

2201. EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2006. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/37706/1/Oriental-Doc264.pdf>. Acesso em 02/02/2015.

TAXONOMIA de Plantas Amazônicas. Disponível em: <http://www.florestaaguadonorte.com.br/palmeiras-da-amazonia>. Acesso em março de 2015.

TAXONOMIA dos peixes Disponível em: http://lapsea.inpa.gov.br/jp/prod/taxonomia_de_peixes.pdf. Acesso em 06 de janeiro de 2014.

TONI, F. Decentralization and REDD+ in Brazil: Forest, n,2, p. 66-85, 2011. Disponível em: www.mdpi.com/journal/forests. Acesso 26/12/11 apud. VILARROEL, Larissa Carolina Loureiro. **A Evolução da Política de Criação de Unidades de Conservação no Estado do Amazonas no período de 1995 a 2010**. 2012. 161f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, UNB, 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VALENTE, Izabel Farias; AZEVEDO FILHO, João D’Anuzio Menezes de. **Levantamento das Potencialidades Turísticas na região do Paraná do Espírito Santo, APA NHAMUNDA, Amazonas**. Marupiará, Revista Científica do Centro de Estudos Superiores de Parintins/Universidade do Estado do Amazonas, edição nº 5, jan/jun/2011, ISSN 1991-0326.

VICTÓRIA, Cláudio Gomes da. **Mergulhando nos rios do cotidiano**: escola e cultura na vida dos jovens de uma comunidade ribeirinha no Amazonas. UNICAMP, 2012. Disponível em: <http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-117.pdf>

VILARROEL, Lariissa Carolina Loureiro. **A Evolução da Política de Criação de Unidades de Conservação no Estado do Amazonas no período de 1995 a 2010**. 2012. 161f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, UNB, Brasília-DF, 2012.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**: estudo do homem nos trópicos. Tradução COSTA, Clotilde da Silva. 3. ed. – Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Edusp, 1988.

WERTHER, Holzer. **O conceito de lugar na Geografia Cultural-Humanista**: uma contribuição para a geografia contemporânea. *GEOgraphia* -Ano V - No 10 – 2003.

WIRTH, L. **Delineamento e problemas da comunidade**. *Community Life and Social Policy, Selected Papers*. The University of Chicago Press, Chicago, 1956, p. 9-20. Tradução de Leônidas Contijo de Carvalho In: FERNANDES, Florestan. (org) **Comunidade e Sociedade**. Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1973. pp. 82-85.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, Florestas e Águas de Trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.B

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPG/CASA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr(a) para participar da Pesquisa “O SUSTENTO QUE VEM DAS ÁGUAS: DINÂMICA SOCIOAMBIENTAL DA PESCA ARTESANAL NA APA/NHAMUNDÁ- PARINTINS - AM”, sob a responsabilidade da pesquisadora VILSÉLIA DE SOUZA PIRES a qual pretende conhecer a dinâmica socioambiental da pesca artesanal decorrente do uso coletivo dos lagos Macuricanã em duas comunidades da Área de Proteção Ambiental /Nhamundá-Parintins.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevistas (conversas onde se faz perguntas e se responde) e, com base em sua narrativa possibilitará a este estudo um conhecimento mais profundo de todos os aspectos que envolvem as práticas pesqueiras nos Lagos Macuricanã.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são relacionados ao desconforto causado pelo tempo dedicado às entrevistas, uma vez que a atividade da pesca demanda boa parte do seu dia, além de possíveis constrangimentos pela exposição da imagem e de informações pessoais que podem trazer à memória experiências ou situações vividas. Para minimizar tais riscos, foram tomados os cuidados de não serem incluídas perguntas de cunho pessoal, sendo o local, horário e situação da entrevista definidos de acordo com sua disponibilidade. Se você aceitar participar, estará contribuindo para proporcionar visibilidade dos pescadores e pescadoras artesanais dentro da Unidade de Conservação (APA/Nhamundá).

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O(a) Sr(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço: Avenida Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000 campus universitário, bloco F setor sul. Coroado, Cep: 69.077-000, Manaus – AM, pelo telefone (92) (3365-4068), ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130.

Consentimento Pós–Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

_____ Data: ___/___/___

Assinatura do participante
Impressão do dedo polegar

_____ Assinatura do Pesquisador Responsável



Impressão Polegar
Caso não saiba assinar

APÊNDICE B – FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS

FORMULÁRIO / PESCADORES

Perfil	Nome: _____
	Idade: _____ Estado Civil: _____
	Tem filhos ()sim () não Quantos: _____
	Comunidade _____
	Posse e Propriedade do terreno: _____
	Escolaridade: _____ Profissão: _____
	Tempo de residência na comunidade: _____
	Familiares que trabalham na pesca (parentesco): _____
	Pesca somente para o sustento familiar? _____
	Comercializa? _____ Com quem? _____ _____ Onde? _____

Categoria	Variáveis	Perguntas
PESCA ARTESANAL EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	Cotidiano da Pesca	Há quanto tempo é pescador _____ Frequência de pesca: ()diário ()semanal ()quinzenal ()mensal Pesca individualmente ou coletivamente? _____ Com quem? _____ Melhores locais de pesca: _____ Quais as espécies mais apreciadas: _____ Quantas horas leva pescando (tempo de pesca) _____ Que horas começa a pesca: _____ O local de pesca fica próximo ou distante da sua residência: _____ Quanto tempo para chegar ao local _____ Como se prepara para a pesca (apetrechos) _____ Isca: _____ Como conserva o peixe _____
	Conhecimento Tradicional	Com quem aprendeu a pescar? _____ Onde: _____ Com que idade começou a pescar? _____ Qual é a melhor época para pescar (meses ano): Época ()cheia _____/seca _____ ()enchente _____/vazante _____ Na época da enchente quais os apetrechos usados _____ Tipos de peixes pescados: _____ Na época da vazante quais os apetrechos usados: _____ Quais os tipos de peixe: _____ Quais as espécies vegetais que alimentam os peixes _____ Sabe relacionar a planta com o peixe que a consome: _____ Como sabe se os peixes estão em cardume: _____ Como localiza o peixe? _____ Quais os ambientes mais propícios para os peixes (temperatura da água, vegetação): _____

	APA/Nhamundá	Nasceu na comunidade: _____ Quanto tempo mora na comunidade: _____ Acompanhou o processo de criação: _____ Conhece a história sobre a origem do nome Macuricanã: _____ Pode contar _____ Acompanhou o processo de criação da APA/Nhamundá _____ Sabe por que a APA tem o nome do Município de Nhamundá: _____ Observou mudanças na pesca após a criação da Unidade de Conservação ()sim ()não Descreva: _____
--	--------------	---

Categorias	Variáveis	Perguntas
POÍTICAS PÚBLICAS NA PESCA ARTESANAL	Acordo de Pesca	Participa do Acordo de Pesca: _____ Estava presente na criação do Acordo: _____ Conhece as regras/normas do Acordo _____ Pode citar algumas: _____ As comunidades envolvidas no Acordo se reúnem: _____ Com que frequência: _____ Qual a comunidade é mais atuante _____ Qual a menos atuante: _____ As bases de monitoramento funcionam regularmente: _____ Como se relacionam com as bases de monitoramento: _____ Qual é a entrada para os lagos mais procurada pelos pescadores de “fora”: _____ O Acordo é respeitado? _____ Por que? _____ Fale dos pontos positivos que o Acordo trouxe para a pesca na comunidade: _____ Quais os principais problemas enfrentados pelas comunidades envolvidas no Acordo: _____ O Acordo possibilita a reprodução das espécies? _____
	Defeso	É associado da Colônia de Pescadores Z-17 ou do SINDPESCA: _____ Possui o Registro Geral da Pesca-RGP? _____ Possui Seguro Defeso: _____ Conhece as normas do Defeso: _____ Pesca durante o Defeso: _____ Acredita que durante o Defeso os peixes se reproduzem? _____ Percebe se os peixes estão diminuindo? _____ Como você usa o Seguro Defeso : _____ O Seguro trouxe melhorias para a sua vida _____ Durante o período do Defeso você recebe regularmente o seguro: _____ Qual alternativa de sustento durante além do seguro: _____ Quais as principais dificuldades para obter o Seguro: _____ Como você avalia a atuação do(a) Colônia / SINDPESCA dos Pescadores frente a esse benefício: _____

TERRITÓRIOS DA PESCA	Conflito	<p>Ocorre invasão nos lagos: ()sim ()não</p> <p>Por quem: _____</p> <p>Ocorrem conflitos em torno dos locais de pesca? _____</p> <p>Quais? _____</p> <p>Existe alguma medida por parte da comunidade para amenizar os conflitos?</p> <p>Você já se envolveu em alguma discussão por usar determinado local para a pesca? _____ Qual atitude tomou? _____</p>
	Territorialidades	<p>Os Pescadores costumam defender seus locais de pesca de outras comunidades ou municípios vizinhos? Sim () Não ()</p> <p>Por que: _____</p> <p>Existem locais demarcados para a pesca exclusiva de alguém ou são de uso coletivo? _____ Quais _____</p> <p>Como você reconhece se determinado local está reservado/impedido para a pesca: _____</p> <p>Quando se esgotam os pontos de pesca, para onde vocês se deslocam? _____</p> <p>Vocês mudam sempre de um ponto de pesca para o outro? _____</p>

COLÔNIA DOS PESCADORES / SINDPESCA

Dados Gerais:	Responsável: _____ Endereço: _____ Formação Acadêmica: _____ Já fez algum curso para a pesca ou outra atividade do ramo? _____ Há quanto tempo é presidente da Colônia / SINDPESCA? _____ Exerce alguma função além de presidente d(a)o Colônia / SINDPESCA? ____ Qual: ____ Foi pescador(a)? _____ Quanto tempo? _____ Se pescador(a), quanto tempo exerceu a profissão? _____ Possui RGP: _____ Se não pescador, qual sua profissão? _____
Breve histórico da instituição	

Função / Objetivos	Breve histórico da entidade:
Atuação Colônia	Quais as dificuldades enfrentadas atualmente pel(o)a Colônia / SINDPESCA? _____ Diante das dificuldades encontradas, quais seriam as soluções para resolver os problemas? _____ Existem conflitos entre Colônia / SINDPESCA e afiliados? _____ Na sua opinião, quais os entraves da pesca artesanal? _____ Com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, quais os benefícios que a(o) Colônia / SINDPESCA pode trazer para a Pesca Artesanal e os pescadores? _____ Quais os benefícios que (o)a Colônia / SINDPESCA oferece aos pescadores quando fazem adesão a(o) Colônia / SINDPESCA? _____ Todos os pescadores afiliados à Colônia recebem o Seguro Defeso? _____ O benefício chega em tempo hábil? _____ Se não, por que? _____
Ações / Projetos	Quais ações ou projetos previstos ou em execução que o(a) Colônia / SINDPESCA tem para os pescadores artesanais? Algum projeto prevê ações de manejo dos recursos pesqueiros? Quais? Qual o posicionamento da(o) Colônia / SINDPESCA frente à exaustão do peixe em rios e lagos da região, especialmente as espécies de maior valor comercial?
Pescadores	Quantos pescadores da região Macuricanã são afiliados: _____ Do Paraná do Bôto – São Sebastião: _____ Do Paraná do Espírito Santo – São José: _____ A(O) Colônia / SINDPESCA fornece algum equipamento aos pescadores? _____ Tem conhecimento de conflitos entre pescadores na região do Macuricanã? _____ Sabe identificar quais são: _____

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO CEUC/SDS



Secretaria de Estado do
Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável

**AUTORIZAÇÃO Nº. 44/2014 – CEUC/SDS**

O Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS), no âmbito de sua área de competência e considerando:

A Lei Complementar Nº. 53, de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (SEUC/AM);

O artigo 43 do Capítulo VI da Lei do SEUC/AM, que trata das pesquisas científicas em unidades de conservação.

AUTORIZA a entrada para pesquisa em Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a saber:

1. UNIDADE(S) DE CONSERVAÇÃO CONTEMPLADA(S)

APA NHAMUNDÁ

2. ATIVIDADE/AÇÃO:

Realização de Pesquisa Científica na APA Nhamundá.

3. PESQUISADOR/EXECUTOR (ES) AUTORIZADO (S):

NOME	FORMAÇÃO	CPF
Vilsélia de Souza Pires	Geógrafa	343.557402-00
Elenise Faria	Prof. PPGCASA	017.853.892-20

4. PERÍODO DE REALIZAÇÃO

04 de agosto de 2014 a 14 de março de 2015

5. CONSIDERAÇÕES

- A Área de Proteção Ambiental (APA) é uma área extensa, com ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a

CENTRO ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO AMAZONAS

Av. Mário Ypiranga Monteiro (antiga Redife), 3280, Parque Dez. 69.050-030, Manaus/AM
Fone: (92) 3842-4607 / 3235-3070 – Fax: (92) 3842-4607
Web: <http://www.ceuc.sds.am.gov.br>

ANEXO B –) ANUÊNCIA SINDICATO DOS PESCADORES E PESCADORAS DE PARINTINS/AM (SINDPESCA)



SINDPESCA-PIN

**SINDICATO DOS PESCADORES E PESCADORAS
ARTESANAIS DE PARINTINS-AM
SINDPESCA/PARINTINS-AM**

CNPJ: 11.489.748/0001-16



Ofício n 0076/2014- Sindpesca – Pin.

A Sua Senhoria
Profa. Dr. ELENIZE FARIA SCHERER
Universidade Federal do Amazonas
Centro de Ciências do Meio Ambiente.
Manaus – Amazonas

Assunto: Termo de Anuência – Pesquisa Científica

Senhora Orientadora,

Em tempo que cumprimento Vossa Senhoria, dirijo-me em atenção ao expediente – Termo de Anuência, para colocar a disposição da pesquisadora VILSELIA DE SOUZA PIRES, os nossos membros Sindicalizados nas comunidades de São Sebastião do Boto e São Jose do Paraná do Esp. Santo do Meio para prestarem as informações necessária a pesquisa socioambiental da Pesca Artesanal na Região do Macuricanã

Sem mais para o momento, aproveito para renovar votos de consideração e apreço.

Márcia Costa
Presidente

Sindpesca – Parintins
9158-7329

E-MAIL: pesca.parintins@gmail.com

Márcia de Souza Costa
DIRETORA PRESIDENTE
DP: 686.667.162-72
SINDPESCA

ANEXO C – ANUÊNCIA DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-17 DE PARINTINS/AM


COLÔNIA DE PESCADORES Z-17 DE PARINTINS
COLPESCA Z-17

Fundada em: 14/11/1969 - CNPJ Nº. 01.570.392/0001-97
 Rua Armando Prado, 3542 – São Benedito CEP 69.151-530.

Ofício nº 064/2014-COLPESCAZ-17/Parintins.

Parintins/AM, 21 de julho de 2014.

A Sua Senhoria a Senhora
Profa. Dra. ELENIZA FARIA SCHERER
 Universidade Federal do Amazonas
 Centro de Ciências do Meio Ambiente.
 Manaus – Amazonas

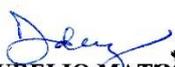
CNPJ 01.570.392/0001-97
COLÔNIA DE PESCADORES
Z-17 DE PARINTINS
 RUA: ARMANDO PRADO Nº 3542
 São BENEDITO CEP: 69150-000
 PARINTINS AM

Assunto: **Termo de Anuência – Pesquisa Científica**

Senhora Orientadora,

Em tempo em que cumprimento Vossa Senhoria, dirijo-me em atenção ao expediente – Termo de Anuência, para colocar a disposição da pesquisadora VILSÉLIA DE SOUZA PIRES, os nossos membros colonizados nas comunidades de São Sebastião do Boto e São José do Paraná do Espírito Santo do Meio para prestarem as informações necessárias a pesquisa socioambiental da pesca artesanal na região do Macuricanã.

Sem mais para o momento, aproveito para renovar votos de consideração e apreço.


MARCOS AURELIO M. DA LUZ
 PRESIDENTE DA COLÔNIA

Marcos Aurelio M. da Luz
 Presidente da Colônia Z-17 de Parintins
 CPF: 109.062.312-727

Email: coloniaz17.pin@hotmail.com / mdaluz.10@hotmail.com
 Celular Colônia: (92) 9390-0050/Celular Marcos: (92) 9119-1223.
 Parintins – AM

ANEXO D – FESTA DA MELANCIA (Nov/ 2014)

COMUNIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO BOTO



Boi Melancia



Sinhazinhas



Alegoria de entrada da rainha do Boi Melancia